

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

EVANDRO PEREIRA DIAS

**POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ESTEBAN ECHEVERRÍA
(1830-1851)**

**FRANCA
2010**

EVANDRO PEREIRA DIAS

**POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ESTEBAN ECHEVERRÍA
(1830-1851)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Maria Malatian

**FRANCA
2010**

Dias, Evandro Pereira

Política e democracia em Esteban Echeverría (1830-1851) / Evandro Pereira. –Franca : [s.n.], 2010

132 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Teresa Maria Malatian

1. Liberalismo – América Latina. 2. Esteban Echeverria – Idéias políticas – Democracia. 3. Argentina – História política, séc. 19.

I. Título

CDD – 982.04

EVANDRO PEREIRA DIAS

**POLÍTICA E DEMOCRACIA EM ESTEBAN ECHEVERRÍA
(1830-1851)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2010.

**Dedico este trabalho aos meus pais,
irmã, amigos e companheira.
Obrigado por tudo...**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para o desenvolvimento desta pesquisa. Sabemos que um trabalho acadêmico não é feito simplesmente de maneira individual, passando pelas críticas e elogios de diversos outros autores. Nesse sentido, gostaria de agradecer em especial minha orientadora pelas contribuições muito ricas, uma professora criteriosa, de grande sabedoria, com a qual aprendi muito em suas aulas e reuniões de orientação. Agradeço também as contribuições do Professor José Luis Bendicho Beired, seus conhecimentos específicos e sugestões só vieram a contribuir mais para a realização desta pesquisa. Sou muito grato também à professora Ana Raquel Portugal que já me acompanhou na academia por um tempo e demonstrou ser uma ótima profissional, professora e pessoa. Tive a oportunidade de participar de um curso sobre historiografia argentina e conhecer o professor, historiador argentino, Fabio Wasseman, que estabeleceu um diálogo muito importante e rico com os alunos do curso e pude discutir e tirar algumas dúvidas, muitas delas essenciais para a pesquisa. A ele também estendo meus agradecimentos. Meus agradecimentos à Biblioteca da Universidade de Buenos Aires, à Biblioteca Nacional da Argentina e Biblioteca do Congresso Nacional Argentino, instituições estas que me possibilitaram um atendimento e acesso de qualidade. Agradeço também a todos os funcionários da Unesp pelas diversas contribuições.

Gostaria ainda de agradecer à CAPES por conceder uma bolsa de pesquisa, possibilitando, assim, a realização de vários elementos deste trabalho, inclusive a participação em cursos e palestras nesta e em outras instituições.

“Caminamos a la Democracia. — Organizar la asociación de modo que por una serie de progresos llegue a la igualdad y la libertad, o a la democracia: — he aquí nuestra idea fundamental.”

E. ECHEVERRÍA

RESUMO

Através desta pesquisa, buscou-se realizar uma análise da concepção de democracia desenvolvida pelo intelectual argentino Esteban Echeverría, utilizando como fonte principal um manifesto político publicado em 1839 com o título de *Código o Declaración de los Principios que Constituyen la Creencia Social de la República Argentina*. Sua segunda edição, publicada em 1846, recebeu o nome pelo qual ficou mais conhecido, *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* ou simplesmente *Dogma Socialista*. Este manifesto traz os princípios políticos referentes ao pensamento democrático do autor e dos integrantes de seu grupo, a “geração de 1837”. As concepções deste autor foram analisadas em uma perspectiva de compreensão das estruturas de sociabilidade de suas idéias, ou seja, pretendeu-se contextualizá-las no processo de circulação de um ideário político comum ao referido grupo. Todos esses elementos estão relacionados ao contexto político, social e cultural do início do século XIX na América, mais especificamente na Argentina, em meio aos debates e lutas do período pós-independência.

Palavras-chave: Esteban Echeverría. Geração de 1837. Democracia. Argentina. História Política.

ABSTRACT

Through this research, we attempted to perform an analysis of the intellectual conception of democracy developed by Argentine Esteban Echeverría, using as a main source political manifest published in 1839 under the title *Código o Declaración de los Principios que Constituyen la Creencia Social de la República Argentina*. His second edition, published in 1846, received the name which he became best known, *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* or just *Dogma Socialista*. This manifest has the political principles for the democratic thinking of the author and members of his group, the “generation of 1837”. The conceptions of his author have been analyzed from the perspective of understanding the structures of sociability from their ideas, or were intended to contextualize them in the progress of circulation of a common political ideal to the group. All these elements are related to political, social and cultural life of early nineteenth century in America, specifically Argentina, amid the debates and struggles of the post-independence period.

Keywords: Esteban Echeverría. Generation of 1837. Democracy. Argentina. Political History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1	
DO <i>RIO DE LA PLATA</i> À ARGENTINA DE ESTEBAN ECHEVERRÍA.....	17
1.1 <i>REVOLUCIÓN DE MAYO</i> E O MITO DE ORIGEM.....	19
1.2 UNITÁRIOS, FEDERALISTAS E A NAÇÃO ARGENTINA.....	33
CAPÍTULO 2	
ECHEVERRÍA E A “GERAÇÃO DE 1837”.....	45
2.1 ANTECEDENTES E FORMAÇÃO.....	48
2.2 DEBATES E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS.....	53
2.3 O EXÍLIO.....	58
CAPÍTULO 3	
ECHEVERRÍA E A DEMOCRACIA ARGENTINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....	61
3.1 O <i>DOGMA SOCIALISTA</i>	63
3.2 UMA PROPOSTA POLÍTICO-DEMOCRÁTICA.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO	
Dogma Socialista.....	91

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A partir da elaboração desta dissertação, buscou-se desenvolver um caminho que cobrisse a maior parte possível da vida de Esteban Echeverría e dos integrantes da geração de 1837, no sentido de tentar compreender melhor as idéias, influências, proposições políticas e as representações de sociedade, partilhadas em vários aspectos pelo grupo. Como o enfoque é a história política, procurou-se analisar alguns aspectos sociopolíticos que marcaram a formação destes jovens intelectuais, nos centrando mais especificamente em uma trajetória que vai de 1830 a 1851, período referente à volta de Echeverría da Europa (1830) e o processo de percepção, junto com seu grupo geracional, das necessidades de mudanças culturais e políticas em seu país, o que perseguiria até sua morte, em 1851.

Nesse sentido, recuou-se um pouco na história (em relação ao marco estabelecido) com o objetivo de captar os significados da *Revolución de Mayo* na constituição de uma representação do passado histórico, desenvolvida e difundida pelos jovens românticos da geração de 1837, significados esses que repercutiram nas vidas e obras destes intelectuais, como nos aponta o historiador argentino Fabio Wasserman ao destacar os posicionamentos de Echeverría e do grupo ¹. Ao considerarem o processo revolucionário como inconcluso, buscaram diversas formas de intervenção política e social, inclusive por meio de debates, produções de artigos e manifestos, como o *Dogma Socialista*, por exemplo.²

Outro momento muito importante para o processo de formulação teórica e de intervenções políticas dos membros da geração de 1837, relaciona-se às intensas disputas entre unitários e federalistas pelo poder, um período histórico marcado por conflitos e definições da soberania política, como também pela constituição de um poder nacional. Echeverría e os demais intelectuais deste grupo, de maneira geral, ao vivenciarem tais conflitos, chegaram à conclusão de que, apesar da *Revolución*

¹ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 201-216.

² A fonte utilizada para consulta nesta pesquisa, o *Dogma Socialista*, foi analisada a partir da edição compilada por Juan Maria Gutiérrez, (amigo de Echeverría e um dos principais membros da geração de 1837), das edições Antonio Zamora (segunda edição de 1972). Esta edição se tornou muito prática justamente por reunir não só a referida fonte, mas também quase toda a produção intelectual de Echeverría. Apesar disso, em anexo se encontra a edição publicada no livro de Carlos M. Rama, “*Utopismo Socialista*” de 1977, da Biblioteca de Ayacucho, Caracas. Justifica-se este anexo pelo fato de que nele consta notas de rodapé mais explicativas sobre as diferenças entre a primeira edição e a segunda, do *Dogma socialista*.

de Mayo ter aberto o caminho para o progresso e estabelecido uma ruptura com o passado de tradição colonial, os resquícios desse mesmo passado ainda estavam presentes naquela sociedade, pois haviam promovido anarquismo e tiranias, desencadeando as lutas entre unitários e federalistas, lutas essas que deveriam ser superadas através de um “quadro superior de idéias” desenvolvidas por esses intelectuais. Assim acreditavam.

Esta pretención se entrelazaba con su convicción de que debía renovarse la elite dirigente y que esa tarea les había sido destinada por poseer un sistema superior de ideas que el de sus mayores. De ese modo justificaban su propósito de dejar atrás las rencillas personales, facciosas y regionales para retomar el programa revolucionario.³

Depois desses aspectos históricos, que constituem uma espécie de “pano de fundo” para esta análise, procurou-se demonstrar melhor a formação das redes de sociabilidade dos integrantes da geração de 1837, de suas filiações intelectuais, como também os debates e circulação das idéias presentes neste processo de conformação geracional. Seria importante, assim, perceber as formas pelas quais estas relações de sociabilidade se conjugavam, os ambientes freqüentados por esses intelectuais, as concepções sociais, políticas e filosóficas partilhadas, os elementos que contribuíram para sua constituição enquanto grupo. O exílio político deste grupo parece ter, por um lado, fortalecido os instintos de luta pelo projeto social e político almejado, por outro, enfraquecido a unidade que inicialmente estes intelectuais haviam alcançado. Mas, de toda forma, esses fatos contribuíram para que se processassem mudanças sociais e os membros da geração de 1837 foram elevados à categoria de nomes registrados na história política argentina.

Os desdobramentos dessas relações de sociabilidade em dinâmica com os conflitos políticos que assolaram a região do Rio da Prata contribuíram para o processo de produção das obras dos intelectuais da geração de 1837. Buscou-se, então, analisar algumas dessas obras, juntamente com a história política a elas relacionadas, para tentar compreender melhor o contexto político da época e as motivações dos comportamentos dos integrantes da referida geração. Nossa fonte principal, o *Dogma Socialista*, foi selecionada enquanto tal levando-se em

³ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 202.

consideração a perspectiva de que representaria um manifesto do pensamento da geração de 1837, uma síntese das expectativas políticas do grupo. Constatou-se, ao analisar o projeto de sociedade que o *Dogma* comportava, uma estrutura argumentativa fortemente permeada por uma proposta político-democrática, proposta esta presente nos discursos e nas ações políticas de Echeverría e seu grupo.

Portanto, com o objetivo de compreender a concepção democrática de Echeverría, totalmente associada ao contexto da geração de 1837, em um processo de partilha de idéias e “visões de mundo”, buscou-se a contribuição de alguns aportes teórico-metodológicos que pudessem nos ajudar a estabelecer uma análise mais aprofundada deste contexto histórico. Aportes como os da História Intelectual, comportando perspectivas analíticas relacionadas à idéia de “Intelectual”, a noção de “Biografia histórica”, de “geração intelectual” e a de “Cultura Política”.

A História Intelectual (e nos referimos àquela de base francesa), apesar de ser ainda considerada pouco precisa e vagamente sistematizada, nos abre espaço para uma análise pertinente em relação ao desenvolvimento das idéias e comportamentos políticos. Como nos coloca a historiadora Helenice Rodrigues da Silva, uma abordagem através da História Intelectual, de maneira geral, privilegia a contribuição de disciplinas como história, filosofia e sociologia, também a necessidade de análise tanto do funcionamento de uma sociedade intelectual, com suas práticas e estratégias, quanto ao momento histórico vivido, comportando este “visões de mundo”, sensibilidades comuns, percepções e singularidades no agir e pensar dos Intelectuais.⁴ Ao levarmos em conta as dimensões histórica, filosófica e sociológica, através da História Intelectual, teríamos condições de compreender e explicar a produção intelectual “com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos”.⁵ Nesse sentido, “[...] a história intelectual parece ter por função a restituição das idéias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais”.⁶

A noção de Intelectual pode se apresentar, segundo Jean-François Sirinelli, a partir de duas acepções, uma de caráter amplo e sociocultural e outra em um sentido mais estreito. A de caráter amplo e sociocultural seria aquela que considera

⁴ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 12.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid., p.13.

como sendo um Intelectual os criadores e mediadores culturais, ou seja, considera-se tanto o jornalista, o escritor, o professor secundário, o erudito, dentre outros.⁷ O autor considera que, “É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta.”⁸ O termo Intelectual, no sentido mais estreito, significaria um engajamento deste em meio à vida social, política e cultural, como por exemplo em uma assinatura de um manifesto. Na verdade, o autor destaca que o debate referente à diferenciação entre essas duas noções acaba por se tornar um falso problema, tendo em vista que os dois aspectos se estabelecem a partir de uma “natureza sociocultural”⁹, isto é, tanto um aspecto quanto outro podem estar presentes no que concebemos como Intelectual, sem por isso se configurar uma incoerência na análise. Para Helenice Rodrigues da Silva, os Intelectuais poderiam ser considerados, em muitos casos, como defensores de valores universais e nesse mesmo sentido participar dos debates políticos, intervindo nas discussões dos problemas coletivos, tentando estabelecer sua percepção do mundo social, político e cultural, defensores da verdade, isso tudo através de manifestos, petições, artigos em periódicos, por exemplo. Temos então algumas das características de um intelectual engajado nas questões de seu tempo. Ao considerar estes elementos, a autora destaca que “A prática do intelectual se situa, então, entre dois pólos distintos e contraditórios: a produção do saber e a enunciação da verdade”.¹⁰

A Biografia intelectual, dentro de seu quadro de renovação, traz para o cenário da História não só os heróis nacionais, mas também aqueles personagens desconhecidos pela história oficial. Helenice Rodrigues da Silva destaca ainda que, nesse processo de renovação, as consideradas “regras tradicionais” da biografia sofreram suas transformações e ao invés de uma narrativa simplesmente linear e cronológica da vida do personagem biografado, abre-se espaço para uma inter-relação da vida do indivíduo com o contexto histórico em questão, do intelectual e seu percurso, suas filiações, suas redes de sociabilidade, seus itinerários, enfim,

⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 242.

⁸ Ibid.

⁹ Ibid., p. 243.

¹⁰ SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 17.

tentando dar maior inteligibilidade aos processos socioculturais e políticos aí envolvidos.¹¹

Para merecer essa etiqueta [a de “história intelectual”], é necessário que a narração de uma vida seja circunscrita no interior de um espaço social preciso e/ou de um contexto histórico determinado. As biografias intelectuais, que inter-relacionam o indivíduo a seu tempo dentro de uma lógica hermenêutica, inserem-se na história intelectual (Dosse, 1997). Nesse gênero de estudo, procura-se salientar a trajetória de um indivíduo, as relações que ele estabelece com seus pares, as visões de mundo, os esquemas de pensamento (ou os *habitus*) de um determinado meio intelectual, responsável pela configuração de uma trajetória e de uma obra.¹²

Como este estudo está diretamente relacionado à análise de uma biografia intelectual, em plena interlocução com uma geração, no caso a geração de 1837, não poderíamos deixar de considerar o conceito de “geração”, aspecto esse estabelecido a partir de uma perspectiva da história intelectual. Helenice Rodrigues da Silva coloca que o conceito de geração pode apresentar uma multiplicidade de aplicações, devido seu “campo semântico extenso e impreciso”, isto é, pode ser aplicado tanto em termos biossociológico (de faixas etárias), também em um sentido político-ideológico ou cultural.¹³ Nesse processo de definição do termo a autora considera que, ao vivenciar momentos marcantes em suas histórias, como por exemplo, revoltas, guerras, conflitos políticos, revoluções, um determinado grupo de faixa etária aproximada, pode desenvolver sensibilidades e percepções comuns, nesse conjunto de experiências compartilhadas, constituindo-se muitas vezes uma “visão de mundo”.¹⁴

A “Cultura Política”, conceito também utilizado nesta pesquisa, refere-se a um sistema de representações muito complexo, mas que nos permitiria entender o comportamento de determinados grupos sociais (e/ou Intelectuais) e suas motivações no processo de interpretação de uma dada realidade, através das lógicas de comportamento, das construções argumentativas, de gestos, filiações, vocabulários, símbolos, crenças, valores e solidariedades, desenvolvidos em torno

¹¹ SILVA, Helenice Rodrigues da. História intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 21-22.

¹² Id., 2002. p. 23.

¹³ SILVA, op. cit., p. 23.

¹⁴ Ibid., p. 22.

de um grupo que partilha as leituras do passado histórico, como também do presente e do futuro.¹⁵

No texto de Berstein, um dos aspectos mais destacadas diz respeito à relevância do conceito de Cultura Política para o historiador, principalmente para o historiador do político. A partir de uma análise que leva em consideração a Cultura Política, poderíamos compreender melhor os motivos pelos quais os indivíduos se posicionam desta ou daquela maneira, tentar compreender o porquê de determinados comportamentos políticos. Além de ser relevante também por reconstituir tanto comportamentos individuais (interiorizados) como coletivos (partilhados), que vivenciaram experiências comuns, em meio à sociedade de seu tempo, como por exemplo, o “fenômeno de geração”, onde grupos partilham dos mesmos valores e “partilham em comum a mesma cultura política que vai depois determinar comportamentos solidários face aos novos acontecimentos”.¹⁶ O autor, partindo do pressuposto de que as Culturas Políticas não são constituídas de dados fixos ou “sinônimos de tradição política”, considera estas como um fenômeno evolutivo que poderia receber influência de culturas políticas vizinhas em um determinado contexto histórico. Destaca ainda que uma Cultura Política normalmente nasce devido ao processo de busca por respostas a crises de uma sociedade e poderiam declinar se as soluções não conseguissem responder mais aos anseios da mesma.¹⁷

Para Eliana Dutra, dentro deste quadro plural, podem-se desenvolver Culturas Políticas com concepções opostas de poder, como também projetos opostos de sociedade.¹⁸ Uma Cultura Política pode desempenhar um papel fundamental no que diz respeito à legitimação de um regime político ou na criação e consolidação de uma identidade.¹⁹

¹⁵ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.).

Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. passim.

¹⁶ Ibid., p. 361.

¹⁷ Ibid., p. 355-357.

¹⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, p.13-28, 2002.

¹⁹ ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). Apresentação. In: **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.14.

Nesse sentido, será trabalhada nesta análise a perspectiva de desenvolvimento de uma “cultura política democrática”, permeando os comportamentos sociopolíticos da geração de 1837.

CAPÍTULO 1

DO *RIO DE LA PLATA* À ARGENTINA DE ESTEBAN ECHEVERRÍA

CAPÍTULO 1: DO RIO DE LA PLATA À ARGENTINA DE ESTEBAN ECHEVERRÍA

Neste primeiro capítulo, procurou-se analisar o contexto histórico em que Echeverría e o demais integrantes da geração de 1837 nasceram e viveram e o desenrolar dos conflitos e disputas políticas que assolaram a região, principalmente entre unitários e federalistas. Procurou-se também compreender de que forma estes aspectos contribuíram para a formulação das representações do passado histórico, desenvolvidas e difundidas pelo grupo e na elaboração de um projeto político para a Argentina. Para tanto, foram analisados alguns elementos da história política da região, como a *Revolución de Mayo* e os acontecimentos políticos a ela relacionados, os conflitos em torno do conceito de soberania, província, cidade e as lutas entre as facções unitárias e federalistas, pontos muito importantes para entendermos vários dos posicionamentos políticos desta *Nueva Generación*, como por exemplo, o fato de se tentar superar as desarmonias, as instabilidades sociopolíticas ou desenvolvimento de uma nacionalidade.

Para Echeverría e os membros da geração de 1837, seria necessário organizar um sistema político que pudesse trazer uma harmonia entre o individual e o geral, a liberdade e a associação. Estas propostas foram encaradas como necessárias e viáveis principalmente depois que estes jovens vivenciaram todas as sortes de intrigas e conflitos políticos desenvolvidos nesta primeira metade do século XIX.

1.1 REVOLUCIÓN DE MAYO E O MITO DE ORIGEM

Para se compreender melhor este complexo processo histórico que foi a *Revolución de Mayo* e suas conseqüências políticas no Rio da Prata, buscou-se estabelecer uma análise mais ampla, recorrendo-se a alguns antecedentes, como as reformas implementadas na América espanhola, pelos Bourbons; os impactos da crise do império espanhol nas colônias, já que este se encontrava mergulhado nos conflitos europeus; também analisar as conseqüências das chamadas “Invasões Inglesas”, na região do Rio da Prata.

A coroa espanhola, na tentativa de modernizar sua economia, instituições e estabelecer maior controle em suas colônias, implementou, no decorrer da segunda metade do século XVIII, várias reformas administrativas, militares e mercantis, esperando, assim, equilibrar suas finanças, melhorar a eficiência na administração e diminuir sua marginalização em meio ao cenário europeu. Essas reformas tomaram corpo a partir da figura do rei Carlos III, tendo como base as concepções da Ilustração, do despotismo esclarecido, apesar de contar também com uma inspiração eclética em diversas escolas de pensamento, como o liberalismo econômico, fisiocracia, etc., explicando, assim, segundo John Lynch, “[...] as incoerências na formulação da política, na medida em que a modernidade lutava com a tradição”.¹ Também estava presente nesta empreitada o objetivo de tomar maiores cuidados com relação à Inglaterra e suas investidas na América, já que os britânicos buscavam novos mercados para expandir suas exportações e possuíam um grande poder naval e mercantil, praticamente incomparável neste momento.

O impacto dessa política centralizadora e modernizadora se fez muito presente nas colônias americanas, principalmente em relação à expulsão dos jesuítas de todo o território (sendo estes contrários a vários aspectos do despotismo esclarecido da coroa); à nomeação de novos funcionários (basicamente espanhóis); modernização da burocracia e política fiscal; ao maior rigor e controle real, refletindo na criação de novos vice-reinados e várias unidades administrativas, como as

¹ LYNCH, John. As origens da independência da América espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: da independência a 1870. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2001. p. 19.

intendências, por exemplo.² Um desses vice-reinados criados, “*el Virreinato del Rio de la plata*”, em 1776, teve como capital a cidade de Buenos Aires e cobria um vasto território que integrava a província de Buenos Aires, Paraguai, Tucumán, Potosí, Santa Cruz de la Sierra, Charcas, Mendoza e San Juan del Pico, dentre outras intendências e “*gobernaciones militares*”, como Montevideú e Misiones.³ A instalação de *gobernaciones militares* se realizaria como uma política de defesa dos territórios e fronteiras, notadamente aqueles referentes às fronteiras portuguesas.

À medida que os Bourbons implementavam suas reformas, centralizando e reestruturando os setores militares e a administração colonial, acabaram por tirar vários dos privilégios desfrutados por *Criollos* e por alguns peninsulares, gerando descontentamento e fragilizando ainda mais a relação de equilíbrio dos poderes aí instituídos. Ao considerarmos os eventos responsáveis pelo advento da independência, não poderíamos reduzi-los aos descontentamentos de *Criollos* e de alguns peninsulares em relação à política uniformizadora dos Bourbons. Muito mais que isto, segundo Noemí Goldman

Sin embargo, este descontento de los criollos no proporciona por sí solo la clave de la crisis que condujo a la independencia. La emancipación de las ex colonias habría sido más bien el resultado conjugado del derrumbe de los imperios ibéricos, de la creciente presión de Inglaterra a lo largo del siglo XVIII, y de los factores de resentimiento y disconformidad existentes en casi todas las capas sociales americanas hacia fines del dominio colonial. Factores que si bien son importantes, no alcanzan por sí solos para explicar el desenlace del proceso. Lo cierto es que la metrópoli, aun después de enfrentar la reacción americana a las reformas, se mostró incapaz de sobrevivir a los desafíos del conflicto europeo que cobraba dimensión mundial con las campañas napoleónicas.⁴

Diante desses acontecimentos, seria importante destacar a crise do império espanhol no que diz respeito às guerras travadas na Europa, isto porque essas disputas fizeram parte dos desdobramentos que culminaram na invasão de Napoleão ao território espanhol, em 1808. Os conflitos arrastaram a Espanha para uma guerra mais ampla, causando mais desgastes, exigindo mais esforços e tempo,

² LYNCH, John. As origens da independência da América espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: da independência a 1870. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2001. p. 25.

³ GOLDMAN, Noemi. *Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 26-27.

⁴ *Ibid.*, p. 29.

gerando conseqüências pesadas para esta metrópole, já que acabou por desencadear, nas palavras do historiador argentino Jorge Myers, “[...] um debilitamento progressivo de sua capacidade ofensiva e uma crescente exposição de suas fronteiras a ataques por parte de países inimigos”.⁵ Ou seja, as próprias colônias americanas ficaram vulneráveis ao assédio de várias potências européias, como a Inglaterra, inclusive porque em diversos momentos o comércio e as comunicações entre a metrópole espanhola e as colônias americanas foram prejudicados no decorrer dessas guerras, constituindo-se, assim, alguns dos elementos que contribuíram para debilitar e desagregar a unidade imperial.⁶

Com a invasão francesa ao território espanhol e a prisão do rei, juntamente com a posse da coroa espanhola por José Bonaparte, a unidade do império e a legitimidade do poder ficariam comprometidos. Nesse sentido, foi instituída pela resistência anti-francesa, em Aranjuez, uma *Junta Central Gubernativa del Reino*, que governou em nome de Fernando VII, estabelecendo-se como depositária da autoridade soberana, em setembro de 1808. Meses depois, esta junta seria transferida para *Sevilla*, mas, devido ao avanço das tropas francesas, também não resistiu por muito tempo e foi transmitida, a um “Conselho de Regência” em Cádiz, as prerrogativas dessa soberania. Essas *Juntas*, de maneira geral, foram reconhecidas nas colônias americanas, mas não sem transparecer certa precariedade nesse processo de legitimação, pois, chegavam diversas notícias com variadas perspectivas dos acontecimentos. Em algumas partes da América, como Buenos Aires, foram criadas juntas próprias, baseando-se na idéia de retorno da soberania ao povo no caso da ausência do rei soberano. Segundo Myers, “A notícia da queda de Sevilha, recebida em Buenos Aires no início de 1810, funcionou como um detonador para a mudança de regime”.⁷

Dentro deste processo de debilitamento e crise em relação à legitimidade de uma determinada ordem colonial na América, destaca-se também uma peculiaridade ocorrida no Rio da Prata, as “Invasões Inglesas” de 1806 e 1807, que para vários historiadores contribuiu no sentido de desencadear uma crise política que levou à

⁵ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 69.

⁶ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista*. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 19-20.

⁷ MYERS, op. cit., p. 73.

Revolución de Mayo.⁸ Coincidiram, para Myers, dois pontos importantes que acabaram por potencializar essa crise de legitimidade da ordem colonial no Rio da prata. Um em relação ao vice-reinado de Buenos Aires, cujo vice-rei Marquês de Sobremonde, diante das invasões inglesas, se retirou para Córdoba (mais ao interior) na tentativa de organizar reforços, gerando várias críticas a esta estratégia e abrindo espaço para a formação de milícias urbanas independentes dos poderes oficiais na resistência e defesa da cidade. Outro em relação às reformas implementadas pelos Bourbons nas colônias, aliadas ao impacto econômico, social e político das guerras européias do período, que acabou por desagradar boa parte da sociedade local.⁹

As “Invasões Inglesas” ao Rio da Prata tinham como objetivo interesses militares e comerciais, como por exemplo, a constituição de bases militares para garantir sua expansão comercial, busca por cargas de ouro e prata que seriam enviadas para a metrópole e o livre comércio propriamente dito. Ao saber de certas intrigas e rivalidades entre espanhóis e *Criollos*, os ingleses pensaram em se utilizar desta questão para prometer apoio aos grupos locais no sentido de contribuir com o livre comércio e uma possível independência.

Quando as tropas inglesas começavam a adentrar os rios da região, as autoridades do vice-reinado do Rio da Prata não sabiam com certeza se estes iriam atacar Montevideú ou a capital. Alguns acreditavam que seria uma tentativa de prejudicar as navegações naquela área e não investidas de tal envergadura. No momento em que a capital começou a ser invadida, o vice-rei Marquês de Sobremonde retirou-se para Córdoba dizendo se tratar de uma estratégia para organizar reforços e reconquistar a capital, que ficou em mãos inglesas até agosto de 1806. Os esforços por parte do vice-rei ficaram muito aquém das necessidades do momento, segundo os grupos que tentavam resistir à invasão. Homens como Santiago de Liniers, Juan Martín de Pueyrredón e Martín Alzaga, formaram a resistência em Buenos Aires, reunindo tropas irregulares e improvisadas para reconquistar a capital. Os Ingleses capitularam cerca de quarenta e seis dias depois de iniciarem a invasão. Em relação a este processo, Jorge Myers destaca que:

⁸ GOLDMAN, Noemi. *Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 31.

⁹ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÁDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 69-71.

Esse acontecimento marcou o início de uma transformação na estrutura local de poder, já que os esforços bélicos realizados pelos crioulos e espanhóis para recuperar a cidade foram feitos à margem das estruturas tradicionais de dominação colonial.¹⁰

Preocupados com uma possível segunda investida britânica, essas milícias urbanas se organizaram e se prepararam, chegando a recrutar mais de sete mil homens em meio a uma população que girava em torno de quarenta mil habitantes, produzindo um processo de militarização da população bonaerense. No início de 1807, os ingleses promoveram uma segunda invasão à região, atacando Montevideú, mas logo foram derrotados de novo. Esta segunda vitória elevou o prestígio de Liniers que se destacou na resistência às tropas invasoras, o que lhe valeu, mais adiante, a indicação de vice-rei provisório, já que o vice-rei anterior (Sobremonte) não correspondeu às demandas daqueles envolvidos nas lutas de resistência aos ingleses. Então, ficava patente a crise das autoridades espanholas e a ascensão de uma nova elite urbana, os *Criollos*, aumentando sua influência dentro deste corpo miliciano.

Como consecuencia de las invasiones inglesas la oficialidad criolla se convirtió en un nuevo actor político de cuyo apoyo ya no se pudo prescindir. Se recurre a ella para defender la legalidad del régimen colonial y la defensa de la autoridad del virrey Liniers durante la asonada de 1º de enero de 1809; también de su apoyo depende la consolidación de un nuevo poder revolucionario durante los sucesos del 22 y del 25 de mayo de 1810.¹¹

No decorrer destes conflitos, com os últimos resquícios de poder que lhe restava, o poder metropolitano indica um novo vice-rei para o Rio da Prata, Baltasar Hidalgo de Cisneros, que chegou no território rio-platense em 1809. Mesmo com alguns focos de resistência, o vice-rei oficial (e não interino como Liniers) assume seu posto. Para Myers:

¹⁰ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 71.

¹¹ GOLDMAN, Noemi. *Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 35.

Esses dois últimos governos coloniais sucederam-se em um clima político marcado por intrigas de facções, uma crescente capacidade, por parte de setores poderosos da sociedade local, de ditar políticas de estado – como, por exemplo, a autorização do livre comércio arrancada do vice-rei Baltasar de Cisneros (1809-1810), pela pressão de uma corporação de fazendeiros e o talento retórico de um jovem advogado, Mariano Moreno –, além de conspirações e revoltas, como o frustrado levante do *Cabildo* no início de 1809.¹²

Ao conceder a autorização de livre comércio na região, em grande medida com os ingleses, aqueles que representavam o poder real reafirmaram a incapacidade da metrópole de arcar com as demandas e necessidades de suas colônias, demonstrando cada vez mais quão profunda era a crise.¹³ Então, quando se recebe notícias de que a derrota da Espanha, pelas tropas francesas, é quase certa, os laços coloniais perderam praticamente todo sentido de unidade, ainda mais em uma região como a rio-platense, que passou por vários processos de questionamentos em relação à legitimidade do que restou do poder real e que conseguiu constituir um corpo de novos atores políticos com o apoio dos regimentos de milícias. Na tentativa de garantir o pouco poder que lhe restava, o vice-rei Cisneros propôs a criação de uma “Junta de Governo” que seria presidida por ele mesmo. Acabou por perceber que o apoio que possuía era escasso demais, sendo destituído do cargo (inclusive o papel do corpo das milícias *criollas* seria decisivo para que isso acontecesse) e um “*Cabildo* aberto” foi convocado, isto é, um conjunto de “cidadãos ilustres” se reuniram para criar uma junta autônoma de governo.¹⁴ Em 25 de maio de 1810, celebrou-se este “*Cabildo* aberto” (processo esse iniciado no dia 22 do mesmo mês), com a presidência da junta de governo nas mãos do comandante do regimento de milícias, Cornelio Saavedra e como primeiro secretário, Mariano Moreno, que desempenhará um papel de destaque no desenrolar destes acontecimentos.

Com o advento deste processo revolucionário, abriu-se espaço para uma gama de experiências políticas, econômicas e sociais, que iriam muito além da expectativa de vários dos grupos sociais aí reunidos. Traria também uma complexa

¹² MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 73.

¹³ HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista**. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 39.

¹⁴ MYERS, op. cit., p. 73-74.

rede de soluções e problemas, muitas vezes até contraditórios, que logo cobriam novos rumos e desilusões.

Vários dos conflitos que ocorreram no desenrolar deste momento histórico estão relacionados com a posição adotada pelos líderes revolucionários. A própria idéia de reapropriação da soberania por parte dos *Pueblos*, na ausência do monarca, suscitou muitos conflitos, principalmente no que diz respeito ao conceito de soberania em si. Por exemplo, os revolucionários de *Mayo*, estabeleceram o poder em Buenos Aires a partir de uma concepção de soberania única, ou seja, uma soberania que reside na nação. A perspectiva de formação de um Estado unitário era a tendência colocada como política de governo, confluindo com a concepção de centralização do poder.¹⁵ De certa forma, uma política que refletia traços de permanência em relação à sua antiga condição de capital do vice-reinado do Rio da Prata.

Para favorecerla [a hegemonia de Buenos Aires] ha aprendido también a utilizar los medios heredados del antiguo orden, a invocar las relaciones jerárquicas que éste había establecido entre las autoridades con sede en la capital virreinal y las que les estaban subordinadas. Con ello debía sin embargo crear nuevas y peligrosas áreas de conflicto: ante las zonas más dinámicas de su antigua jurisdicción, la Buenos Aires revolucionaria aparecía bajo una luz ambigua, como destructora pero a la vez heredera del antiguo régimen, y de sus odiosas desigualdades.¹⁶

Desenhou-se um quadro de incertezas e a possibilidade de retorno aos laços metropolitanos, diante de uma reorganização do poder imperial espanhol, não foi descartada por completo. A independência política da região só foi declarada formalmente em 1816, depois de um lento processo de disputas políticas entre governos mais moderados e grupos favoráveis à independência.¹⁷

Em relação à política revolucionária, Mariano Moreno, primeiro secretário da Junta de governo, seria um dos atores responsáveis pelas discussões em torno da idéia de soberania popular, levando em consideração um “pacto de sociedade”,

¹⁵ GOLDMAN, Noemi. *Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 43.

¹⁶ HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista**. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 77.

¹⁷ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÁDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 75.

onde a soberania residiria no povo, repudiando a idéia de “pacto de sujeição”, no aspecto em que esta remontava a uma perspectiva colonizadora. Este admirador de Rousseau, da revolução francesa e também da revolução norteamericana, era considerado um grande intelectual e um dos principais líderes da elite política revolucionária, demonstrando em suas obras uma filiação às concepções republicanas e formação iluminista.¹⁸ Segundo Halperin Donghi, Moreno foi o intelectual que ofereceu uma teoria e uma linha política a serem adotadas pelo governo revolucionário, estas baseadas em princípios democráticos.¹⁹ Ele traduziu e publicou o livro “Do contrato social” de Rousseau e redigia o periódico *La Gaceta*, estes como veículos de divulgação de suas teorias, principalmente da soberania popular. Apostava também na educação como meio para se romper com a tradição colonial, possibilitando novos caminhos para a política e sociedade. A partir destas concepções e dos conflitos políticos rio-platenses, as idéias de Moreno (colocadas em prática pelo próprio e posteriormente pelos chamados *morenistas*) contribuíram para, aos poucos, reformular os instrumentos políticos e jurídicos que estruturavam o sistema colonial. Como por exemplo, a supressão dos títulos de nobreza e o regime de castas; a proclamação da liberdade de imprensa; a divulgação da soberania popular; etc.²⁰ Destacava-se também, em meio a esses mecanismos de enfraquecimento e reformulação dos elementos da representação social e política da tradição colonial, a adoção de símbolos como uma bandeira (criada por Manuel Belgrano em 1812) e a *canción nacional*, invocando as glórias deste período revolucionário em contrapartida à humilhação metropolitana. Com estes aspectos, para Halperin Donghi, a política revolucionária, “ha avanzado ya demasiado en un camino sin retorno”.²¹ Tais posturas políticas não agradaram a muitos, provocando atritos inclusive entre os membros da própria Junta. Não sem motivos, Moreno era caracterizado pelo presidente da Junta (Cornelio Saavedra) como o *Malvado de Robespierre* ou por outros como “Jacobino”, referindo-se, de maneira geral, aos conteúdos igualitários de suas políticas e à firmeza de suas atitudes e

¹⁸ D' AURIA, Aníbal et al. **Orígenes del pensamiento político argentino**. 4. ed. Buenos Aires: Docencia, 2000, p. 18.

¹⁹ HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista**. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 80.

²⁰ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÁDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 75.

²¹ HALPERÍN DONGHI, op. cit., p. 95.

posicionamentos políticos.²² Isto lhe valeu várias desavenças, inclusive com Saavedra que, diante daquele contexto de intrigas, chegou a estabelecer uma ruptura com Moreno, o que custaria ao redator de *La Gaceta*, mais adiante, o próprio cargo. Algumas de suas políticas permaneceram e outras foram revogadas. Mas, para além destes pontos, a influência de grupos ligados às idéias de Moreno (a Sociedade Patriótica, por exemplo) se fez presente em vários momentos nas disputas por espaços de decisões políticas e suas idéias ainda produziram ecos na história da região.

Com a intenção da Junta de Buenos Aires de dirigir os rumos políticos de todo o território rio-platense, juntamente com uma convocatória para que os *Cabildos* das respectivas cidades da região enviassem seus representantes (no caso deputados) tentando de alguma forma integrá-los neste processo, ainda em 1810, foi criado e enviado um exército revolucionário a essas cidades, segundo Myers, para garantir a lealdade de todo o território ao novo regime revolucionário.²³ Este detalhe, a convocação acompanhada de uma expedição militar, para alguns despertou estranheza e desconfiança, para muitos só confirmaria a pretensão centralizadora da ex-capital. O problema consistia no fato de que não existia um consenso em relação a essa política do grupo revolucionário de Buenos Aires, muito pelo contrário. Havia várias concepções de soberania dentro do território rio-platense e acabaram por se chocar com as pretensões de um Estado unitário e centralizado, do grupo portenho.²⁴ Uma guerra parecia inevitável. E ela acontece.

He aquí una realidad muy distinta de la perspectiva de prosperidad al alcance de la mano que el derrumbe del orden colonial parecía anunciar en 1810. La duración de la guerra se debe sobre todo a la amplitud de las resistencias que la revolución encontró en las mismas Indias, y esta misma se vinculaba en buena medida con la

²² GOLDMAN, Noemi. *Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 46.

²³ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 78.

²⁴ Ao trabalharmos nesta primeira parte do capítulo com os termos “grupo portenho”, “os portenhos”, “política portenha” ou mesmo Buenos Aires, no sentido “político”, estamos nos referindo objetivamente aos grupos revolucionário que assumiram o poder político na ex-capital, após 1810. Destacamos este ponto justamente para evitar uma associação automática e equivocada do unitarismo com a política da província portenha como um todo, já que existiam grupos portenhos favoráveis a uma proposta “confederacionista”.

*heterogeneidad hispanoamericana mal disimulada por el manto unificador que el dominio metropolitano proporcionaba.*²⁵

Quando os revolucionários assumiram o poder pensavam em organizar um Estado unitário com bases legítimas, diante do vazio deixado pela metrópole. A realidade sociopolítica do Rio da Prata cobrou soluções diversas e apesar da proposta deste grupo portenho, as perspectivas dos *pueblos* rio-platenses variavam entre as possibilidades de união com um governo central, uma simples autonomia ou com propostas de cunho federalista, ou melhor, confederacionista (como a oferecida pelo grupo do comandante Artigas, da Banda Oriental e Litoral).²⁶ Os conflitos gerados a partir destes aspectos e elementos da conjuntura internacional, produziram, nos primeiros dez anos do desenrolar da *Revolución de Mayo*, um quadro de crises políticas que refletiram nas tentativas (frustradas) de se implementar uma constituição nacional e nos esforços cambiantes para a manutenção da política revolucionária, como o exemplo das muitas Juntas de governo, Triunviratos e Diretórios Supremos, constituídos para garantir algum rumo à revolução.

Para alguns historiadores, o processo revolucionário em si poderia ser compreendido a partir de duas conjunturas temporais. Uma, que reportaria aos anos de 1810 até 1814, outra de 1814 até 1820.²⁷ A primeira conjuntura estaria marcada pela infrutífera tentativa de se constituir solidamente uma nova ordem política nacional, associada a uma luta pela independência, tentativas estas desenvolvidas principalmente pelos *morenistas*. No caso da segunda conjuntura, se configurou uma política mais conservadora, através do governo do Diretório, seguido do agravamento dos conflitos na região e comprometendo o projeto deste grupo revolucionário, o que acabou por desencadear a desagregação deste Estado unitário.

Desde o governo da primeira Junta, uma parte do grupo revolucionário portenho já vislumbrava a possibilidade de se estabelecer uma Constituição, para organizar aquela nova ordem política. E mesmo com a tentativa da Junta de

²⁵ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista*. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 58.

²⁶ GOLDMAN, Noemi. *Crisis imperial, revolución y guerra (1806-1820)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). *Revolución, república, confederación: 1806-1852*. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 57.

²⁷ *Ibid.*, p. 45.

convocar um congresso constituinte (entre 1810 e 1811), a parte mais conservadora deste governo se utilizou de várias manobras políticas para frustrar tais expectativas. Apesar desses conflitos, a perspectiva de um governo com bases na representação política, ganhou bastante espaço em meio aos revolucionários.²⁸

Uma conjunção de interesses confluiu para a retomada das propostas em relação à formalização de uma Constituição nacional. O governo conseguiu convocar uma “Assembléia Geral Constituinte”, em 1813. Apesar de não atingir todos os seus objetivos (já que foi dissolvida), devido às preocupações em relação a uma possível restauração da monarquia espanhola e aos problemas referentes ao conflito com a Banda Oriental, os membros desta assembléia constituinte se reuniram algumas vezes e conseguiram aprovar medidas como a extinção gradual da escravidão (com a lei do ventre livre); a extinção definitiva dos títulos de nobreza; proibição da tortura; extinção da servidão indígena; igualdade de todos cidadãos perante a lei; extinção do *mayorazgo* (patrimônio familiar transmitido ao filho mais velho), etc.²⁹ Ainda assim, não conseguiram declarar a independência, muito menos implementar uma Constituição. Em meio à instabilidade política, aos sucessivos governos e guerras com as várias províncias da região, outras tentativas em prol de uma Constituição aconteceriam.

Foi o caso do “*Congreso General Constituyente de las Provincias Unidas en Sudamérica*”, de 1816. Após a caída de Alvear, em seu governo unipessoal e da crise política e militar que deixou Buenos Aires quase sem rumo, convocou-se outro congresso constituinte para tentar re-estabelecer a organização revolucionária. O fato de este congresso ser realizado em Tucumán e não em Buenos Aires, demonstra claramente os objetivos dos revolucionários portenhos, no caso o de estabelecer maior proximidade com grupos do interior e de outras regiões, levando em consideração a expectativa de que esta decisão pudesse transparecer um clima menos impositivo por parte desta antiga capital. Declararam em 9 de julho desse mesmo ano a independência formal das *Provincias Unidas en Sudamérica*. Os constituintes sugeriram várias alternativas e caminhos para se acabar com as instabilidades políticas, dentre elas a instituição de uma “monarquia Incaica”,

²⁸ MYERS, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, Marco A.; MÁDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1). p. 76.

²⁹ Ibid., p. 76-77.

proposta por Belgrano, no intuito de buscar uma alternativa legítima de linhagem real. Esta proposta foi recusada pela maioria e um texto constitucional foi aprovado em 1819, com características centralistas, podendo ser, para muitos, facilmente reformulado e adaptado a um regime monárquico, já que essa possibilidade nunca foi totalmente descartada por alguns políticos. A proposta constitucional é rechaçada pela maioria das províncias e o congresso é dissolvido. Em 1820, depois do governo revolucionário perder a batalha de *Cepeda* para as tropas do litoral, este Estado central também é dissolvido, em meio aos conflitos com as propostas “federalistas”, a incorporação, pelos portugueses, da Banda Oriental (ou para o governo luso: Província Cisplatina) e uma crise propriamente institucional. Surgiram, no lugar de um governo centralizador, treze províncias autônomas no território rio-platense e adotaram uma forma republicana de governo.

Remontamos vários aspectos da história política referente à *Revolución de Mayo* por acreditar ser importante compreender melhor o contexto histórico na qual os intelectuais da geração de 1837 nasceram e cresceram, já que quase todos eles vieram ao mundo entre 1805 e 1821, passando por todos esses acontecimentos que acabaram por afetar tanto a seus pais quanto aos próprios. Permite-nos também buscar mais elementos para melhor compreender e discutir suas representações do passado histórico, ponto extremamente relevante no que diz respeito ao impacto destas nas formas de agir e pensar deste grupo geracional.

Constituiu-se socialmente, no Rio da Prata, uma perspectiva geral de que a *Revolución de Mayo* seria o acontecimento fundador de uma nova era para a história local, uma espécie de mito de origem. Os vários grupos sociais reivindicavam o processo revolucionário para referendar sua política, cada um selecionando e desenvolvendo pontos que lhes eram favoráveis. Posteriormente, o próprio governador de Buenos Aires, Rosas, iria reivindicar esta revolução, mas diferentemente de muitos, buscou destacar que o 25 de *mayo* de 1810 representava não uma ruptura definitiva com a metrópole, mas sim uma atitude necessária diante da ausência do monarca, que visava manter a ordem e proteger esta parte da colônia até o re-estabelecimento da Coroa.³⁰ Esta declaração custou aos rosistas a caracterização de *contrarrevolucionarios*, pelos grupos políticos de oposição (inclusive os integrantes da geração de 1837), afirmando que Rosas era um traidor

³⁰ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clío y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 188.

dos ideais de *Mayo*, já que para estes, a revolução teria sido um ato de ruptura com a política de submissão promovido pela Coroa. Mas Rosas também acusou a seus inimigos de *contrarrevolucionarios*, principalmente por considerar que eles teriam traído o princípio de independência da região, quando se aliaram a potências estrangeiras nas lutas entre as facções.

Estes pontos foram destacados não necessariamente para demonstrar como os grupos viam o processo revolucionário em si, mas para demonstrar que a necessidade de reivindicação da *Revolución de Mayo* estava muito associada à perspectiva de produção de um discurso para legitimar um poder, um regime político ou um conjunto de propostas e ao mesmo tempo desvalorizar e deslegitimar o inimigo, levando em consideração a tentativa de se formar uma identidade social, a partir da afirmação de uma representação do passado histórico. Assim, os membros da *Nueva Generación*, apesar de compartilharem com a idéia geral de que a revolução seria uma espécie de mito de origem, acrescentaram uma perspectiva particular em sua interpretação. Consideravam a *Revolución de Mayo* como um processo inconcluso e que precisava ser continuado por quem tivesse condições de oferecer um “sistema superior de idéias e crenças”³¹, para se buscar a formação efetiva de uma nação, no caso acreditavam que eles mesmos possuíam as condições de oferecer um projeto desse nível para a sociedade. Buscavam, como destaca Bernardo Ricupero, “completar a emancipação política [conquistada com a *Revolución de Mayo* e a declaração de independência] com uma emancipação mental”.³² Um trecho clássico de Echeverría poderia resumir bem essa expectativa do grupo:

*Nuestra vida y la de la Patria, empieza en Mayo. Ligar nuestros trabajos al pensamiento de Mayo, será continuar la obra de la revolución, es decir, completarla y perfeccionarla según sus pasos, y progresar, que es lo que constituye la vida.*³³

³¹ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 202-207.

³² RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil: (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 207.

³³ GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). *Obras completas de Esteban Echeverría*. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 121.

Cabe notar, então, que ao realizar um balanço crítico da revolução, a geração de 1837 considerava que, apesar dos avanços promovidos, seria necessário aperfeiçoar as idéias desenvolvidas pelas gerações anteriores e tentar superar os problemas desencadeados pelo processo revolucionário. O historiador argentino Félix Weinberg, ao considerar as propostas de Echeverría, formuladas em meio ao seu grupo, coloca o seguinte título em seu livro: *Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución*³⁴, segunda revolução travada agora através da inteligência, das idéias, diferentemente da primeira (no caso, *Mayo*), por meio de batalhas, das guerras. Essa era a perspectiva do grupo.

Esses intelectuais da geração de 1837, muito influenciados pelas idéias românticas, se depararam com uma questão paradoxal. Como buscar no passado tradições e costumes comuns, elementos culturais que pudessem configurar uma nacionalidade (considerando-a inexistente até então), sendo que repudiavam o passado colonial, onde estavam presentes as idéias de submissão e negação de liberdades? A saída peculiar encontrada por eles estava na compreensão de que não se poderia buscar os elementos para configurar a nacionalidade em um passado distante, mas projetar essa busca para o futuro, apesar de perceberem que a partir da *Revolución de Mayo*, a região rio-platense havia ingressado “nas vias do progresso”.³⁵ Levaram em consideração que esses primeiros passos rumo ao progresso estavam presentes nas políticas dos revolucionários, como por exemplo a defesa da liberdade de imprensa (veículo de divulgação considerado muito importante e também muito utilizado por Echeverría e seu grupo), a igualdade perante a lei, as influências do iluminismo, as políticas com bases liberais e democráticas, implementadas principalmente por Mariano Moreno. Vicente Fidel Lopez, também integrante da geração de 1837, destacou em vários momentos o importante papel desempenhado por uma parte dessa elite revolucionária.³⁶

O problema maior estava relacionado ao fato de que a revolução, segundo essa *primera generación romántica*, não havia conseguido impulsionar o Rio da Prata em direção ao progresso contínuo, provocando uma série de conflitos que se traduziram em anarquia e despotismo, isso tudo devido ao atraso colonial, à herança

³⁴ WEINBERG, Félix. **Esteban Echeverría**: ideólogo de la segunda revolución. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006.

³⁵ WASSERMAN, Fabio. **Entre Clío y la Polis**: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 202-203.

³⁶ Ibid., p. 206-207.

de tantos anos de opressão da Coroa. Para Alberdi, por exemplo, a revolução chegou antes do tempo, ou seja, o Rio da Prata ainda não estava preparado para entrar no processo civilizatório.³⁷ Isto refletiu nos desdobramentos dos conflitos políticos do período, inclusive os ocorridos entre unitários e federalistas, mas que poderiam ser eliminados a partir do sistema superior de idéias que esta *Nueva Generación* propunha, baseados em preceitos democráticos. Assim acreditavam.

1.2 UNITÁRIOS, FEDERALISTAS E A NAÇÃO ARGENTINA

Após a queda do governo unitário e centralizador de Buenos Aires, em 1820, os Estados autônomos provinciais, através do grupo político que os assumiam, passaram a ser protagonistas no cenário político rio-platense, em uma dinâmica de disputas pela afirmação de suas soberanias. Esse processo remete aos conflitos desencadeados desde a *Revolución de Mayo*, em que a questão da soberania cobra terreno a partir de duas concepções principais. Por um lado, os *Pueblos*³⁸ reassumiriam sua soberania, para se organizarem politicamente, cada um, de maneira autônoma. Por outro, a concepção de que a soberania seria estabelecida, levando em consideração uma organização política sob a liderança da ex-capital do vice-reinado do Rio da Prata, Buenos Aires, já que esta possuía uma estrutura administrativa e política que refletia sua antiga condição de capital, com muitos recursos e também portadora de uma ilustração³⁹. Nesse sentido, estas duas proposições coexistiram de maneira conflituosa no desenrolar dos primeiros dez anos de política revolucionária e ao cair o Estado geral central, em 1820, o que se viu foi a afirmação do considerado “âmbito mais real da unidade sociopolítica”, no

³⁷ WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008. p. 207.

³⁸ O termo “*Pueblo*”, segundo o historiador argentino José C. Chiaramonte, poderia ser considerado como um sinônimo de cidade, em seu sentido político, não urbanístico. “*Los Pueblos soberanos*” era uma das formas normalmente empregadas para se referir às cidades que conseguiram reconquistar sua soberania, diante da ausência do poder real. Assim, “[...] el pueblo era concebido no en términos atomísticos e igualitarios, sino como un conglomerado de estamentos, corporaciones y territorios, con las correspondientes relaciones propias de una sociedad que consagraba en lo político la desigualdad enraizada en la economía.” Cf. CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007. p. 114-115.

³⁹ Id., 1996. p. 100.

caso, a cidade e sua jurisdição (mais adiante, a província), como detentoras da soberania e não a desagregação de uma nação, ainda inexistente.⁴⁰

A partir destes aspectos, as províncias autônomas emergiram em meio à ampliação e redefinição do papel da representação política exercida pelas cidades. Dentro deste recente contexto, de experiências representativas e eleitorais, referentes ao exercício da soberania, com o tempo os governantes das cidades tiveram que, apesar das resistências, considerar melhor as formas de participação do *vecinos*, das *campañas*, isto é, das populações rurais (consideração que acabava por remeter à participação das *campañas* no processo de militarização decorrentes das guerras independentistas), grupo este relegado à marginalização. Essas resistências estavam relacionadas, em boa parte, com as preocupações de terem que modificar a “natureza histórica de seu sistema representativo”, ou seja, de modificar as relações de privilégios políticos estabelecidos para cada governo destas cidades.

Es cierto que, como se acostumbra referir, estas nuevas provincias constituyen territorialmente el resultado de una disgregación de aquellas delimitadas por el régimen de intendencias. Pero por otra parte, y más sustancialmente, fueron el resultado de un proceso de ampliación de la participación política, en la medida en que darían cabida a través de la definición de un nuevo régimen representativo a las poblaciones de la campaña que, en el ordenamiento comunal del régimen español, carecían como tales de representaciones en los ayuntamientos.⁴¹

Através de outros aspectos também podemos perceber de que forma ocorreram os desdobramentos desta afirmação da soberania nas províncias, como por exemplo, as relações interprovinciais posteriores ao fracasso de implementação da Constituição de 1826, em que o caráter diplomático de várias reuniões ficava explícito, pautadas em uma perspectiva de respeito à província independente e concepções normativas visando elementos do direito internacional. As diversas Constituições estabelecidas pelas províncias apresentaram aspectos interessantes no que diz respeito à soberania e cidadania, demonstrando a coexistência de

⁴⁰ GOLDMAN, Noemi. *Los orígenes del federalismo rioplatense (1820-1831)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 105.

⁴¹ CHIARAMONTE, José Carlos. *El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX*. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos: México / Brasil / Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 113.

identidades provinciais e americanas. Nos vários lugares do Rio da Prata, os *Pueblos* comumente se identificavam como americanos e/ou como moradores de suas respectivas localidades (Cordobeses, sanjuanino, correntino, etc.) e muito raramente como argentinos, termo utilizado mais para designar os moradores de Buenos Aires. E somente aos poucos passou a ser utilizado de maneira mais geral, pois em muitos lugares ainda estava presente uma carga simbólica que remetia à política centralizadora de Buenos Aires.⁴²

Participando deste contexto de reorganização da representação política, de estruturação do poder provincial em bases autônomas, encontramos Buenos Aires, após a derrota na batalha de Cepeda, em fevereiro de 1820, que acabou por culminar na dissolução do poder central. Vários setores da sociedade bonaerense, ao perceberem o custo de se encabeçar uma liderança política para sustentar um Estado central, rechaçaram uma possível continuidade desta proposta política, na expectativa de conseguir reorganizar a autoridade e combater o caos político e econômico que assolou a região. Nesse sentido, conformou-se nesta província um grupo político dirigente, o *Partido del Orden*, composto por setores heterogêneos da elite de Buenos Aires, com algumas das figuras já presentes na política desde o período revolucionário, como também alguns setores economicamente dominantes, apoiando o governador Martín Rodríguez. Buscava-se, através de várias reformas, modernizar uma estrutura administrativa ainda herdeira das tradições coloniais. Estas reformas, inspiradas e implementadas pelo ministro Bernardino Rivadavia, tinham como foco as diversas áreas daquela sociedade, como a política, a economia, a cultura, religião, etc., apresentando-se como viáveis, em grande medida, graças aos recursos fiscais oriundos do porto de Buenos Aires, a *aduana*, recursos esses antes canalizados para as guerras de independência. Esse novo período da história de Buenos Aires, em que se destacava a formação de uma atmosfera de paz e progresso, ficou conhecido como a “feliz experiência”, com certo

⁴² Segundo Chiaramonte, “La denominación de ‘argentina’ se fue generalizando para designar al conjunto rioplatense luego de su uso en la Constitución de 1826, y es convalidada en el texto del Tratado de 1831, que utiliza la expresión ‘Confederación Argentina’”. Cf. CHIARAMONTE, José Carlos. *El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX*. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos: México / Brasil / Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 92.

apoio e contribuição dos setores dominantes na busca por uma estabilidade social e política.⁴³

As famosas reformas rivadavianas, inspiradas nas idéias da ilustração, nas influências do liberalismo, de Jeremy Bentham, eram um reflexo da crença de Rivadavia no progresso humano, na educação, na legislação e na política, elementos estes que poderiam contribuir para o desenvolvimento daquela sociedade. Apesar da curta duração desta “feliz experiência”, devido ao posterior conflito entre unitários e federalistas em torno do Congresso Constituinte e da Constituição de 1826, estas reformas deixaram suas marcas na sociedade, inclusive apresentaram-se àqueles que, logo mais, se reuniram a partir da geração de 1837, já que muitos deles usufruíram das estruturas educacionais (Universidade de Buenos Aires e Colégio de Ciências Morais) e do clima cultural promovido pelas reformas rivadavianas, como a participação em Sociedades Literárias, a valorização do espaço público, da liberdade de imprensa e associações diversas. Para Jorge Myers,

[...] los contenidos formales de la enseñanza rivadaviana moldearon el universo mental de los futuros escritores románticos, determinando de esa manera que el punto de partida de cualquier eventual pensamiento propio debería ser necesariamente la visión secular y laicista de su primer aprendizaje.⁴⁴

O período rivadaviano proporcionou uma gama de influências para os membros da geração de 1837, como o contato com as doutrinas da Ilustração, do Liberalismo e das tendências secularizadoras, que desempenharam um papel de destaque nas formulações de seus projetos para a sociedade argentina. Estes aspectos se tornam importantes principalmente porque, por meio desses contatos, foi possível estabelecer também, para o grupo geracional, um diálogo crítico com as concepções políticas unitárias de Rivadavia, ao tentarem diferenciar-se tanto deste grupo quanto dos federalistas. Consideravam, por exemplo, um equívoco ampliar o direito de voto para toda a população bonaerense, política implementada por

⁴³ TERNAVASIO, Marcela. *Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 162-164.

⁴⁴ MYERS, Jorge. *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y la política argentinas*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 387-388.

Rivadavia com a Lei eleitoral de 1821, o sufrágio universal.⁴⁵ Colocavam esta perspectiva, Echeverría e vários dos integrantes da geração de 1837, justamente por considerarem que o povo não estaria preparado para lidar com este grau de democratização, principalmente em um âmbito vasto como o provincial, acreditando que os progressos nessa área deveriam dar-se de maneira gradual e preferencialmente em escala menor, como o âmbito municipal, este servindo de escola para que um dia o povo possa exercer plena liberdade e soberania. Exemplo clássico, para eles, seria o falso republicanismo e a democracia do governador Rosas, que se apoiava nesta Lei eleitoral. Os intelectuais da geração de 1837, depois de vivenciarem esse contexto, conseguiram mais elementos para a constituição de seus posicionamentos políticos diante dos conflitos que assolaram a região.

A província de Buenos Aires, em contraste com as demais, organizou seu poder político, após a chamada “crise de 1820”, por meio de “leis fundamentais” e não a partir de uma Constituição, como as demais províncias. Isto até o ano de 1854. Mesmo assim, uma das características valorizadas por esta elite governante era o princípio de divisão dos poderes, enfocando a necessidade de se estabelecer efetivamente uma política republicana. Para além dos resultados reais desta perspectiva, tomaram corpo aspectos relevantes das políticas legislativas (figuradas pela “Sala de Representantes”) naquela sociedade, contribuindo com os processos decisórios, como a indicação do governador, discussão e aprovação das propostas reformistas, análise dos gastos e impostos, fiscalização do executivo, etc. Apesar da ausência de uma carta constitucional, certos ordenamentos jurídicos e práticas governativas foram sendo formalizados pela legislatura, encaminhando a organização provincial.

As propostas de reforma atingiram muitas esferas da sociedade, promovendo também o desenvolvimento econômico, o que chamaria a atenção da Inglaterra, reavivando suas expectativas em relação às oportunidades comerciais com Buenos Aires. Rivadavia tinha como plano o desenvolvimento da agricultura, da indústria, dos transportes, dinamizando a economia em uma perspectiva liberal, buscando,

⁴⁵ O conceito de “Sufrágio Universal” não era considerado usual no período rivadaviano, sendo difundido pela geração de 1837 em suas interpretações políticas do referido contexto histórico. Cf. TERNAVASIO, Marcela. *Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 166.

inclusive capitais e recursos estrangeiros. A expansão econômica portenha teve relevante influência no que Lynch chamou de “restabelecimento da fé britânica na Argentina”⁴⁶ e o assédio dos ingleses à região, no sentido comercial, se tornaria muito presente.

A partir desses elementos destacados, referentes às reformas promovidas pelo ministro Rivadavia, Marcela Ternavasio nos leva a refletir sobre o alcance efetivo destas reformas na sociedade bonaerense. A autora demonstra que, apesar de ter deixado marcas importantes, as reformas rivadavianas se chocaram constantemente com tradições e hierarquias muito arraigadas, dificultando os processos de mudanças.⁴⁷ Os conflitos políticos e sociais que ainda perdurariam anos mais, trazem consigo relações de enormes complexidades, ultrapassando as reduções e simplificações em torno de lutas polarizadas, unitários e federalistas, apresentando os conflitos dentro de cada grupo e a consideração do momento político, com suas formas de agir. Mesmo assim, de fato os conflitos entre essas duas linhas políticas se aprofundaram diante de uma nova tentativa de organização de um Estado nacional, com a instituição de um congresso constituinte em 1824 e posteriormente a formulação de um projeto constitucional de base unitária, acabando de fato com o que se convencionou chamar de “feliz experiência”, em Buenos Aires.

A Inglaterra, nesse período, propôs o reconhecimento da independência da região, como também um tratado de amizade e comércio. Uma proposta que, apesar de cobiçada por muitos, tornaria a apresentar uma das questões que mais geraram conflitos desde a *Revolución de Mayo* até o presente momento de afirmação da autonomia das províncias: onde residiria a soberania? Nas cidades / províncias ou na chamada “nação”?

Assim, convocou-se um novo Congresso Constituinte em 1824, fortemente permeado por discussões que envolviam a definição da soberania, afetando tanto a questão da proposta inglesa de reconhecimento da independência da região quanto os problemas relacionados ao território da “Banda Oriental”, que ainda permanecia

⁴⁶ LYNCH, John. *Las revoluciones hispanoamericanas: 1808-1826*. 8.ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2001. p. 76.

⁴⁷ TERNAVASIO, Marcela. *Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). *Revolución, república, confederación: 1806-1852*. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 179.

em poder dos portugueses.⁴⁸ Com os deputados convocados e reunidos, proporcionalmente à quantidade populacional das províncias, aprovou-se a “Lei Fundamental”, que estabelecia um poder executivo nacional provisório, em Buenos Aires, sendo designado para tratar das relações exteriores e de guerra, mas sem poderes de intervenção nas províncias. Nesse mesmo contexto, foi aprovada também (antes mesmo de um projeto constitucional) uma lei que instituía um exército nacional, em 1825, causando acirradas discussões, já que a criação de uma força militar de cunho nacional, segundo os políticos contrários a esta proposta “unitária”, mais uma vez apelava para a perspectiva de uma soberania com bases nacionais. Procedeu-se que, diferentemente dos primeiros momentos deste Congresso Constituinte, calcado na moderação e na prudência, o grupo unitário, com sua presença predominante, buscou as vias da radicalização, recorrendo à implementação de propostas nacionalizadoras, como o estabelecimento da *Ley de Presidencia*, que correspondia a um poder executivo nacional efetivo, agora presidido por Rivadavia (para os federalistas se tratava de uma demonstração de violação do caráter provisório deste poder, instituído pela Lei Fundamental), a instauração de um banco nacional, da *Ley de Capitalización*⁴⁹ e mais adiante, em 1826, a promulgação de uma Constituição.⁵⁰ Essas investidas do grupo unitário geraram um clima de agravamento das relações entre as diversas facções políticas, federalistas (Dorrego e Manuel Moreno, por exemplo) e dentro do próprio “Partido da Ordem”, uma das principais bases de apoio governamental. A promulgação da Constituição de 1826, um conjunto de leis que apresentava um caráter unitarista, também causou grandes conflitos políticos acentuando as iniciativas de oposição dos grupos federalistas. Nesse sentido, carecendo de consenso e de grandes apoios, na prática, ela viria a fracassar.

⁴⁸ TERNAVASIO, Marcela. *Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 182.

⁴⁹ A *Ley de Capitalización*, que declarava Buenos Aires a capital nacional, com um território federalizado que abarcava uma das principais áreas comerciais da província, eliminando as instituições desse governo, se tornou uma das propostas mais questionadas e debatidas, levando em consideração que acabaria por desestruturar a unidade política da província (conquistada a pouco) e mexer em interesses econômicos de muitos grupos que antes apoiavam este setor no congresso.

⁵⁰ TERNAVASIO, op. cit., p. 183-184.

La nueva carta orgánica, sin embargo, estaba destinada a fracasar de la misma manera que su antecesora. La imposibilidad de acordar en el tema de la soberanía fue una de las claves de dicho fracaso. Todos los debates a que dieron lugar los proyectos presentados – desde la Ley Fundamental hasta la misma Constitución – revelaron el enfrentamiento entre dos formas muy diversas de definir la soberanía: la de la soberanía nacional y la de la soberanía de las provincias.⁵¹

No momento da anexação da Banda Oriental pelas tropas portuguesas, a região do Rio da Prata se encontrava mergulhada nas guerras iniciadas com o processo revolucionário e tempos depois, a situação de posse estrangeira daquela localidade provocou mais reações de reprovação por grande parte das populações rio-platenses. Em Buenos Aires, por exemplo, a opinião pública se manifestou de diversas formas, com alguns apoiando uma intervenção efetiva para reaver o território para a região, outros apostando na diplomacia para a resolução do conflito. Mas, a partir da conjuntura de convocação de um Congresso em 1824 e a expectativa (por parte de alguns) do estabelecimento de um Estado Nacional, com quase todas as unidades do antigo vice-rei do Rio da Prata, expedições militares foram enviadas para a Banda Oriental (abril de 1825). Com a contribuição de Juan Antonio Lavalleja (fazendeiro da *campanha* oriental) e de Fructuoso Rivera, estas expedições conseguiram avançar terreno. Na segunda metade de 1825, este mesmo Congresso declarou a integração da Banda Oriental às chamadas “Províncias Unidas”, o que acarretou oficialmente o início da guerra com o agora Império brasileiro, em 1826. As tropas rio-platenses, comandadas pelo general Alvear, conseguiram algumas vitórias, mas devido a problemas estratégicos, de deserções e indisciplina, as dificuldades destas forças militares para se impor na guerra foram enormes. Acrescenta-se a isto a superioridade naval do império brasileiro que, ao estabelecer um bloqueio nos rios da região, provocou sérios problemas econômicos para as Províncias Unidas. E, considerando a demora para se resolver este conflito, o agravamento dos problemas econômico e político também estava prejudicando as comercializações com os ingleses, forçando uma intermediação britânica, principalmente no decorrer de 1827, em que buscava-se um

⁵¹ TERNAVASIO, Marcela. *Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 187.

tratado de paz, via indenização para o império brasileiro se retirasse suas tropas da região ou via instituição de um Estado independente na Banda Oriental.

Em meio a esta crise, o presidente do poder executivo nacional, López y Planes, percebendo faltar-lhe base de apoio, renuncia. O Congresso é dissolvido, recomendando-se a Buenos Aires a iniciativa de resolver os problemas relacionados à guerra. Assim, apesar de não conseguir a antiga unidade política do governo, Buenos Aires conseguiu reconquistar sua antiga situação (a de antes da Ley de Capitalización), elegendo um novo governador (Manuel Dorrego) e uma nova Sala de Representantes, agora com alianças mais voltadas para os federalistas, já que o recente passado político demonstrou os avanços das propostas radicais unitárias e suas consequências no que diz respeito às investidas nacionalizadoras.⁵²

O governador de Buenos Aires, Manuel Dorrego, posteriormente à dissolução do executivo nacional, tentou re-estabelecer a autonomia portenha, com suas instituições políticas e também as relações interprovinciais, pontos importantes nesse contexto de responsabilidade pelas relações exteriores, de guerra e paz. A partir disso, o governador Dorrego buscou apoio com outras províncias para fazer frente aos esforços de guerra, contra o império brasileiro, inclusive re-estabelecendo as relações políticas com Córdoba. Nesse processo de negociações e diálogos com outras províncias, acordou-se que, depois de resolvido o conflito com o Brasil, seria convocado uma Convenção Nacional, para decidir sobre os rumos políticos da região, só que agora com a influência de grupos federalistas. Mas, depois de várias pressões (inglesas, inclusive) e desgastes políticos e econômicos, foi proclamada a independência da agora República Oriental do Uruguai, em 1828.

Em 1829, o federalista Juan Manuel de Rosas deu início ao seu primeiro governo em Buenos Aires, tentando estabelecer sua base de apoio em meio aos conflitos com alguns focos unitários, rumores de conspiração e a divergências dentro do próprio Partido Federal. Este governador intitulado “Restaurador das leis” (já que em seu discurso declarava ter como objetivo a organização de uma ordem política estável e legítima), assumiu seu cargo com poderes especiais, através das chamadas “Faculdades extraordinárias”, que permitia maior concentração de atribuições para o poder executivo, como por exemplo, a possibilidade de suspender

⁵² TERNAVASIO, Marcela. *Las reformas rivadavianas en Buenos Aires y el Congreso General Constituyente (1820-1827)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 191.

garantia individuais, mecanismo esse que foi concedido pela legislatura da província a Rosas, até a configuração de uma nova Sala de Representantes. Este posicionamento do poder legislativo refletia o contexto sociopolítico conturbado de reorganização do Estado provincial, conformando-se através da influência da facção federal.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito às relações de poder distribuídas pela região do Rio da Prata, já que, apesar de certa hegemonia do federalismo rosista, *Caudillos* do Litoral e do Interior, como López e Facundo Quiroga, demonstraram de várias formas, possuir influência nestas regiões, estabelecendo, por mais algum tempo, considerável equilíbrio de forças.

Rosas, com seu intento de construir uma ordem política estável, conseguiu apoio de grandes parcelas das elites da região do Rio da Prata, levando em consideração um passado recente de conflitos políticos e incertezas futuras. A legalidade e legitimidade das instituições políticas da província de Buenos Aires, no período do governador Rosas, cobraram formas por meio de atos eleitorais, atenção à opinião pública (como um componente importante deste quadro de legitimidade) e respeito às leis. Ou seja, a pesar da caracterização de Rosas como déspota, tirano, ditador, bárbaro, autoritário, inclusive difundida por membros da geração de 1837, pode-se perceber uma relação muito mais complexa no que diz respeito aos posicionamentos políticos e militares do Governador de Buenos Aires. Este sempre tentou vincular sua imagem à esfera da legalidade e buscou legitimar sua política por meio de atos eleitorais e consultas públicas que envolvessem uma parte relevante da população. Utilizou-se de vários mecanismos repressivos e intervencionistas para conter a oposição, justamente por compreender que a política deveria ser estabelecida dentro de um quadro de posicionamentos homogêneos, para se garantir uma estabilidade, sem espaços para ambigüidades, a partir de uma perspectiva política federal, daí surgindo algumas das máximas atribuídas ao regime rosista: “quem não era federal, era claramente unitário e inimigo da ordem”⁵³. Esta proposta do regime rosista viria a se chocar com os interesses de outros grupos sociais, principalmente com as perspectivas dos integrantes da geração de 1837

⁵³ PAGANI, Rosana; SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. *El Ascenso de Rosas al poder y el surgimiento de la Confederación (1827-1835)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 288.

que, ao serem perseguidos politicamente, se refugiaram em países como Chile e Uruguai, constituindo alguns dos pólos de oposição a Rosas.

Somado ao fato de poder administrar os recursos de sua província com certa liberdade, poderíamos considerar a perspectiva de Rosas, ao rejeitar a criação de instituições nacionais, no sentido de que seria necessário também esperar que as várias províncias estivessem preparadas para tal tipo de associação, com as estruturas políticas dos Estados melhor organizadas e consolidadas, para assim compreender os interesses envolvidos e se estabelecer uma união efetiva, distanciada dos conflitos oriundos das paixões políticas. Esse posicionamento de Rosas foi interpretado por muitos de seus opositores como uma resposta política que visava a fragmentação do país, em prol do desenvolvimento individual da hegemonia rosista.

Principalmente a partir do segundo mandato de Rosas, o discurso de guerra contra os unitários foi muito utilizado para justificar o que alguns autores chamariam de um “regime republicano de exceção”, enfocando o federalismo como única bandeira viável para se resolver os problemas da província, como também da sociedade rio-platense.

Por mecanismos legales y con todo el ceremonial se había establecido un gobierno republicano de excepción, un gobierno que, para garantizar la sustentabilidad del sistema representativo/electoral, debió concentrar buena parte de las facultades de los otros poderes y suspender ciertas libertades individuales [...] Parte del mando que Rosas había recibido consistía precisamente en llevar la guerra ‘a muerte’ a los unitarios.⁵⁴

Todos os seus opositores eram caracterizados como “unitário”, isto é, inimigos do federalismo rosista. Recorria-se, em nome da estabilidade política, à produção de listas com nomes de unitários, a intimidações, a assassinatos, à censura da imprensa, ao confisco de bens dos suspeitos de práticas “unitárias”, etc. O próprio Esteban Echeverría, dentro do contexto da invasão das tropas unitárias de Lavalle a Buenos Aires em 1840, depois de ter que seguir rumo ao exílio, fugindo das perseguições do regime rosista, teve seus bens e de seu irmão confiscados e saqueados, devido seu apoio às investidas de Lavalle, sendo caracterizado como

⁵⁴ SALVATORE, Ricardo. *Consolidación del régimen rosista (1835-1852)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 328.

“salvaje asqueroso e inmundo unitario”.⁵⁵ Nesse sentido, Rosas buscava uma unanimidade em torno de sua política federalista.

*Una sociedad agraria estable y armónica, un americanismo moderno y pragmático enfrentado a la tradicional y monárquica Europa, la amenaza permanente de conspiradores unitarios y una obsesión por el orden constituyeron las bases del discurso del republicanismo rosista.*⁵⁶

O governo de Rosas, durante uma boa parte do tempo, enfrentou diversos problemas internos e externos, com várias rebeliões, bloqueios navais de países estrangeiros (como Inglaterra e França), conflitos com *Caudillos* de outras províncias, etc. A maneira como Rosas conduziu estas situações e as estratégias políticas utilizadas para resolvê-las, marcaram sua popularidade, como também a duração de seu governo.⁵⁷ Apesar disso, em meio a todos esses conflitos, através de uma aliança do general Urquiza (governador de Entre Ríos) com Uruguai e Brasil, pela organização constitucional da região rio-platense, consolidação da independência do Uruguai e pela derrota de Rosas, em 3 de fevereiro de 1852, na batalha de Caseros, cai o regime rosista. É convocado um Congresso Constituinte, que resultaria na Constituição Nacional de 1853, esta baseada no modelo proposto por um dos integrantes da geração de 1837, o jurista Juan Bautista Alberdi.

Posteriormente à derrota do regime rosista, além de se abrirem possibilidades para a organização de um Estado Nacional, tornou-se viável o retorno de boa parte dos membros da geração de 1837, muitos deles inclusive se tornariam protagonistas de governos posteriores, colocando em prática algumas das propostas defendidas pelo grupo.

⁵⁵ WEINBERG, Félix. **Esteban Echeverría**: ideólogo de la segunda revolución. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006. p. 129-131.

⁵⁶ SALVATORE, Ricardo. *Consolidación del régimen rosista (1835-1852)*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 339.

⁵⁷ Ibid., p. 366.

CAPÍTULO 2

ECHEVERRÍA E A GERAÇÃO DE 1837

CAPITULO 2: ECHEVERRÍA E A GERAÇÃO DE 1837

Este segundo capítulo da dissertação foi pensado no sentido de desenvolver uma análise da relação de Echeverría com a “geração de 1837”, justamente por entendermos que sua forma de agir e pensar está muito ligada a este grupo, já que compartilhavam, em vários aspectos, uma “visão de mundo”, percepções e sensibilidades em comum, propiciando uma sistematização de idéias que neste caso deu origem ao *Dogma Socialista*.

O objetivo principal deste capítulo é trabalhar com aspectos da formação e desenvolvimento destes intelectuais em meio a uma rede de sociabilidade, filiações, como também captar, neste processo de gestação, os principais debates, suas influências, caminhos percorridos e circulação de idéias.

Busca-se debater melhor sobre que bases os membros da geração de 1837 processaram suas reflexões e críticas no que diz respeito ao chamado para se regenerar a nação, ou seja, levando em consideração os problemas que ainda permaneciam no período pós-revolucionário e a visão de passado histórico impresso por esta geração intelectual. O grupo propôs formas de intervenção política e social para poder firmar uma nacionalidade e continuar caminhando na “senda do progresso”. O tema da formação de uma identidade nacional com bases democrático-progressistas foi pauta muito presente nas discussões desse grupo.¹ Ao se posicionarem de forma crítica diante da política dos chamados *Caudillos*, principalmente em relação ao governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, os integrantes da geração de 1837, de maneira geral foram perseguidos politicamente e se exilaram, a maioria em Montevidéu. Veremos que esse processo de exílio teve um papel importante no sentido de firmar, de início, uma noção de identidade nacional argentina em muitos integrantes deste grupo, como também, tempos depois, geraria um processo de dispersão física e dos laços de sociabilidade do grupo, demonstrando os limites do desenvolvimento e partilha das sensibilidades e “visões de mundo”, geradas em meio a esta *primera generación romántica*.

¹ Cf. CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846)**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007. p. 247-257; SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. passim; WASSERMAN, Fabio. *Política, escritura y nación (la primera lectura em el Salón Literario y El Dogma Socialista)*. In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006, p. 205-224.

Neste sentido, dividimos este capítulo em três partes: “Antecedentes e formação”, “Debates e circulação de idéias” e “O exílio”.

2.1 ANTECEDENTES E FORMAÇÃO

Neste ponto pretende-se destacar os aspectos que ajudariam a compreender por quais processos políticos e sociais os intelectuais da geração de 1837 passara para se constituírem enquanto grupo. Também objetiva-se discutir os aspectos relacionados às reuniões realizadas no Salão Literário de Marcos Sastre, local onde se debatia questões sociais, literatura, filosofia, política, história, economia, dentre outras. Uma parcela dos futuros membros da referida geração freqüentava este ambiente e posteriormente formariam seu próprio espaço na *Asociación de la Joven Argentina* e logo *Asociación de Mayo*. Este Salão Literário, segundo o historiador argentino Jorge Myers, foi muito importante no processo de desenvolvimento das idéias românticas e em relação a outras influências políticas e filosóficas, contribuindo também para a formação da identidade do grupo.² Nesta análise leva-se em consideração principalmente personagens como o próprio Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez, Domingo Faustino Sarmiento, Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre. A maior parte do material disponível em termos de análise historiográfica, gira em torno destes nomes e não sem motivos, esses mesmos personagens acabaram por concentrar uma importantíssima parte das discussões sociais e políticas do período.³

Poderíamos considerar, então, o que se convencionou chamar de “geração de 1837”, refere-se aos jovens intelectuais, em sua grande maioria de Buenos Aires, que promoveram uma intensa renovação no quadro de idéias políticas e sociais na região do Rio da Prata, na primeira metade do século XIX, através do que consideravam uma necessária missão regeneradora de mentalidade, da cultura, formando uma nacionalidade verdadeiramente desentranhada dos laços da

² Este Salão Literário, influência das formas de organização empreendidas por vários membros da intelectualidade européia, serviu como espaço de discussão, desenvolvimento cultural e político para alguns dos grupos de letrados da elite bonaerense, principalmente para os futuros membros da geração de 1837. Cf. MYERS, Jorge. *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y la política argentinas*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 381-445.

³ Cf. ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. **Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia**. Buenos Aires: Ariel, 1997; KATRA, William. **La generación de 1837: los hombres que hicieron el país**. Buenos Aires: Emecé, 2000; RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil: (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004; WASSERMAN, Fabio. **Entre Clío y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008; WEINBERG, Félix. **El salón literario**. Buenos Aires: Librería Hachette, 1958.

metrópole espanhola. Nas palavras do historiador argentino Jorge Myers, esta geração foi um produto das condições existentes no Rio da Prata pós-revolucionário, isto é, um produto de seu próprio tempo.⁴ Nesse sentido, sentiam-se portadores de um projeto alternativo que superaria tanto o atraso cultural, como também as disputas entre outros grupos que estavam levando a região ao caos. Echeverría, enquanto membro influente da geração de 1837, considerava que “*Ser grande en política no es estar a la altura de la civilización del mundo, sino a la altura de las necesidades de su país.*”⁵

Nosso autor e principal foco desta análise cresceu em meio ao desenvolvimento do processo de emancipação política da região Platina em relação à metrópole espanhola, a *Revolución de mayo* de 1810, entrando em contato com todo o contexto de disputas políticas e problemas sociais existentes. Este intelectual vivenciou as discussões entre *unitaristas* e *federalistas*, grupos políticos dominantes naquele período, que foram responsáveis pelos debates relacionados à soberania popular, questão que permeou quase toda a primeira metade do século XIX naquela região. O problema-chave daquele momento era discutir qual modelo político deveria ser adotado e legitimado no pós-independência. Logo, soberania popular, representação social, Províncias, Estado nacional, democracia, liberdade, dentre tantas outras, foram temáticas que marcaram aquele momento histórico.⁶

Em 1825, procurando ampliar seus conhecimentos, o jovem Echeverría viaja para Paris e entra em contato com várias correntes de pensamento, o que iria marcar sua formação política, filosófica e social de maneira forte e relevante. Echeverría presencia principalmente discussões sobre democracia, liberalismo e romantismo social. O contato com as obras ou idéias de Montesquieu, Guizot, Lamennais, Mazzini, Tocqueville, Rousseau, Saint-Simon, Leroux, Benjamin Constant, Byron, entre outros, proporcionou a Echeverría uma maior reflexão sobre seu papel enquanto poeta e escritor.

Ao voltar para Buenos Aires em 1830, Echeverría estabelece posições mais críticas em relação à vida social e política, principalmente quando se depara com o

⁴ MYERS, Jorge. *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y la política argentinas*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p.385.

⁵ ECHEVERRÍA, Esteban. *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el plata desde el año 37*. In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 71.

⁶ CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados: orígenes de la nación argentina: 1800-1846**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

governo de Juan Manuel de Rosas, considerado, por Echeverría, um político “*contrarrevolucionário*” e autoritário. Em relação a esta perspectiva, Maria Lígia Prado destaca a perseguição e violência estabelecida por Rosas, inclusive sua intransigência política, seu anti-liberalismo, refletido no exemplo do diálogo entre um dos seus generais e o respectivo filho, este pego lendo Rousseau: “Meu amigo, quando alguém é sobrinho de Rosas, ou não lê o Contrato Social, se quer permanecer no país, ou deixa-o, se quiser lê-lo com proveito”.⁷

O processo pelo qual passou este autor em sua formação intelectual, lhe trouxe questionamentos que permeariam também praticamente todos os membros do futuro grupo de pensadores, de produtores de idéias, a geração de 1837. Questionamentos esses que se projetaram de forma extremamente relevante naquele contexto histórico, tendo Echeverría e seu grupo desenvolvido papel fundamental nas discussões e ações do período.

Desde que Echeverría desembarca, em 1830, em Buenos Aires, trazendo idéias com que entrou em contato na “capital do século XIX”, Paris, orienta sua atuação política e intelectual num sentido de criar a nação argentina.⁸

Nesse sentido, o autor busca novos âmbitos sociais para discutir e tentar contribuir para o desenvolvimento do progresso social de seu país, conseqüentemente, para ele, o desenvolvimento da democracia. Nessa busca, encontra um grupo de jovens em Buenos Aires dispostos a entrar em contato com idéias novas que pudessem inspirar suas “almas inquietas”. Começou, então, a freqüentar o salão literário de D. Marcos Sastre, local onde se discutia questões sociais, políticas, literárias e filosóficas. Muitos dos que freqüentavam tal lugar formariam mais tarde a geração de 1837, grupo a qual Echeverría era considerado um de seus principais integrantes.

Importante seria destacar que esse processo de constituição de um grupo não se deu de maneira simples ou rápida, mas através de alguns reveses. Com a inauguração do Salão Literário de D. Marcos Sastre, vários jovens, políticos e intelectuais, muitos destes que também estudavam na Universidade de Buenos

⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho. **A formação das nações latino-americanas**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. p. 43.

⁸ RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A.; Mäder, Maria Elisa. (Orgs). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 220-221.

Aires, Centro de estudos ou trabalhavam com periódicos, promoveram debates e discussões sobre ensaios literários, filosofia e política, inclusive nas primeiras reuniões era perceptível a presença de intelectuais e teóricos do governo Rosas. Echeverría, recém chegado da Europa, nesses primeiros momentos não estabeleceu um diálogo direto, uma sociabilidade com este grupo, levando em consideração que o autor nutria muitas ressalvas em relação às concepções políticas dos letrados rosistas. Mas, os intelectuais rosistas não continuaram a freqüentar o Salão Literário devido a divergências políticas e ideológicas com a nova geração que estava se formando neste ambiente. Posteriormente a isso, Echeverría, que possuía muito prestígio intelectual em meio àqueles jovens, tanto por sua condição de portador de novas idéias, através de seus contatos com a Europa, quanto ao impacto de sua produção literária na região Platina, a convite do próprio Marcos Sastre, se fez presente no referido Salão Literário e pôde, assim, estabelecer maiores contatos com esse grupo. Neste convite de Marcos Sastre a Echeverría, realizado através de uma carta, podemos perceber bem a relevância do poeta da referida geração intelectual:

Yo pienso, Sr. Echeverría, y me atrevo a asegurar que V. está llamado a presidir el desarrollo de la inteligencia en este país. V. es quien debe encabezar la marcha de la juventud; V. debe levantar el estandarte de los principios que deben guiarla, y que tanto necesita en el completo descarrío intelectual y literario en que hoy se encuentra. ¿No se siente V. Allá en su interior un presentimiento de que está destinado a tan alta y gloriosa misión? Ya es tiempo, Sr. Echeverría, de hacer brillar la luz. Es menester no dar lugar a que esta juventud que rompe a gran prisa las ataduras del error de una generación extraviada, vaya a extraviarse a su vez por falta de una guía ilustrada. Ya es tiempo de que V., que reúne a la instrucción el don de la palabra, el crédito literario y la edad juvenil, ponga en acción estos poderosos resortes y no espere a que se inutilicen, por las falsas doctrinas y las pretensiones de algunas cabezas incapaces de empuñar el cetro de la inteligencia. A V. le toca, no lo dude: y de aquí nace mi empeño porque V. se ponga a la cabeza de este Establecimiento.⁹

Echeverría, ao assumir a direção do Salão Literário, realiza em 1837 seus dois famosos pronunciamentos¹⁰ e a partir destas leituras discute os rumos e as necessidades políticas para aquele contexto. Com a *Revolución de Mayo*,

⁹ WEINBERG, Félix. **El salón literario**. Buenos Aires: Librería Hachette, 1958, p.78-79.

¹⁰ *Ibid.*, p.151-179.

Echeverría considera que a Argentina iniciou sua entrada “nas vias do progresso”, com princípios republicanos e democráticos, mas que, apesar disso, a geração anterior não conseguiu dar prosseguimento nesse caminho e o que se viu foi a formação de dois grupos dirigentes principais (*unitaristas* e *federalistas*) que estavam mais preocupados em defender seus interesses particulares do que formular um projeto de nova organização social, muitos destes utilizando-se de modelos tirânicos ou de doutrinas abstratas e “importadas”, sem levar em consideração a realidade local. E, para Echeverría, o governo de Juan Manuel de Rosas fazia parte desse contexto.

Nesse sentido, Echeverría faz uma espécie de chamado para que aquele grupo possa realizar uma missão: promover uma regeneração social através de um novo corpo de idéias que consigam retomar os caminhos do progresso, da liberdade, conciliando os direitos individuais e coletivos e firmando, assim, uma nova ordem social e política. Ou seja, segundo o autor, era necessário que esta nova geração tomasse as “rédeas” da sociedade, uma tutela, para se estabelecer um novo corpo doutrinário, novas crenças, um novo dogma a seguir, para garantir o progresso social. Críticas de historiadores e de vários intelectuais não faltaram em relação a este ponto, já que Echeverría e seu grupo não deixaram claro como se daria este processo.

Pese a todo, Echeverría se muestra optimista pues confía en que la ley del progreso permitiría superar ese estado de cosas. Claro que en el texto no hay indicaciones precisas sobre cómo podría darse este proceso. De hecho, sólo podía sostener su optimismo en las propias capacidades de la Nueva Generación, pues fuera de ella misma no se postula ninguna fuerza social o política capaz de llevar a cabo el proyecto nacional.¹¹

Foi em meio à geração de 1837 que Echeverría lançou, em um periódico, o manifesto político (em 1839) conhecido como *Código* ou *Dogma Socialista*, manifesto esse que continha uma espécie de doutrina, de dogma, que estruturava as idéias e propostas desse grupo para que se alcançasse o progresso social da Argentina. Através deste dogma, Echeverría e seu grupo criticavam a herança da tradição colonial que, segundo estes, ainda permeava a sociedade e impedia o

¹¹ WASSERMAN, Fabio. Política, escritura y nación (la primera lectura en el Salón Literario y el Dogma Socialista). In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado**: para una lectura integral de Esteban Echeverría. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006, p. 217.

progresso, como também se sentiam continuadores dos ideais da *Revolución de Mayo*, do período de independência, já que os revolucionários de 1810, ao promoverem a emancipação política daquela região, teriam dado início ao processo de ruptura com relação à tradição colonial, ou seja, os integrantes deste grupo geracional tentavam completar o processo de emancipação política com o que Bernardo Ricupero chamou de “emancipação mental”.¹²

2.2 DEBATES E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS

Alguns dos temas que mais saltam aos olhos nos discursos deste grupo estão relacionados com a questão da nacionalidade ou identidade nacional, o processo de formação política com bases democráticas, o progresso social e uma organização constitucional para o país, questões essas tratadas por aqueles que são considerados como a *primera generación romántica* na região. Segundo William H. Katra é através das influências, contatos e leituras dos considerados grandes autores europeus que estes jovens iriam desenvolver suas formas de agir e pensar, levando sempre em consideração a realidade política e social rio-platense.¹³

Os integrantes desta geração se consideravam os filhos da revolução e que estavam prontos para sua “missão providencial”, isto é, o desenvolvimento da segunda fase da revolução, agora calcada nas idéias e não através das armas, como no período anterior. Não sem motivos o historiador argentino Félix Weinberg dá ao seu livro o seguinte título: *Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución*.¹⁴ A busca pelo conhecimento do passado se tornou muito importante e por isso mesmo, ao interpretá-lo repudiaram seu passado colonial por considerar a presença de estruturas políticas e sociais contrárias às leis do progresso, onde muitos lugares ainda permaneciam na barbárie, projetando o início da história de seu povo a partir da referida *Revolución*. Para Echeverría, por exemplo, *Nuestra vida*

¹² RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil: (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 207.

¹³ KATRA, William. **La generación de 1837: los hombres que hicieron el país**. Buenos Aires: Emecé, 2000. p. 50-72.

¹⁴ WEINBERG, Félix. **Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución**. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006.

y *La de La Patria, empieza en Mayo*.¹⁵ Essa geração romântica, principalmente Echeverría, lançou um chamado para aqueles jovens da elite intelectual rio-platense, com a missão de promover um novo corpo de idéias que os levasse a uma nova ordem política e social, rumo ao progresso e a liberdade. Foi neste contexto que Echeverría, com ajuda de Alberdi e Gutiérrez, elaborou o manifesto político *Dogma Socialista*.

Assim, as idéias de democracia e as discussões em torno da nacionalidade, são elementos que acreditamos ser de grande relevância para se compreender os caminhos percorridos por estes intelectuais e para a elaboração e desenvolvimento de uma “visão de mundo”, de uma partilha de idéias, que refletiram em suas obras e debates.

Echeverría traz o debate sobre a democracia a partir de aspectos que podemos considerar essenciais, como o estabelecimento de “uma perspectiva democrática”, em que demonstra as importantes relações entre formações políticas de bases democráticas e formação de uma nacionalidade, isto é, a formação de um país, levando em consideração que a idéia de uma nacionalidade foi difundida a partir de 1830 com o romantismo da “Geração de 1837”.¹⁶ Para podermos compreender melhor o papel desses intelectuais de 1837, desses produtores de idéias, no contexto de formulação de um novo projeto nacional, seria interessante entender as concepções que até então tentavam explicar o que se tinha como nacionalidade, diferenciando-se das propostas do grupo geracional.

Entre o período que vai de 1810 a 1830, segundo o historiador argentino José Carlos Chiaramonte, os termos Estado, pátria ou nação, além de serem sinônimos para o vocabulário político da época, também resultavam em uma compreensão de organização política e social de bases contratualistas. Nesta mesma linha de raciocínio, Eduardo Scheidt considera que, para o período destacado, “Estas concepções políticas são, quase sempre, de cunho contratual, no sentido do estabelecimento de um pacto voluntário entre as pessoas, distante de algo preestabelecido ou inerente à sociedade.”¹⁷ Na verdade, a própria idéia de

¹⁵ ECHEVERRÍA, Esteban. *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el plata desde el año 37*. In: GUTIERREZ, Juan María (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 121.

¹⁶ CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados**: orígenes de la nación argentina: 1800-1846. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007. p. 247.

¹⁷ SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata**: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 23.

Argentina, até a conquista da independência, não existia. A região estava integrada ao vice-reinado do Rio da Prata. Ainda assim, demoraria certo tempo para se desenvolver uma identidade argentina, pois a identificação mais próxima que se tinha, mesmo após o período revolucionário, estava relacionada à importância e papel exercido pelas cidades e posteriormente à província. Logo, os moradores da região possuíam como referência ou a compreensão de ser americano ou portenho, sanjuanino, cordobês, etc.. Já a partir dos debates constitucionais de 1827, pode-se perceber que aos poucos o nome Argentina começa a ganhar mais espaço em meio à tentativa de organização política no Rio da Prata. A título de exemplo, no referido debate constitucional, o nome “República Argentina” se faz presente.

Diante de um quadro diverso de representações do conceito de nação, inclusive muitos deles vagos, destaca-se a perspectiva inovadora da geração de 1837 que visava a construção de uma identidade nacionalidade até então considerada inexistente. A importância deste fato se dá justamente pela necessidade estabelecida de se substituir as identidades relacionadas ao período colonial por outras, agora identificadas com uma perspectiva progressiva e democrática.¹⁸ Nesse sentido, para Bernardo Ricupero:

Essas ações podem mesmo ser consideradas como se estivessem na raiz do aparecimento da *Geração de 1837*, que procura estabelecer definitivamente a idéia de nação argentina. É no *Colegio* e na *Universidad* que se reúnem, num espaço de socialização, provincianos, como os tucuménos Juan Bautista Alberdi e Marco Avellaneda, o sanjuanino Manuel Quiroga Rosas e portenhos, como Esteban Echeverría, Juan María Gutiérrez, Vicente Fidel López e Félix Frías (...) Ainda mais significativo, parte considerável do repertório que os argentinos utilizam para pensar sua nação foi gerada no período que vai da criação do *Salón Literario*, em 1837, à queda de Rosas, em 1852.¹⁹

O entendimento de uma nacionalidade, que foi difundido por Echeverría e seu grupo na região platina, a partir de 1830, com fortes influências do romantismo europeu, trazia a discussão para a tentativa de se buscar uma tradição em comum, de costumes locais, de uma cultura que pudesse agregar elementos sociais representantes de uma conformação nacional. O próprio Echeverría buscou fazer

¹⁸ RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: PAMPLONA, Marco A.; Mäder, Maria Elisa. (Orgs). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 219.

¹⁹ Ibid., p. 218-220.

um levantamento de melodias, letras e músicas que retratassem alguns dos aspectos importantes da história local, mas, encontrou muita influência europeia nas mesmas, praticamente nada de tons locais.²⁰ O debate sobre a necessidade de uma literatura, uma língua, uma cultura independente da influência da ex-metrópole foi recorrente entre os membros de 1837. Apesar de destacar a necessidade do desenvolvimento de uma identidade com raízes nacionais, estes intelectuais não descartavam a possibilidade de contribuição das idéias europeias. Transparece em seus discursos mais ressalvas quando o país em questão é a Espanha, obviamente relacionadas com o passado de colonização.

O movimento romântico, que se desenvolveu na Europa, principalmente no início do século XIX, conseguiu estabelecer forte influência entre vários intelectuais do mundo, inclusive políticos e poetas americanos. E, apesar de ser complicado estabelecer uma definição para este movimento, elementos como a Língua, os valores culturais, o passado histórico, questões de cunho social, heroísmo, os sacrifícios políticos em prol da nação, estiveram presentes no desenvolvimento dessas idéias.²¹ Poderíamos considerar, então, que começa a ocorrer uma maior identificação entre povo e nação, propiciando a busca por uma identidade, uma cultura que refletisse verdadeiramente a história de um povo, aspectos em comum, possuindo como estímulo o desenvolvimento e reforço de um nacionalismo.

Uma das vertentes do romantismo, o romantismo político, possibilitou também influências e reações que contribuíram para o surgimento ou manutenção de movimentos radicais e conservadores. Exemplo disso foi o próprio movimento político italiano (com tons radicais) cuja principal figura é Giuseppe Mazzini, um dos autores que influenciou os membros da geração de 1837, com seus ideais de progresso, associação, Jovem Itália (adaptado na região do Rio da Prata para "*Joven Argentina*"), a idéia de missão social, pátria, cooperação e estabelecimento de uma dinâmica entre liberdades individuais e coletivas.²²

Outros grupos de autores europeus também contribuíram para o desenvolvimento de várias das concepções políticas dos intelectuais americanos. Como veremos posteriormente, os autores argentinos, principalmente Echeverría,

²⁰ WASSERMAN, Fabio. Política, escritura y nación (la primera lectura en el Salón Literario y el Dogma Socialista). In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado**: para una lectura integral de Esteban Echeverría. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006, p. 216.

²¹ SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata**: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 45.

²² Ibid., p. 45-46.

formularam suas idéias baseadas em uma diversidade de perspectivas políticas e por isso mesmo ficará perceptível as influências de grupos radicais, também conservadores e moderados, no quadro de composição de suas idéias. Liberais mais moderados, como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, Guizot, etc., são os intelectuais considerados “doutrinários” que irão influenciar os integrantes da geração de 1837. E, segundo Scheidt, mesmo que estes liberais moderados guardem peculiaridades entre si, na forma de pensar, buscavam colocar certos limites às massas, defendiam o voto censitário, a conciliação entre liberdade e ordem, monarquias constitucionais e fortes ressalvas em relação a mudanças via revolução.²³ Echeverría, por exemplo, destacava em seu Dogma Socialista a necessidade da divisão política em três poderes: “[...] *los tres poderes formarán la unidad generatriz de la democracia, o el órgano legítimo de la soberanía, destinado a fallar sin apelación sobre todas las cuestiones que interesen a la Asociación.*”²⁴

A partir deste contexto de desenvolvimento de idéias européias, de uma forma ou de outra, os intelectuais argentinos entraram em contato com estas e estabeleceram relações dinâmicas, no sentido de contextualizá-las à realidade rioplatense. No próximo capítulo veremos melhor o impacto dessas diversas perspectivas na produção intelectual dos integrantes da referida geração.

²³ SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata**: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 43.

²⁴ ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 154.

2.3 O EXÍLIO

O exílio, para os integrantes da geração de 1837, era considerado um caminho penoso em suas vidas, ao tentarem se proteger das perseguições políticas, reforçando a idéia de combater seu inimigo, o governador de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas. Ao promoverem discussões e ações contra este político (*Caudillo* tirano, para o grupo), os jovens desta *Nueva Generación* caminharam rumo ao exílio para reorganizar suas forças nesta batalha de idéias e ações, de intervenção nas questões de seu tempo. Echeverría constantemente declarava que “*emigrar es morir*”²⁵, considerando aquele momento como nefasto, onde este perdera quase todos seus bens materiais, deixando inclusive sua filha com familiares para se proteger das perseguições que partiam de sua cidade natal (Buenos Aires), destinando-se, Echeverría, posteriormente a Montevideu e morrendo em meio à pobreza, como colocam alguns de seus biógrafos. Seu patrimônio foi embargado e confiscado pelo governador Rosas, como também muitos de seus pertences foram saqueado, inclusive manuscritos e livros adquiridos quando de sua estadia na Europa, além de ser acusado, como muitos de seu grupo, de “*salvaje asqueroso e inmundo unitario*”, caracterização comum nesta época àqueles que eram considerados traidores e não concordavam com a política de Rosas.²⁶

Já no exílio, principalmente em Montevideu, mas também em Valparaíso e Santiago (Chile), nesses primeiros momentos pós 1838/39, os proscritos desta *Nueva generación* começaram uma batalha em torno dos periódicos existentes ou criados com o objetivo de combater a política instaurada em Buenos Aires por Rosas, uma batalha que estimulou, de certa forma, a elaboração de boa parte das obras clássicas de muitos dos integrantes deste grupo, tais como *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, de Alberdi; *Facundo*, de Sarmiento; a segunda e definitiva edição do *Dogma Socialista*, de Echeverría, etc. A partir desse mesmo contexto de exílio, também percebeu-se o desenvolvimento de uma identidade argentina em meio à produção do discurso deste grupo romântico, seja perante as potências estrangeiras, na busca por legitimidade enquanto representantes desta nacionalidade, seja perante o próprio

²⁵ WEINBERG, Félix. *Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006. p. 123-124.

²⁶ *Ibid.*, p.128-131.

movimento *antirrosista*. A experiência de ser estrangeiro, no referido contexto histórico, já trazia à tona a condição de argentino exilado, tanto em relação a uma auto-percepção, como também em relação aos olhares dos cidadãos de outros países.

Segundo o historiador argentino Fabio Wasserman, com a continuação do exílio e das diversas derrotas nesta disputa política, o grupo passou por algumas modificações em relação ao pensamento de que eram o único grupo da elite letrada em condições de propor e dar continuidade (pós *Revolución de Mayo*) ao progresso social e político, imprescindíveis para a constituição de uma verdadeira nação argentina.²⁷ Através do contato com outras experiências políticas e a percepção dos jogos de interesses ao tentar estabelecer qualquer projeto político ou social, os membros da geração de 1837 procuraram outras alternativas de atuação com a contribuição de vários grupos para alcançar seus objetivos. Ou, como coloca o historiador Jorge Myers, estes foram “absorvidos pelo meio político e periodístico local”, no caso Montevideu, e passaram a perder uma parte das características ideológicas que diferenciavam este grupo de outros, como os unitários, por exemplo.²⁸ Já nesse momento, o grupo romântico buscava apoio e alianças com os franceses que estabeleceram um bloqueio a Buenos Aires, com os unitários, com os federalistas dissidentes do grupo no poder em Buenos Aires, como também com o *Caudillo* unitário Urquiza. Ocorria, assim, um reforço na percepção política de Rosas, quando este considerava praticamente todos aqueles grupos contrários à sua política como “selvagens asquerosos e imundos unitários”. Apesar de Echeverría considerar Rosas um contra-revolucionário, o próprio Rosas considerava Echeverría, seu grupo e outros como contra-revolucionários, principalmente quando estes buscaram apoio com potências estrangeiras, como a França, ferindo a soberania aí instituída.

Nesse processo de perseguição política e exílio, de maneira geral, os integrantes da geração de 1837 se dispersaram e entraram em contato com outras experiências teóricas e políticas, também estiveram diante de situações sociais que permitiram refletir mais profundamente sobre suas atuações anteriores e idéias

²⁷ WASSERMAN, Fabio. *La generación de 1837 y el proceso de construcción de la identidad nacional argentina*. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, Buenos Aires, Tercera serie, n.15, p. 16-17, 1997.

²⁸ MYERS, Jorge. *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y la política argentinas*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 404.

defendidas, sem contar com os processos psicológicos e sociopolíticos, inerente à maturidade intelectual. Estes elementos demonstram que a estrutura desta geração intelectual, enquanto grupo unido em torno de um conjunto de idéias muito próximas, de uma “visão de mundo”, de uma rede de sociabilidade, foi abalada. Esses aspectos ficaram perceptíveis principalmente nos debates e discórdias entre os membros deste grupo e um exemplo clássico seria o caloroso debate entre Alberdi e Sarmiento a respeito da integração de Buenos Aires ou não a uma organização de cunho nacional, ou mesmo as discussões entre Mitre e Lopez, no que diz respeito à historiografia argentina. Ainda poderia ser destacada a tentativa de Echeverría, através da publicação da segunda e definitiva versão do *Dogma Socialista*, em 1846, de reviver os tempos da primeira publicação deste manifesto (em 1839), buscando forças nesta experiência coletiva. O que se viu, na verdade, foi um impacto muito aquém da expectativa de Echeverría, em relação aos outros integrantes do grupo. Sinal de que muitos dos elementos ali defendidos estavam sendo revistos pelos intelectuais desta *primera generación romántica*. Fabio Wasserman destaca que a partir desta dispersão dos integrantes da geração de 1837, “desde fines de la década de 1840, aquello que alguna vez quiso ser vivido como una experiencia colectiva, solo pudo seguir teniendo esa cualidad en el campo de la memoria y, posteriormente, en el de la historia”.²⁹

²⁹ WASSERMAN, Fabio. *La generación de 1837 y el proceso de construcción de la identidad nacional argentina*. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, Buenos Aires, Tercera serie, n.15, p. 17, 1997.

CAPÍTULO 3

ECHEVERRÍA E A DEMOCRACIA ARGENTINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

CAPÍTULO 3: ECHEVERRÍA E A DEMOCRACIA ARGENTINA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Neste terceiro capítulo pretende-se analisar como se deu a discussão, produção e repercussão do manifesto político (e nossa fonte principal de análise), *Dogma Socialista*, documento este que representaria uma síntese das idéias, concepções, reflexões e princípios políticos desenvolvidos pelos integrantes da geração de 1837, sendo sistematizado por Echeverría e com a contribuição de Alberdi. Busca-se demonstrar o significado da seleção deste documento como principal fonte de análise e de que maneira, a partir do mesmo, podemos compreender o desenvolvimento de uma perspectiva político-democrática que permeava esta geração intelectual. Na tentativa de dar maior inteligibilidade à compreensão de uma postura democrática do grupo, estabelecemos esta análise a partir da contribuição da concepção de “cultura política democrática”, esta enquanto ferramenta para tentar compreender e explicar as motivações que levaram os intelectuais da geração de 1837 a adotarem determinadas formas de agir e pensar diante dos conflitos que assolaram a região do Rio da Prata.

Com isso, concebeu-se este capítulo a partir de uma divisão em dois subitens, “O *Dogma Socialista*” e “Uma proposta político-democrática”.

3.1 O DOGMA SOCIALISTA

No contexto histórico de publicação deste manifesto político, a Argentina de Esteban Echeverría permanecia governada por Juan Manuel de Rosas, com perseguições políticas, fechamento do famoso e bonaerense “*Salón Literario*”, juntamente com a livraria de Marcos Sastre, espaço este em que se desenvolveram diversas reuniões com os membros da geração de 1837. Referimo-nos, assim, ao final da década de 30 do século XIX, isto é, de 1837 a 1839. É fundada a chamada “*Joven Argentina*”¹, mais tarde rebatizada de “*Asociación de Mayo*”, com a presidência de Echeverría, associação esta que, mesmo secreta (em virtude do referido contexto de perseguição política), buscava uma perspectiva mais ativa e dinâmica de contestação do regime rosista, principalmente através da formulação e divulgação de um conjunto de idéias que deveriam ser defendidas pelo grupo, uma sistematização dos aspectos políticos discutidos até então de maneira relativamente fragmentada.

*[...] el valor del Dogma excede, y en mucho, cualquier ponderación que se haga de la obra en sí, pues fue a través de ese Código que lograron condensarse percepciones e ideas que, si bien podían presumirse comunes entre los miembros de la Asociación, hasta entonces aparecían dispersas e informes.*²

Nesse sentido, em meio a uma das reuniões realizadas por vários dos integrantes deste grupo geracional, dentre eles Echeverría, Albedi e Gutiérrez, em 23 de junho de 1838, procedeu-se a leitura e discussão de quinze pontos que representariam a sistematização do pensamento desta auto-intitulada “*Nueva Generación*”³. Tal leitura e discussão deram origem ao manifesto (já destacado)

¹ Associação de caráter expressamente político inspirada nos jovens nacionalistas europeus, com relevante influência das concepções do nacionalista italiano Giuseppe Mazzini, caracterizado por um radicalismo igualitário e republicano, sempre associado à idéia de nação. Cf. SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

² WASSERMAN, Fabio. *Política, escritura y nación (la primera lectura em el Salón Literario y El Dogma Socialista)*. In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006, p. 214.

³ Echeverría divide o *Dogma Socialista* em quinze termos na qual desenvolve seus significados, buscando estabelecer uma forte relação com as idéias política discutidas pelo seu grupo. “*Palabras simbólicas: 1.Asociación- 2.Progreso- 3.Fraternidad- 4.Igualdad- 5.Libertad- 6.Dios, centro y periferia de nuestra creencia religiosa: el cristianismo su ley- 7.El honor y el sacrificio, móvil y norma de nuestra conducta social- 8.Adopción de todas las glorias legítimas, tanto individuales como colectivas de la revolución; menosprecio de toda reputación usurpada e ilegítima- 9.Continuación de las*

Dogma Socialista, aprovado e adotado como documento político representativo deste grupo geracional. No desdobramento destes contatos do grupo, já na Universidade de Buenos Aires, Salão Literário e reuniões políticas, é que vislumbra-se o nascimento da chamada “geração de 1837”.

*Sin duda, el objetivo de Echeverría era ofrecer a los jóvenes militantes una guía espiritual en sus emprendimientos en pos de la creación de una sociedad democrática que encarnara los principios más avanzados de la era liberal.*⁴

O *Dogma Socialista*, na sua primeira edição, foi publicado em alguns periódicos de Montevideu (como o *El iniciador* e *El nacional*) no início de 1839, sob o título de *Código o Declaración de los Principios que Constituyen la Creencia Social de la República Argentina*. As quinze palavras simbólicas (ou tópicos, pontos), que deram origem ao referido manifesto político, foram redigidas por Echeverría, no sentido de dar uma maior unidade de estilo e de escrita, contribuindo Alberdi, principalmente com a redação da última destas *Palabras*.⁵

Sua segunda edição, publicada por Echeverría em 1846, recebeu o nome pelo qual ficaria mais conhecido, *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* ou *Dogma Socialista*. Echeverría também produz uma obra que, apesar de escrita em separado do *Dogma*, logo acabou por integrá-lo como uma espécie de introdução, a *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el plata desde el año 37* e como o próprio nome sugere, se trata de uma análise (para alguns um balanço) dos eventos vividos principalmente pelos membros da geração de 1837 até o momento e perspectivas para o presente e futuro. Assim, pode-se perceber que, o fato deste manifesto ter sido publicado em Montevideu e não em Buenos Aires, já diz muito a respeito do contexto político vivenciado pelos jovens românticos de 1837. Neste momento de perseguição política e agravamento dos conflitos entre o regime rosista

*tradiciones progresivas de la revolución de Mayo- 10. Independencia de las tradiciones retrógradas que nos subordinan al antiguo régimen- 11. Emancipación del espíritu americano- 12. Organización de la patria sobre la base democrática- 13. Confraternidad de principios- 14. Fusión de todas las doctrinas progresivas en un centro unitario- 15. Abnegación de las simpatías que puedan ligarnos a las dos grandes facciones que se han disputado el poderío durante la revolución.” Cf. ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972.*

⁴ KATRA, William. **La generación de 1837: los hombres que hicieron el país**. Buenos Aires: Emecé, 2000. p. 68.

⁵ WASSERMAN, Fabio. *Política, escritura y nación (la primera lectura em el Salón Literario y El Dogma Socialista)*. In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006, p. 213.

e seus opositores (todos estrategicamente chamados de “selvagens unitários”, por Rosas), os integrantes da geração de 1837 só conseguiram vislumbrar uma publicação de suas idéias fora do território bonaerense, tanto a primeira, quanto a segunda versão deste manifesto.

O *Dogma Socialista*, diante de suas duas edições e do ponto de vista da escrita, não sofreu grandes alterações, como coloca o próprio Echeverría ao publicar a última edição.

*Damos todas las piezas de este escrito, porque sin ellas no se comprendería bien su origen, ni su primitiva tendencia. Hemos variado su título, suprimido algo superfluo y anotado las citas que recordamos y no trajo por olvido el manuscrito de la primera edición. Conocemos toda su imperfección; pero pareciéndonos que basta al objeto que nos proponemos al publicarlo, excusamos entrar en la tarea de mejorarlo y desfigurarlo tal vez de modo que ya no fuese el mismo del año 37 [...].*⁶

Vários historiadores também destacaram este ponto importante, demonstrando que, de uma edição para outra ocorreram apenas retoques e poucas modificações, mantendo os aspectos principais de suas idéias.⁷ Este ponto da discussão se faz relevante justamente quando consideramos as críticas lançadas por alguns pesquisadores no sentido de desqualificar a obra de Echeverría, tachando-a de incoerente e imprecisa, inclusive tentando apontar as oscilações políticas de uma edição para outra.⁸

Mas, no que diz respeito a cada contexto de publicação, se configuraram climas sociais e políticos que influenciaram tanto na recepção deste manifesto quanto nas perspectivas dos membros da geração de 1837.⁹ Considerando que no primeiro momento conseguiu reunir mais intensamente os integrantes da referida

⁶ ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 124.

⁷ “No hay mayores modificaciones en el texto de esta segunda edición, apenas unos retoques”. Cf. WEINBERG, Félix. **Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución**. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006. p. 190.

⁸ Para um aprofundamento maior deste debate, conferir as discussões colocadas por Raúl Orgaz e José Ingenieros. Cf. ORGAZ, Raúl. **Echeverría y el saint-simonismo**. Córdoba: Rossi, 1934; KATRA, William. **La generación de 1837: los hombres que hicieron el país**. Buenos Aires: Emecé, 2000.

⁹ FONTANA, Patricio M.; ROMAN, Claudia A. *Cartas a un amigo. La polémica con Pedro de Ángelis en el contexto de recepción del Dogma Socialista*. In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006. p. 225-264.

geração, em torno deste ideário comum, a primeira edição do manifesto veio à luz em meio a este quadro de conflitos políticos, o que contribuiu para o estabelecimento de considerações positivas sobre a referida obra de Echeverría. Já no caso da segunda edição, em 1846, esta passou por várias sortes de infortúnios ligados ao próprio desdobramento das relações políticas do período, considerando a duração do exílio e a dispersão destes intelectuais, uns para o Uruguai (Montevideu), outros para o Chile, afetando as diversas dinâmicas que ali existiam, contatos com outras perspectivas e idéias, novas relações políticas, gerando uma recepção menos acalorada da reedição deste manifesto, até mesmo muito aquém das expectativas de Echeverría.

*Hasta ese momento, el Dogma no podría Haber tenido peor suerte: la prensa de Chile y Uruguay, los dos países en donde se aglutinaba la oposición antirrosista, nada decían del libro en el que Echeverría había depositado tantas esperanzas.*¹⁰

A pesar de uma recepção pouco satisfatória para Echeverría em relação à segunda edição do Dogma Socialista, na verdade o debate não foi tão infrutífero como se poderia imaginar. Echeverría estabeleceu uma polêmica com Pedro De Ángelis, um dos principais pensadores do regime rosista, quando este fez uma forte crítica à reedição do manifesto, colocando que não passava de “delírios políticos” da oposição ao governo de Rosas. Em duas cartas publicadas nos periódicos de Montevideu, Echeverría, além de refutar as críticas, também aproveitou a oportunidade para expor melhor suas idéias e a de seu grupo, que agora estava mais disperso do que politicamente unido em torno dos ideais apontados no *Dogma*.

*Viendo la anarquía moral, la divagación de los espíritus en cuanto a doctrinas políticas, la falta de unidad de creencias, o más bien, la carencia absoluta de ellas, echamos mano de los principios generales que tienen la sanción de los pueblos libres, de las tradiciones de la revolución y de la enseñanza que ella misma nos había legado; y procuramos formular un Dogma Socialista, que, radicándose en nuestra historia y en la ciencia, nos iluminase en la nueva carrera que emprendíamos.*¹¹

¹⁰ FONTANA, Patricio M.; ROMAN, Claudia A. *Cartas a un amigo. La polémica con Pedro de Ángelis en el contexto de recepción del Dogma Socialista*. In: LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006. p. 229.

¹¹ ECHEVERRÍA, E. *Cartas a Don Pedro De Angelis*. In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 201.

Este manifesto, então, a pesar do complicado desenrolar político do referido contexto, apresenta-se como um instrumento político que correspondia ao ideário difundido pelo grupo, como coloca Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano, “[...] la condición de manifesto de un pensamiento generacional”.¹² Ou mesmo, Jorge Myers, que considera, principalmente a primeira edição de 1839, um manifesto convertido “en un lazo eficaz de unión entre los miembros de la corriente romântica, que se verían obligados – un tras otro – a emprender el duro camino del exilio.”¹³ Nesse sentido, enquanto síntese do pensamento político deste grupo, de formação de uma “visão de mundo”, de consideração de problemas compartilhados, como a questão da democracia, da soberania do povo ou a concepção de sufrágio universal restringido, etc., esta fonte poderia nos proporcionar a compreensão e explicação de uma parte dos comportamentos políticos deste grupo perante os problemas sociais que os afetavam e a seus contemporâneos.

Uma das grandes críticas a este documento baseia-se no fato de que ele constitui um quadro de idéias muito vagas, com repetições desnecessárias e enorme diversidade teórica, estabelecendo, em muitos casos, contradições. As discussões colocadas por Echeverría e os membros da geração de 1837 passavam pela questão da nacionalidade argentina, pelo desenvolvimento de ideais democráticos que permeariam a sociedade e promoveriam o progresso social. Assim, estes autores e atores sociais, buscaram influências em diversos pensadores, europeus principalmente, para tentar responder os desafios de seu tempo, relacionando tais perspectivas com a realidade política americana. Echeverría, procurando criar condições para que estas idéias consideradas progressistas pudessem permeiar a sociedade argentina, formulou suas teorias com base em um quadro de influências bem diversificado. Este teria como objetivo conseguir um certo consenso em relação aos vários grupos sociais, recorrendo a idéias vagas, o que lhe reservaria muitas críticas. Mas, para além das críticas realizadas, seria interessante considerar também a perspectiva de Liliana C. González ao destacar que “*El Dogma no es un texto académico: no trata de desarrollar una teoría original [...] Su texto aplica las*

¹² ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. **Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia**. Buenos Aires: Ariel, 1997. p. 51.

¹³ MYERS, Jorge. *La revolución en las ideas: la generación romántica de 1837 en la cultura y la política argentinas*. In: GOLDMAN, Noemi (Dir.). **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3). p. 401.

*distintas teorías y conceptos de su época con fin práctico, no teórico.*¹⁴ Percebe-se, assim, muito mais que uma preocupação teórica, uma preocupação focada no desenvolvimento de uma política, de uma sociedade pautada na democracia e na ação anti-rosista, já que estes representavam o atraso em todos os sentidos, inclusive cultural para Argentina. Uma frase de Echeverría que representa bem esse contexto e a necessidade de superação do mesmo é a clássica *“El gran pensamiento de la revolución no se ha realizado. Somos independientes, pero no libres. Los brazos de España no nos oprimen; pero sus tradiciones nos abruma.”*¹⁵ Os resquícios dessa tradição, para Echeverría e seu grupo, estão presentes na política dos *Caudillos*, nas ações do governo de Juan Manuel Rosas, com a qual permanecem em constante luta. Nesse sentido, a apresentação de idéias vagas e/ou repetições consideradas por alguns autores como desnecessárias, fazia parte dos recursos utilizados por Echeverría, condizentes com os meios utilizados para a divulgação de suas idéias, um “manifesto”, não um livro, não um manual, não uma tese, recordando ainda que, por meio do *Dogma*, o autor estabeleceu uma espécie de missão para regenerar a sociedade em uma “perspectiva democrática”. Segundo Echeverría, *“Preparar los elementos para organizar y constituir la democracia que existe en germen en nuestra sociedad: he aquí también nuestra misión”*.¹⁶

A elaboração do *Dogma*, como destacado anteriormente, contou com a influência de várias idéias que circulavam entre este grupo letrado, incluindo os estudos realizados por Echeverría quando este se encontrava na Europa, entre 1825 e 1830, refletindo no desenvolvimento de sua produção intelectual. No manifesto pode-se perceber citações de nomes como Saint-Simon, Lamennais, Leroux, Tocqueville, Jovem Europa (que remete a Mazzini), etc.. Mas, o próprio autor nos adverte que, apesar das contribuições de idéias estrangeiras, era extremamente necessário ficar atento à realidade local.

¹⁴ GONZÁLEZ, Liliana. *Repensando el dogma socialista de Esteban Echeverría*. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1994. p. 109.

¹⁵ ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). *Obras completas de Esteban Echeverría*. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 148.

¹⁶ *Ibid.*, p. 131.

La Europa es el centro de la civilización de los siglos y del progreso humanitario.

*La América debe, por consiguiente, estudiar el movimiento progresivo de la inteligencia europea; pero sin sujetarse ciegamente a sus influencias. El libre examen y la elección tocan de derecho y son el criterio de una razón ilustrada. Ella debe apropiarse todo lo que pueda contribuir a la satisfacción de sus necesidades;*¹⁷

Logo, a composição das quinze *Palabras Simbólicas*, reflète este quadro de produção intelectual, essa busca por garantir que a Argentina, partindo da *Revolución de Mayo*, possa caminhar na senda do progresso, possa cumprir sua missão democrática. Dito isto, chamamos a atenção para os primeiros tópicos que constituem o *Dogma Socialista*, no sentido de perceber seus significados associados a aspectos mais gerais e universais, como a idéia de associação, fraternidade, igualdade, liberdade, progresso, cristianismo, etc., elementos esses que reforçam a busca de Echeverría e seu grupo por “civilizar” a Argentina, torná-la uma nação em progresso contínuo, como os europeus. Assim, os intelectuais da geração de 1837 entravam nesta batalha para demonstrar os caminhos a serem seguidos, tentavam colocar, através da divulgação de suas idéias, do *Dogma*, o quão pernicioso e retrógrado era o regime rosista, mergulhado na mentalidade imposta pela metrópole espanhola. Era realmente uma disputa estabelecida em um âmbito que via-se como fundamentalmente estratégico, que poderia abrir portas para o desenvolvimento de um projeto futuro de nação: o âmbito da política, do poder.

O historiador Félix Weinberg, ao fazer uma análise destes pontos que compõe o manifesto, destaca que os oito primeiros tópicos realmente guardam significados mais gerais, aplicáveis à compreensão das relações humanas em diversos lugares do mundo e não exclusivamente à Argentina, influência dos próprios autores europeus, muitos considerados pensadores universais.

*Las ocho primeras palabras simbólicas son de carácter general, y hacen de introducción a las palabras siguientes. Es muy factible que para reforzar argumentaciones, muchas palabras recibieron el influjo de medios ideológicos europeos de circulación corriente, como Leroux, Lamennais, la Joven Itália y la Joven Europa.*¹⁸

¹⁷ ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 132.

¹⁸ WEINBERG, Félix. **Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución**. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006. p. 191.

Já os demais pontos estariam relacionados diretamente com a realidade local, com aspectos especificamente associados ao desenvolvimento histórico argentino, considerando os diversos elementos da *Revolución de Mayo* e questões como identidade nacional, soberania popular, democracia, o papel da religião e do Estado, das lutas entre unitários e federalistas, etc.. Todas essas questões, que vem sendo discutidas no desenrolar deste trabalho, demonstram, em vários momentos, o caráter até mesmo pedagógico do *Dogma*, de uma doutrina que almejou fazer-se presente no centro das discussões políticas e que, apesar de sua influência para os debates da época, só pôde apresentar sua contribuição de maneira mais efetiva (a queda do regime rosista em 1852 e a celebração da Constituição nacional em 1853) após a morte de seu idealizador, Echeverría, falecido em 19 de janeiro de 1851. O autor do *Dogma* não pôde vislumbrar um dos eventos que mais esperava, mas participou da formulação e divulgação de um conjunto de idéias que tiveram impacto neste processo, contribuindo para a conformação de uma “visão de mundo”, de comportamentos e valores partilhados, o desenvolvimento de uma Cultura Política Democrática.

*El Dogma socialista constituye la base ideológica fundamental de un partido político nuevo, fundado en Buenos Aires en 1838 con la orientación de Esteban Echeverría. Es un programa de cambio, de progreso, enraizado en la tradición histórica nacional y que concibe al país como una inmensa construcción democrática.*¹⁹

3.2 UMA PROPOSTA POLÍTICO-DEMOCRÁTICA

O próprio *Dogma Socialista* nos apresenta diversos tópicos relacionados ao conceito de democracia. É o caso de palavras como liberdade, igualdade, progresso, revolução, dentre outras. Por exemplo, para Echeverría, a liberdade e a igualdade seriam os “dois pólos do mundo democrático”, em um processo de conciliação entre direitos individuais com os direitos coletivos. Ao buscar no passado os elementos políticos democráticos, o autor do *Dogma* se inspiraria na perspectiva do “irresistível devir democrático”, considerando as idéias de Tocqueville que, apesar de ter atraído

¹⁹ WEINBERG, Félix. *Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006. p. 189.

muito mais a atenção de Sarmiento, influenciou praticamente todos os membros da geração de 1837. Partia-se mesmo da idéia de que com a *Revolución de Mayo*, ou seja, com o processo de independência, a Argentina teria iniciado seu desenvolvimento dentro de uma sociedade livre, rumo ao devir democrático, apesar dos fortes contratempos (disputa política entre unitários e federalistas, por exemplo). Então, a formação de uma nacionalidade se projetava no futuro e para a *Nueva Generación*, o futuro era a democracia. Por isso a fórmula “*Mayo, progreso, Democracia*”, tão enaltecida por Echeverría e seu grupo.

Na verdade, a fórmula citada logo acima traduz de maneira clara e objetiva a síntese das idéias de Echeverría e seu grupo, uma linha de raciocínio que se abre diante das páginas do *Dogma Socialista*, uma linha-mestra para a compreensão do universo intelectual moldado, vivido e refletido pelo grupo, suas discussões e propostas, que perpassam uma visão de mundo compartilhada, vocabulários, crenças e valores, todas relacionadas a uma leitura do passado histórico e perspectivas para o presente e futuro, o desenvolvimento de uma cultura política democrática. Como destacado no primeiro capítulo, *Mayo* se tornou para estes intelectuais o acontecimento fundador de uma nova era, um mito de origem, a era de ruptura com o passado colonial e entrada da Argentina na “senda do progresso”. Esse mesmo progresso, contínuo, representaria uma condição necessária para superar as várias debilidades sociais, culturais e políticas, destacadas pelos membros da geração de 1837 (por exemplo, questões relacionadas à produção de uma literatura nacional e influências no idioma). A democracia funcionaria como um meio para estabelecer o pleno desenvolvimento das potencialidades desta que se esperava consolidar enquanto nação próspera. Logo, tais termos não poderiam ser considerados de modo fragmentado, autônomo e sim através de uma representação dinâmica e harmônica, necessária à futura constituição da nação argentina. Echeverría, mais uma vez, consegue sintetizar bem o significado que essas três palavras carregavam consigo no que diz respeito ao projeto social almejado: “*La fórmula única, definitiva, fundamental de nuestra existencia como pueblo libre, es: Mayo, Progreso, Democracia.*”²⁰ Assim, buscava-se a possibilidade de se acabar com os resquícios da tradição colonial ainda presentes na Argentina, através da

²⁰ ECHEVERRÍA, Esteban. *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el plata desde el año 37*. In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p. 89.

educação, por exemplo, caminho este que poderia ser o difusor dos valores democráticos na sociedade.

Echeverría concebe a democracia como um devir necessário para a conquista do “reino da liberdade” e do progresso. O significado de democracia, para Echeverría e seu grupo, poderia ser compreendido por meio da seguinte frase: “Tudo para o povo e pela razão do Povo”, diferentemente da tão difundida frase: “Tudo para o povo e pelo povo”. Principalmente Echeverría e Alberdi, estabeleceram uma diferença entre vontade coletiva e soberania da razão, influenciados pelas idéias de liberais como Benjamin Constant e Guizot.²¹ Assim, a soberania do povo deveria ser compreendida a partir da razão do povo, isto é, o progresso e a democracia teriam que ser desenvolvidos através da razão e não da vontade popular. Para eles, a vontade do povo é “cega, caprichosa e irracional”, já a razão buscaria uma análise mais profunda da realidade social e apenas a parte mais sensata e racional desta sociedade (ou seja, eles) teria condições de conquistar a liberdade e igualdade plena, trazendo modernidade, progresso e democracia. Colocando estes aspectos, poderíamos destacar que Echeverría e a geração de 1837, partindo de pressupostos liberais, justificavam “uma perspectiva democrática” que de início excluiria os setores populares (as massas) dos âmbitos de decisões políticas. Colocamos “de início”, justamente por entender que estes mesmos intelectuais acreditavam na possibilidade de integração gradual da participação popular no que diz respeito à soberania.

La soberanía del pueblo es ilimitada en cuanto respecta al derecho del hombre: - Primer principio.

La soberanía del pueblo es absoluta en cuanto tiene por norma la razón:- Segundo principio.

La razón colectiva sólo es soberana, no la voluntad. La voluntad es ciega, caprichosa, irracional; la voluntad quiere; la razón examina, pesa y se decide.

De aquí resulta que la soberanía del pueblo sólo puede residir en la razón del pueblo, y que sólo es llamada a ejercer la parte sensata y racional de la comunidad social.

La parte ignorante queda bajo la tutela y salvaguardia de la ley dictada por el consentimiento uniforme del pueblo racional.

²¹ Em relação a esta discussão sobre as influências de Guizot e B. Constant no pensamento dos membros de 1837, consultar as obras indicadas. Cf. BEIRED, J.L.B. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. **História**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 70-73; RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil**: (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 220-221.

*La democracia, pues, no es el despotismo absoluto de las masas, ni de las mayorías; es el régimen de la razón [...] Para emancipar las masas ignorantes y abrirles el camino de la soberanía es preciso educarlas.*²²

Echeverría fez várias críticas em relação à supressão dos *Cabildos*, no contexto de organização do poder provincial (década de 1820), no sentido de que não se colocou nada no lugar. Para o autor, este ambiente municipal (uma escala menor de participação), poderia servir como uma escola na aprendizagem da cidadania e da política.²³ Nesse sentido, um dia o povo poderia exercer seus direitos plenos. Também criticou a política desenvolvida na época do governo de Rivadavia (unitário) quando este propôs o sufrágio universal para a província de Buenos Aires, em 1821, considerando que “*el sufragio universal, Dio de si cuanto pudo dar: el suicidio del pueblo por sí mismo, la legitimación del Despotismo*”.²⁴ Isto é, para Echeverría e os demais membros da geração de 1837, o povo ainda não estava preparado para lidar com tamanha responsabilidade política, tendo como conseqüência a legitimação do poder dos *Caudillos*, mais especificamente, legitimando o poder *del dictador Rosas*.

Ao estabelecer tal perspectiva democrática, Echeverría pensava em um progresso social que superaria os resquícios da tradição colonial em que a sociedade ainda permanecia mergulhada (resquícios tais que Echeverría enxergava principalmente na política rosista) e contribuiria para a formação de uma nação, promoveria a “emancipação do espírito americano”.

Apesar da grande influência das idéias européias nas concepções políticas do grupo, estes sempre destacaram a necessidade de se ater à realidade local, tanto que uma das maiores críticas, em relação aos revolucionários de 1810 e *unitaristas*, relacionava-se à “importação” das idéias européias sem levar em consideração as especificidades da América, no caso, a região Platina. Mesmo assim, uma parte da historiografia argentina apontou em vários momentos plágio nas idéias da “Geração de 1837” em relação à Europa, inclusive nas idéias de Echeverría sobre liberdade, igualdade, fraternidade, democracia, entre outras. Entretanto, esse debate não

²² ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma Socialista de la Asociación de Mayo* In: GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972. p.152-153.

²³ GONZÁLEZ, Liliana. **Repensando el dogma socialista de Esteban Echeverría**. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1994. p. 89-90.

²⁴ ECHEVERRÍA, op.cit., p. 71.

passou despercebido, causando muita polêmica em relação ao “atestado de *argentinidad*” ou não de Echeverría e dos demais, no que diz respeito ao seu conjunto de idéias.

Um dos grandes críticos das obras de Echeverría foi Raúl Orgaz, que buscou demonstrar através de vários exemplos a falta de originalidade nos pensamentos desenvolvidos pelo autor do *Dogma*.²⁵ Raúl Orgaz constrói seus argumentos levando em consideração os estudos de dois autores que também estabelecem uma forte crítica a Echeverría, no caso, Paul Groussac e José Ingenieros. Concordando com Groussac, Orgaz coloca que o vocabulário, as concepções utilizadas nas obras de Echeverría não passam de plágio dos autores europeus, como Saint-Simon, Mazzini, Lamennais, Leroux, etc..²⁶ Um exemplo destacado por Orgaz está relacionado com a perspectiva de José Ingenieros, demonstrando que, ao estabelecer uma relação entre a América, a Argentina e a *Revolución de Mayo*, Echeverría estava na verdade substituindo a relação existente entre Europa, França e Revolução Francesa. Assim, Raúl Orgaz faz a seguinte afirmação: “*Sí: glosa y versión de escritos extranjeros es el ‘Dogma socialista’, en su parte más significativa [...]*”.²⁷

Por outro lado, diversos autores demonstraram que a influência das idéias européias na formação intelectual dos membros da geração de 1837 implicou em uma contribuição para o desenvolvimento de novas perspectivas, novas interpretações, considerando as especificidades locais, marcando, assim, o seu espaço de originalidade. Liliana González, por exemplo, ao criticar alguns autores que tentam firmar a idéia de plágio, destaca que:

*Esta visión no se preocupa en ningún momento por distinguir entre la utilización de conceptos y teorías con el fin de crear una teoría política original y la aplicación de los instrumentos conceptuales disponibles buscando brindar una interpretación más fecunda de la realidad política argentina. La cita de Groussac ignora precisamente esta adaptación, presentando sólo en forma fragmentaria el pensamiento político de Echeverría [...].*²⁸

²⁵ ORGAZ, Raúl. *Echeverría y el saint-simonismo*. Córdoba: Rossi, 1934.

²⁶ Ibid., p. 32.

²⁷ Ibid., p. 33.

²⁸ GONZÁLEZ, Liliana. *Repensando el dogma socialista de Esteban Echeverría*. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1994. p. 21.

Próximo ao colocado por Liliana González, Félix Weinberg discute a produção intelectual de Echeverría em uma perspectiva de apropriação do conhecimento destes pensadores universais, procedendo a uma reflexão, contextualização e re-elaboração, uma contribuição para se pensar a realidade local.

El pensamiento europeo del primer tercio del siglo XIX alcanzó universalidad, incluyendo las diferentes corrientes socialistas y utopistas. No sorprende que se recurrieran a ellas cuando se buscaban ideas de reforma y de cambio.

Echeverría no se deslumbró ante todo lo europeo. Las sugerencias que venían del Viejo Mundo pasaban aquí por el tamiz de la crítica y junto a los estudios y reflexiones sobre la realidad argentina permitieron una elaboración ideológica propia en función de nuestras necesidades y expectativas.²⁹

Apesar do manifesto ser representativo do pensamento da geração 1837, as críticas, aparentemente, parecem ser direcionadas somente a Echeverría, mas devido à utilização de um vocabulário em comum, de valores políticos e sociais partilhados, pode-se inferir que tais críticas estendem-se aos demais membros deste grupo geracional. Cabe chamar a atenção também para o fato de que as críticas são em grande parte especificamente direcionadas ao *Dogma Socialista*, demonstrando mais uma vez o peso desta obra para a compreensão histórica do pensamento político argentino.

Tomamos como ponto de partida, para analisar a relação existente entre as idéias européias e as desenvolvidas pelos membros de 1837, a perspectiva trabalhada pelo historiador Eduardo Scheidt, em que não ocorreu um simples processo de cópia, transposição, etc., mas uma compreensão, seleção e re-elaboração das teorias européias, considerando as peculiaridades da Região Platina.

Nesse sentido, nosso entendimento é de que quando idéias estrangeiras circulam na Região Platina, não há uma direta transposição de idéias de lá para cá, e sim um processo de mescla entre elementos dos ideários vindos de fora com práticas e idéias políticas locais. Assim, além de uma seleção e adaptação, há também uma combinação entre o que vem “de fora” com o “de dentro”, culminando na elaboração de pensamentos originais e relacionados aos contextos platinos.³⁰

²⁹ WEINBERG, Félix. **Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución**. Buenos Aires: Taurus, 2006, p. 194-195.

³⁰ SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 175.

Na prática, o vocabulário utilizado pelos membros da geração de 1837, em diversos casos, realmente compunha a produção de autores europeus e como destaca Scheidt, Giuseppe Mazzini foi um destes autores europeus que influenciou muito o ideário do grupo de 1837, principalmente através dos contatos entre Cuneo (um jornalista italiano que discutia e repassava os manifestos políticos escritos por Mazzini) e Miguel Cané, outro membro da referida geração.³¹ Isto contribuiu em grande medida para alimentar a polêmica em relação a possíveis plágios por parte de Echeverría e demais membros do grupo.

Mas, continuando na perspectiva da originalidade de produção de idéias, o próprio conceito de democracia desenvolvido pela geração em questão passou por esse processo de seleção e compreensão das peculiaridades locais. Quando considerada a igualdade de classes, elemento importante para se entender a concepção democrática do grupo, as influências de Tocqueville foram enormes, destacando-se que tal igualdade “desenvolver-se-ia naturalmente com o movimento progressivo das nações européias e americanas”³², diferentemente das propostas de Mazzini que estabeleciam a conquista desta igualdade de classes por meio de uma revolução. Ocorre aqui a seleção de aspectos considerados mais próximos à realidade rio-platense. Ainda assim, ao formular um ideal democrático baseado na “razão do povo”, de tutela das massas pela elite intelectual (no caso a própria geração de 1837), Echeverría promove uma redefinição do conceito de soberania popular, o que o diferencia das propostas de Mazzini (mais radicais, de participação popular) e de perspectivas européias, que considerava a representatividade no poder, como também o voto censitário.³³

Uma democracia estabelecida nos parâmetros destacados pelos membros da geração de 1837, ou seja, “la soberanía (...) pertenece a la inteligencia”, nas palavras de Alberdi, compreendia um contexto político de reflexão do papel das massas na sustentação do regime rosista. Logo, de maneira peculiar, o desenvolvimento de uma Cultura política democrática, passava pela questão do repúdio de Echeverría à visão de mundo imposta por Rosas e seus aliados, apoiados pelas massas.

³¹ SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata**: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 181.

³² Ibid., p. 183.

³³ Ibid., p. 183-184.

Desta forma, segundo o pensamento dos integrantes do grupo [geração de 1837], somente quando as massas populares pudessem fazer o pleno uso da razão, poderiam exercer a soberania popular. Certamente, as experiências eleitorais rio-platenses, nas quais os setores populares votavam maciçamente no Partido Federalista, possibilitando a ascensão de Rosas ao poder, foram cruciais para a rejeição do sufrágio universal pelos representantes de 1837.³⁴

Rosas se apresenta, diante dos olhos dos integrantes da geração de 1837, como a representação máxima da tirania, do atraso e perceber as multidões apoiando tal figura somente confirma a necessidade de educar o povo para que o mesmo possa identificar os caminhos considerados adequados para o progresso nacional. Em um momento histórico de perseguição política e exílio, como o vivido por esta nova geração, surge das penas de Echeverría, em 1839, um conto que reflete bem o contexto. Refiro-me a “*El Matadero*”, buscando demonstrar, como colocam diversos autores, “uma visão simbólica e crua de seu tempo”, o porquê de uma ofensiva democrática que considerasse uma luta contra o regime rosista e a tutela das massas. *El Matadero* e suas cenas, nas palavras de Gutiérrez, “*no es una invención, sino una realidad que más de una vez se repitió en aquella época aciaga (...)*”³⁵, um conto que destaca um jovem caracterizado como unitário, simbolicamente representando a civilização e um grupo de açougueiros dentro do matadouro que abastecia a cidade, estes representando “*el foco de la Federación*”, toda a barbaridade de uma sociedade ensangüentada, perdida nas mãos da tirania do chefe maior, *el Restaurador*, Rosas. O texto de Echeverría não deixa dúvidas sobre seu caráter político de duro ataque ao governo do “tirano” e de interpretação daquela realidade histórica, justificando certas atitudes políticas em prol de um bem maior, o estabelecimento de uma democracia, com repúdio à soberania das massas.

En aquel tiempo los carniceros degolladores del matadero, eran los apóstoles que propagaban a verga y puñal la federación rosina, y no es difícil imaginarse qué federación saldría de sus cabezas y cuchillas. Llamaban ellos salvaje unitario, conforme a la jerga inventada por el Restaurador, patrón de la cofradía, a todo el que no era degollador, carnicero, ni salvaje, ni ladrón; a todo hombre decente y de corazón bien puesto, a todo patriota ilustrado amigo de

³⁴ SCHEIDT, Eduardo. **Carbonários no Rio da Prata**: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 183-184.

³⁵ ECHEVERRÍA, Esteban. **La Cautiva y El matadero**. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1965. p. 103.

*las luces y de la libertad; y por el suceso anterior puede verse a las claras que el foco de la federación estaba en el matadero.*³⁶

Em uma linha de interpretação próxima a da autora Liliana Gonzáles, que apresenta o *Dogma Socialista* como sendo o “discurso de una generación”³⁷, destaca-se que este manifesto, ao representar a síntese das idéias do grupo, demonstraria a presença de uma perspectiva democrática, permeando os integrantes desta geração intelectual. Ao analisar a referida fonte, percebeu-se que uma forte concepção democrática dá base para a construção argumentativa deste documento, configurando uma “visão de mundo”, projetada por esses intelectuais. Essa “visão de mundo” poderia ser traduzida no que chamamos de “cultura política democrática”, exercendo uma influência direta na produção das obras e das ações deste grupo geracional, inclusive na tentativa de deslegitimar a política do inimigo. Neste sentido, tornou-se possível a compreensão de uma cultura política democrática partilhada, ao ser considerada a trajetória política e social destes intelectuais (enquanto grupo geracional), suas obras e contextos de produção, apesar da fragmentação de perspectivas políticas desenvolvidas diante do prolongado processo de exílio. Buscou-se, então, entender as preocupações deste grupo com a organização política da Argentina, até então uma recente nação independente.

³⁶ Neste livro, um dos esclarecimentos que consta nas notas finais, à página 139, traz também a seguinte explicação: “*Federación rosina: el adjetivo es creación de Echeverría y encierra um doble sentido: perteneciente o relativo a Rosas y rocino o rocín, que figurada y familiarmente quiere decir ‘hombre tosco, ignorante y mal educado’.*” ECHEVERRÍA, Esteban. *La Cautiva y El matadero*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1965. p. 127.

³⁷ GONZÁLEZ, Liliana. *Repensando el dogma socialista de Esteban Echeverría*. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1994. p. 106-110.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esteban Echeverría é considerado por muitos como o “Profeta da democracia” e isto se deve em grande medida à maneira como ele expressou seus pensamentos políticos, ao compreender sua história e os conflitos de seu tempo, processando uma busca pela identidade nacional sob bases democráticas. Seu pensamento, suas obras perpassam o desenrolar da política argentina, firmando-se como nome registrado na história nacional. As pesquisas em torno de suas obras destacam mais sua relação com a literatura, com um projeto de fundação de uma identidade nacional, com a idéia de progresso social, educação, vínculos com a geração de 1837, romantismo social e político, etc.. Nesse sentido, a busca por compreender seu pensamento democrático nos levou a uma árdua tarefa de analisar as diversas produções que consideram sua trajetória política, no sentido de traçar o caminho de construção de uma teoria política democrática. E, como destacado no capítulo anterior, esta teoria democrática direciona suas preocupações a uma dinâmica mais contextualizada com as necessidades práticas daquele momento histórico, no caso, responder às expectativas de um projeto político e social que os diferenciasses de uma mentalidade retrógrada, atribuída ao passado colonial, como também de outros grupos políticos como os *unitaristas*. Na expectativa de promover um projeto social inovador, Echeverría recorreu a um quadro de influências teóricas extremamente diversificado, o que para muitos, acabaria por atestar um dos maiores equívocos do autor, isto é, trilhar o caminho da incoerência e de propostas vagas. Porém, mais que um problema, tais caminhos escolhidos pelo autor, nos ajuda a compreender melhor quais eram seus objetivos e anseios, quais os limites e alcance de sua proposta, o que se estava compartilhando, como localizá-lo dentro do debate político da época, compreender suas motivações, logo, compreender sua forma de agir e pensar, neste processo de produção intelectual, no desenvolvimento de uma Cultura Política democrática. Assim, Echeverría, enquanto homem de seu tempo, considerava a contribuição das idéias européias como fundamental (seu processo civilizatório), desde que não se esquecesse a realidade local. E foi este mesmo olhar atento à realidade local que o permitiu desenvolver uma perspectiva democrática peculiar, considerando o papel negativo dos *Caudillos* em relação à participação das massas.

Echeverría e os demais membros da geração de 1837 sentiram a necessidade de demonstrar o quanto seu projeto político representava uma ruptura com as perspectivas de Rosas, mas também o quanto se diferenciava do projeto liberal desenvolvido pelos *unitaristas*, principalmente os rivadavianos. A geração de 1837, de maneira geral, deixava claro sua busca por uma construção nacional que considerasse a formulação de uma Constituição, com respeito à igualdade perante a lei, valorização de idéias progressistas, incentivo à industrialização e à imigração, uma política nacional focada na tentativa de “civilizar” a Argentina. Quando olhavam para o poder político estabelecido por Rosas, descreviam a barbárie, o desapego total às leis, uma tirania. Já em relação ao governo Rivadavia, unitário, Echeverría e os demais membros do grupo realizaram diversas críticas, acusando-os de copiarem várias idéias européias sem o devido critério de análise da realidade local. Caso clássico foi a implementação do sufrágio universal em Buenos Aires no ano de 1821. Para Echeverría “*el sufragio universal es un absurdo*” e nada condizente com a realidade local. Segundo o autor, em sua *Ojeada retrospectiva sobre el movimiento intelectual en el plata desde el año 37*, “*¿Que nos importan las soluciones de la filosofía y de la política europea que no tiendan al fin que nosotros buscamos? ¿Sería un buen ministro Guizot sentado en el fuerte de Buenos Aires [...]?*”.

Por isso, para a geração de 1837 foi tão importante pensar sua história através de três pontos essenciais, “*Mayo, Progreso, Democracia*”, uma fórmula que desconsidera o período de ação dos grupos *unitaristas* e *rosistas*, destacando para eles mesmos (estes jovens românticos) uma política liberal considerada muito mais à altura e necessidade de seu tempo.

Como pudemos perceber, a produção intelectual de Esteban Echeverría passou por vários juízos: análise e analisado, procederam-se elogios, mas também foi depreciado e o que fica desse processo são os reflexos das preocupações que permearam uma sociedade, um contexto histórico. Apesar de marcar um determinado momento da história, as obras de Echeverría e dos membros de seu grupo lograram constituir uma espaço relevante nas discussões relacionadas às teorias políticas na Argentina. Em diversos contextos foram resgatadas ou reelaboradas para tentar responder os problemas do momento histórico vivido, justamente porque os questionamentos que buscavam responder acabaram por transcender seu tempo: “a República possível”, os limites da democracia (logo, a problemática da soberania popular, o sufrágio universal), educação nacional,

independência cultural e desenvolvimento de uma identidade nacional, cidadania, etc.

Nesse sentido, poderíamos, então, destacar o papel desempenhado por Echeverría e os demais membros da geração de 1837, principalmente nas discussões e formulações sobre a democracia, uma concepção que ajudou a traçar os rumos que se almejava para a constituição da região do Rio da Prata numa Argentina em formação.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. **Ensayos argentinos**: de Sarmiento a la vanguardia. Buenos Aires: Ariel, 1997.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARCIA, Pedro Luis; WEINBERG, Félix. **Homenaje a Esteban Echeverría**: 1805-1851. Buenos Aires: Academia Argentina de Letras, Academia Nacional de la Historia, 2004.

BEIRED, José Luis Bendicho. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. **História**, São Paulo, vol. 22, n. 2, p. 59-78, 2003.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.12, n.23/24, p.7-18, Set./Ago., 1991/1992.

_____. História política: totalidade e imaginário. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, p. 151-160, 1996.

BOTANA, Natalio. **La tradición republicana**. Buenos Aires: Debolsillo, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, p. 161-165, 1996.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, estados: orígenes de la nación argentina: 1800-1846**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

_____. *El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX*. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latinoamericanos: México / Brasil / Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

D' AURIA, Aníbal et al. **Orígenes del pensamiento político argentino**. 4. ed. Buenos Aires: Docencia, 2001.

DROMI, Laura San Martino de. **Raíces históricas del federalismo argentino**. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1999.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, p.13-28, 2002.

ECHEVERRÍA, Esteban. **La Cautiva y El matadero**. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1965.

_____. **Páginas autobiográficas**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997a.

_____. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997b.

FERNÁNDEZ, María Ángela. **El concepto de "Progreso" en Esteban Echeverría**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1951.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da História política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (Comp.). **Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema**. 2.ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

_____. **Revolución, república, confederación: 1806-1852**. 2.ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. (Nueva historia argentina, tomo 3).

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. F. S. (Orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

GONZÁLEZ, Liliana. **Repensando el dogma socialista de Esteban Echeverría**. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1994.

GUTIERREZ, Juan Maria (Comp.). **Obras completas de Esteban Echeverría**. 2.ed.. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1972.

HALE, Charles. As idéias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: 1870-1930**. São Paulo: Edusp, p.331-414, v.4, 2002.

HALPERIN Donghi, Tulio. **El pensamiento de Echeverría**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1951.

_____. **El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

_____. **Historia argentina 3: de la revolución de independencia a la confederación rosista**. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KATRA, William. **La generación de 1837: los hombres que hicieron el país**. Buenos Aires: Emecé, 2000.

LAERA, Alejandra; KOHAN, Martín (Comp.). **Las brújulas del extraviado: para una lectura integral de Esteban Echeverría**. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006.

LEVENE, Gustavo Gabriel. **Breve historia de la independencia Argentina**. Buenos Aires: Distal, 2003.

LUNA, Félix (Dir.). **Esteban Echeverría**. Buenos Aires: Planeta, 1999.

LYNCH, John. As origens da independência da América espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: da independência a 1870**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **Las revoluciones hispanoamericanas: 1808-1826**. 8.ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

MACPHERSON, C.B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MANTOVANI, Juan. **Echeverría y la doctrina de la educación popular**. Buenos Aires: Editorial Perrot, 1957.

MONTAÑO, Salvador Dana. *Prólogo*. In: Echeverría, Esteban. **Dogma socialista y otras paginas políticas**. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/05814064255747062032268/p000001.htm#I_0_>. Acesso em 3 abr. 2007.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

ORGAZ, Raúl. **Echeverría y el saint-simonismo**. Córdoba: Rossi, 1934.

PALCOS, Alberto. **Echeverría y la democracia Argentina**. Buenos Aires: Imprenta Lopez, 1941.

_____. **História de Echeverría**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1960.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. (Org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Margens. América Latina; v.1).

PETROCELLI, Héctor. *El pensamiento de Echeverría y la interpretación de mayo*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1971.

PISIER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Tradução de Maria Alice Farah Calil Antonio. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

POMER, León. (Org.). **D. F. Sarmiento**: política. São Paulo: Ática, 1983.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A formação das nações latino-americanas**. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994.

_____. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusc : Edusp, 1999.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, v.2, p.149-160, 1991.

RAMA, Carlos M. **Utopismo Socialista**. Caracas: Biblioteca de Ayacucho, 1977.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil: (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, José Luis. **Las ideas políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (Nota de Estudo). **História**, São Paulo, n.15, p.27-39, 1996.

SCHEIDT, Eduardo. A crítica da “geração de 1837” às experiências republicanas rio-platense. **História Unisinos**, Rio Grande do Sul, vol. 6, n. 5, p. 175-188, 2002.

_____. **Carbonários no Rio da Prata**: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1827-1860). Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____ **Representações de nação por periodistas italianos na região platina (1827-1860)**. 2004. 17f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

_____ **História intelectual em questão**. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Posfácio de Antônio Paim; Tradução, notas de Neil Ribeiro da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1987.

WASSERMAN, Fabio. *La generación de 1837 y el proceso de construcción de la identidad nacional argentina*. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, Buenos Aires, Tercera serie, n.15, p. 7-34, 1997.

_____ **Entre Clío y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

WEINBERG, Félix. **El salón literario**. Buenos Aires: Librería Hachette, 1958.

_____ **Esteban Echeverría: ideólogo de la segunda revolución**. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006.

ZUBIRIA, Alberto May. **Esteban Echeverría**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1961.

ANEXO

ESTEBAN ECHEVERRIA
EL DOGMA SOCIALISTA

A LA JUVENTUD ARGENTINA:

HE AQUÍ el mandato de Dios, he aquí el clamor de la patria, he aquí el Sagrado Juramento de la Joven Generación ¹.

Al que adultere con la corrupción —anatema.

Al que incense la tiranía, o se venda a su oro —anatema.

Al que traicione los principios de la libertad, del honor y del patriotismo —anatema.

Al cobarde, al egoísta, al perjuro —anatema.

Al que vacile en el día grande de los hijos de la patria —anatema.

Al que mire atrás y sonría cuando suene la trompeta de la regeneración de la patria —anatema.

He aquí el voto de la nueva Generación, y de las generaciones que vendrán.

Gloria a los que no se desalientan en los conflictos y tienen confianza en su fortaleza: —de ellos será la victoria.

Gloria a los que no desesperan, tienen fe en el porvenir y en el progreso de la humanidad: —de ellos será el galardón.

Gloria a los que trabajen tenazmente por hacerse dignos hijos de la patria: —de ellos, serán las bendiciones de la posteridad.

Gloria a los que no transijen con ninguna especie de tiranía, y sienten latir en su pecho un corazón puro, libre y arrogante.

Gloria a la Juventud Argentina que ambiciona emular las virtudes, y realizar el gran pensamiento de los heroicos padres de la patria: —gloria por siempre y prosperidad.

Buenos Aires, agosto de 1837.

¹ Las palabras que siguen figuran así en la 1ª edición.

CODIGO O DECLARACION DE LOS PRINCIPIOS QUE CONSTITUYEN LA CREENCIA SOCIAL DE LA REPUBLICA ARGENTINA

INTRODUCCION

*Palabras Simbólicas de la Fe de la Joven Generación Argentina*²

1. Asociación. 2. Progreso. 3. Fraternidad. 4. Igualdad. 5. Libertad. 6. Dios, centro, y periferia de nuestra creencia religiosa: el cristianismo su ley. 7. El honor y el sacrificio móvil y norma de nuestra conducta social. 8. Adopción de todas las glorias legítimas tanto individuales como colectivas de la revolución; menosprecio de toda reputación usurpada e ilegítima. 9. Continuación de las tradiciones progresivas de la revolución de Mayo. 10. Abnegaciones de las simpatías que puedan ligarnos a las dos grandes facciones que se han disputado el poderío durante la revolución. 11. Independencia de las tradiciones retrógradas que nos subordinan al antiguo régimen. 12. Emancipación del espíritu americano. 13. Organización de la patria sobre la base democrática. 14. Confraternidad de principios. 15. Fusión de todas las doctrinas progresivas en un centro unitario.

He aquí el mandato de Dios, he aquí el clamor de la patria, he aquí el Sagrado Juramento de la Joven Generación.

Al que adultere con la corrupción: —Anatema.

Al que inciese la tiranía o se venda a su oro: —Anatema.

Al que traicione los principios de la libertad, del honor y del patriotismo: —Anatema.

Al traidor, al egoísta y perjuro: —Anatema.

Al que vacile en el día grande de los hijos de la patria: —Anatema.

Al que mire atrás y sonría cuando suene la trompeta de la regeneración de la patria: —Anatema.

He aquí los votos de la Joven Generación y de las generaciones que vendrán.

Gloria a los que no se desalientan en los conflictos, y tienen confianza en su fortaleza. De ellos será la victoria.

Gloria a los que no desesperan, tienen fe en el porvenir y en el progreso de la humanidad. De ellos será el galardón.

Gloria a los que trabajen tenazmente por hacerse dignos hijos de la patria. De ellos serán las bendiciones de la posteridad.

Gloria a los que no transigen con ninguna especie de tiranía, y sienten latir en su pecho un corazón puro, libre y arrogante.

Gloria a la Juventud Argentina, que ambiciona emular las virtudes, y realizar el gran pensamiento de los heroicos padres de la patria. —Gloria por siempre y prosperidad.

² Las palabras simbólicas figurarán posteriormente encabezando el Cap. I, como puede verse seguidamente y comprobar las diferencias de redacción.

PALABRAS SIMBOLICAS

- 1.—Asociación. 2.—Progreso. 3.—Fraternidad. 4.—Igualdad. 5.—Libertad.
- 6.—Dios, centro y periferia de nuestra creencia religiosa: el cristianismo; su ley.
- 7.—El honor y el sacrificio móvil y norma de nuestra conducta social.
- 8.—Adopción de todas las glorias legítimas, tanto individuales como colectivas de la revolución; menosprecio de toda reputación usurpada e ilegítima.
- 9.—Continuación de las tradiciones progresivas de la Revolución de mayo.
- 10.—Independencia de las tradiciones retrógradas que nos subordinan al antiguo régimen. 11.—Emancipación del espíritu americano. 12.—Organización de la patria sobre la base democrática. 13.—Confraternidad de principios.
- 14.—Fusión de todas las doctrinas progresivas en un centro unitario.
- 15.—Abnegación de las simpatías que puedan ligarnos a las dos grandes facciones que se han disputado el poderío durante la revolución.

I

1. ASOCIACION

LA SOCIEDAD es un hecho estampado en las páginas de la historia, y la educación necesaria que la Providencia impuso al hombre para el libre ejercicio y pleno desarrollo de sus facultades, al darle por patrimonio el Universo. —Ella es el vasto teatro en donde su poder se dilata, su inteligencia se nutre, y sucesivamente aparecen los partos de su incansable actividad ³.

³ Aquí continuaba en la 1ª edición en la siguiente forma:

La Asociación para el hombre es una ley de la Providencia y una necesidad de su ser. Desde las más altas especulaciones de la ciencia hasta las más humildes

Sin asociación no hay progreso, o más bien ella es la condición forzosa de toda civilización y de todo progreso.

Trabajar para que se difunda y esparza entre todas las clases el espíritu de asociación, será poner las manos en la grande obra del progreso y civilización de nuestra patria.

No puede existir verdadera asociación sino entre iguales. La desigualdad engendra odios y pasiones, que ahogan la confraternidad y relajan los vínculos sociales.

Para extender la órbita de la asociación, y al mismo tiempo robustecerla y estrecharla, es preciso nivelar las individualidades sociales, o poner su conato en que se realice la igualdad.

Para que la asociación corresponda ampliamente a sus fines, es necesario organizarla y constituir la de modo que no se choquen ni dañen mutuamente los intereses sociales y los intereses individuales, o combinar entre sí estos dos elementos: —el elemento social y el individual, la patria y la independencia del ciudadano. En la alianza y armonía de estos dos principios estriba todo el problema de la ciencia social ⁴.

El derecho del hombre y el derecho de la asociación son igualmente legítimos.

La política debe encaminar sus esfuerzos a asegurar por medio de la asociación a cada ciudadano su libertad y su individualidad.

La sociedad debe poner a cubierto la independencia individual de todos sus miembros, como todas las individualidades están obligadas a concurrir con sus fuerzas al bien de la patria ⁵.

La sociedad no debe absorber al ciudadano, o exigirle el sacrificio absoluto de su individualidad. El interés social tampoco permite el predominio exclusivo de los intereses individuales; porque entonces la sociedad se disolvería, no estando sus miembros ligados entre sí por vínculo alguno común.

La voluntad de un pueblo o de una mayoría no puede establecer un derecho atentatorio del derecho individual ⁶; porque no hay sobre la tierra autoridad alguna absoluta, porque ninguna es órgano infalible de

labores de la industria; todo está subordinado, todo se engendra y nace de la Asociación, y la actividad, en todas sus formas, no puede ejercerse eficazmente sino por medio de la Asociación.

Su espíritu reúne a los hombres, los arranca del aislamiento, los acostumbra a vivir colectivamente; despierta en sus ánimos vivas simpatías, y es capaz por sí solo de moralizarlos. El liga los corazones y las inteligencias con el vínculo de idénticas creencias; les crea, mientras aparece la grande, una Patria en pequeño, en cuyo recinto los afectos sociales se nutren y toman cuerpo, y extienden incesantemente su influjo hasta abarcar la nación entera y humanidad.

⁴ En la 1ª edición continuaba así:

“La vida consiste esencialmente en la relación divina y necesaria de seres individuales y libres”.

⁵ En la edición de 1839 venían estas palabras: *y a la prosperidad de la nación.*

⁶ En la edición de *El Iniciador* (1ª edición, 1839) en lugar de la *voluntad de un pueblo*, decía *voluntad de una nación.*

la justicia suprema, y porque más arriba de las leyes humanas está la ley de la conciencia y de la razón.

Ninguna autoridad legítima impera sino en nombre del derecho, de la justicia y de la verdad. A la voluntad nacional, verdadera conciencia pública, toca interpretar y decidir soberanamente sobre lo justo, lo verdadero y lo obligatorio —he aquí el dominio de la ley positiva. Pero más allá de esa ley y en otra esfera más alta, existen los derechos del hombre, que, siendo la base y las condiciones esenciales del orden social, se sobreponen a ella y la dominan.

Ninguna mayoría, ningún partido o asamblea, tiene derecho para establecer una ley que ataque las leyes naturales y los principios conservadores de la sociedad, y que ponga a merced del capricho de un hombre la seguridad, la libertad y la vida de todos.

El pueblo que comete este atentado es insensato o al menos estúpido; porque usa de un derecho que no le pertenece, porque vende lo que no es suyo —la libertad de los demás; porque se vende a sí mismo, no pudiendo hacerlo, y se constituye esclavo, siendo libre por la ley de Dios y de su naturaleza.

La voluntad de un pueblo jamás podrá sancionar como justo, lo que es esencialmente injusto.

Alegar razones de estado para cohonestar la violación de estos derechos, es introducir el maquiavelismo, y sujetar de hecho a los hombres al desastroso imperio de la fuerza y de la arbitrariedad.

La salud del pueblo no estriba en otra cosa, sino en el religioso e inviolable respeto de los derechos de todos y cada uno de los miembros que lo componen.

Para ejercer derechos sobre sus miembros, la sociedad debe a todos justicia, protección igual, y leyes que aseguren su persona, sus bienes y su libertad. Ella se obliga a ponerlos a cubierto de toda injusticia o violencia; a tener a raya, para que no se dañen sus pasiones recíprocas; a proporcionarles medios de trabajar sin estorbo alguno, en su propio bienestar, sin perjuicio del de los otros; a poner a cada *uno* bajo la salvaguardia de *todos*, para que pueda gozar pacíficamente de lo que posee o ha adquirido con su trabajo, su industria o sus talentos⁷.

La potestad social que no hace esto; que en vez de fraternizar, divide; que siembra la desconfianza y el encono; que atiza el espíritu de partido

⁷ En la 1ª edición:

"A tener a raya, para que no se dañen, sus pasiones recíprocas, a ponerlos en estado de trabajar sin estorbos, *ni trabas*, en su propio bienestar sin perjuicio del de los otros.

"A poner a cada *uno* bajo la salvaguardia de *todos*, para que puedan gozar pacíficamente de lo que posee o ha adquirido con su trabajo, su industria o sus talentos.

"*Cada uno de los miembros de la Asociación está obligado por su parte a respetar la libertad, propiedad de sus concludadanos, y a cooperar con sus fuerzas para hacerlas respetar*".

y las venganzas; que fomenta la perfidia, el espionaje y la delación, y tiende a convertir la sociedad en un enjambre de delatores, de verdugos y de víctimas; es una potestad inícuca, inmoral y abominable.

La institución del Gobierno no es útil, moral y necesaria, sino en cuanto propende a asegurar a cada ciudadano sus imprescriptibles derechos y principalmente su libertad.

La perfección de la asociación está en razón de la libertad de todos y de cada uno. Para conseguirla es preciso predicar fraternidad, desprendimiento, sacrificio mutuo entre los miembros de una misma familia. Es necesario trabajar para que todas las fuerzas individuales, lejos de aislarse y reconcentrarse en su egoísmo, concurren simultáneamente y colectivamente a un fin único: —al progreso y engrandecimiento de la nación.

El predominio de la individualidad nos ha perdido. Las pasiones egoístas han sembrado la anarquía en el suelo de la libertad, y esterilizado sus frutos: —de aquí resulta el relajamiento de los vínculos sociales: —que el egoísmo está entrañado en todos los corazones y muestra en todas partes, su aspecto deforme y ominoso: —que los corazones no palpitan al son de la mismas palabras, y a la vista de los mismos símbolos: —que las inteligencias no están unidas por una creencia común en la patria, en la igualdad, en la fraternidad y la libertad ⁸.

¿Cómo reanimar esta sociedad en disolución? ¿Cómo hacer predominar el elemento sociable del corazón humano, y salvar la patria y la civilización? —El remedio sólo existe en el espíritu de asociación.

Asociación, progreso, libertad, igualdad, fraternidad, términos correlativos de la gran síntesis social y humanitaria: —símbolos divinos del venturoso porvenir de los pueblos y de la humanidad.

La libertad no puede realizarse sino por medio de la igualdad, y la igualdad sin el auxilio de la asociación o del concurso de todas las fuerzas individuales encaminadas a un objeto único, indefinido —el *progreso continuo*: —fórmula fundamental de la filosofía del decimonoveno siglo ⁹.

Aquella organización social será más perfecta, que ofrezca mayores garantías al desarrollo de la igualdad y de la libertad, y de mayor ensanche al ejercicio libre y armónico de las facultades humanas: —aquel gobierno será mejor, que tenga más analogía con nuestras costumbres y nuestra condición social.

El camino para llegar a la libertad es la igualdad; la igualdad y la libertad son los principios engendradores de la Democracia.

⁸ Seguía en la 1ª edición:

Que el hombre no halla en sus semejantes una fibra que vibre al unísono de las suyas; y que todos, cuando no como enemigos, nos miramos como extraños o miembros de distinta familia.

De aquí nace también que vayan extinguiendo las simpatías, origen de los afectos morales, porque aun cuando somos de una misma especie, no pertenecemos a la misma comunidad, y apenas nos consideramos hijos de una misma patria.

⁹ En la 1ª edición decía *fórmula fundamental del décimo noveno siglo*.

La Democracia es por consiguiente el régimen que nos conviene, y el único realizable entre nosotros.

Preparar los elementos para organizar y constituir la democracia que existe en germen en nuestra sociedad: —he aquí también nuestra misión.

La asociación de la Joven Generación Argentina, representa en su organización provisoria el porvenir de la nación Argentina: —su misión es esencialmente orgánica. Ella procurará derramar su espíritu y su doctrina —extender el círculo de sus tendencias progresivas —atraer los ánimos a la grande asociación nacional uniformando las opiniones, y concentrándolas en la patria y en los principios de la igualdad, de la libertad y de la fraternidad de todos los hombres.

Ella trabajará en conciliar y poner en armonía el ciudadano y la patria, el individuo y la asociación ¹⁰; y en preparar los elementos de la organización de la nacionalidad Argentina sobre el principio democrático.

Ella en su institución definitiva, procurará hermanar las dos ideas fundamentales de la época: —*patria y humanidad*, y hacer que el movimiento progresivo de la nación marche conforme con el movimiento progresivo de la grande asociación humanitaria.

II

2. PROGRESO

“LA HUMANIDAD es como un hombre que vive siempre, y progresa constantemente” *. —Ella con un pie asentado en el presente y otro extendido hacia el porvenir, marcha sin fatigarse, como impelida por el soplo de Dios, en busca del Edén prometido a sus esperanzas.

Cielo, tierra, animalidad, humanidad, el universo entero tiene una vida que se desarrolla y se manifiesta en el tiempo por una serie de generaciones continuas: —esta ley de desarrollo se llama la *ley del progreso* ¹¹.

Así como el hombre, los seres orgánicos, y la naturaleza; los pueblos también están en posesión de una vida propia, cuyo desenvolvimiento continuo constituye su progreso; porque la vida no es otra cosa en todo lo creado, que el ejercicio incesante de la actividad.

¹⁰ En la edición de 1839: “; ella pondrá todo su conato en preparar los elementos de la organización de la nacionalidad Argentina sobre la base democrática”.

¹¹ En la edición de *El Intelectual*:

“Cielo, tierra, animalidad, humanidad, el universo entero tiene una vida peculiar que se desarrolla en el tiempo. Por una serie de generaciones continuas: esta ley se llama la ley del progreso”.

* Pascal. (*Añadido a la 2ª edición*).

Todas las asociaciones humanas existen por el progreso y para el progreso, y la civilización misma no es otra cosa que el testimonio indeleble del progreso humanitario.

Todos los conatos del hombre y de la sociedad se encaminan a procurarse el bienestar que apetecen.

El bienestar de un pueblo está en relación, y nace de su progreso.

“Vivir conforme a la ley de su ser, es el bienestar. Sólo por medio del ejercicio libre y armónico de todas sus facultades, pueden los hombres y los pueblos alcanzar la aplicación más extensa de esta ley” *.

Un pueblo que no trabaja por mejorar de condición, no obedece a la ley de su ser.

La revolución para nosotros es el progreso. La América, creyendo que podía mejorar de condición se emancipó de la España: —desde entonces entró en las vías del progreso.

Progresar es civilizarse, o encaminar la acción de todas sus fuerzas al logro de su bienestar, o en otros términos a la realización de la *ley de su ser*.

La Europa es el centro de la civilización de los siglos y del progreso humanitario.

La América debe por consiguiente estudiar el movimiento progresivo de la inteligencia europea; pero sin sujetarse ciegamente a sus influencias. El libre examen, y la elección tocan de derecho y son el criterio de una razón ilustrada. Ella debe apropiarse todo lo que pueda contribuir a la satisfacción de sus necesidades: debe, para conocerse y alumbrarse en su carrera, caminar con la antorcha del espíritu humano.

Cada Pueblo tiene su vida y su inteligencia propia. “Del desarrollo y ejercicio de ella, nace su misión especial; la cual concurre al lleno de la misión general de la humanidad. Esta misión constituye la nacionalidad. —La nacionalidad es sagrada” **.

Un pueblo que esclaviza su inteligencia a la inteligencia de otro pueblo, es estúpido y sacrílego.

Un pueblo que se estaciona y no progresa, no tiene misión alguna, ni llegará jamás a constituir su nacionalidad.

Cuando la inteligencia americana se haya puesto al nivel de la inteligencia europea, brillará el sol de su completa emancipación.

* Joven Europa. (Nota agregada a la 2ª ed.).

** Joven Europa. (Id., id.).

III

3. FRATERNIDAD. — 4. IGUALDAD
5. LIBERTAD

“LA FRATERNIDAD humana es el amor mutuo, o aquella disposición generosa que inclina al hombre a hacer a los otros lo que quisiera que se hiciese con él” *.

Cristo la divinizó con su sangre, y los profetas la santificaron con el martirio.

Pero el hombre entonces era débil, porque vivía para sí y solo consigo. La humanidad o la concordia de la familia humana, concurriendo a idéntico fin, no existía.

Los tiranos y egoístas fácilmente ofuscaron con su soplo mortífero la luz divina de la palabra del Redentor, y pusieron, para reinar, en lucha al padre con el hijo, al hermano con el hermano, la familia con la familia.

Ciego el hombre y amurallado en su *yo* creyó justo sacrificar a sus pasiones el bienestar de los demás, y los pueblos y los hombres se hicieron guerra y se despedazaron entre sí como fieras.

“Por la ley de Dios y de la humanidad todos los hombres son hermanos. Todo acto de egoísmo es un atentado a la fraternidad humana” **.

El egoísmo es la muerte del alma. El egoísta no siente amor, ni caridad, ni simpatía por sus hermanos. Todos sus actos se encaminan a la satisfacción de su *yo*; todos sus pensamientos y acciones giran en torno de su *yo*; y el deber, el honor y la justicia son palabras huecas y sin sentido para su espíritu depravado.

El egoísmo se diviniza y hace de su corazón el centro del universo. El egoísmo encarnado son todos los tiranos.

Es del deber de todo hombre que conoce su misión, luchar cuerpo a cuerpo con él hasta aniquilarlo.

La fraternidad es la cadena de oro que debe ligar todos los corazones puros y verdaderamente patriotas: —sin esto no hay fuerza, ni unión, ni patria. ¹².

Todo acto, toda palabra que tienda a relajar este vínculo, es un atentado contra la patria y la humanidad.

Echemos un velo de olvido sobre los errores de nuestros pasados; el hombre es falible. Pongamos en balanza justa sus obras, y veamos lo que hubiéramos hecho en circunstancias idénticas. —Lo que somos y lo que seremos en el porvenir, a ellos se lo debemos. Abramos el santuario de

¹² En la 1ª edición en lugar de la palabra *fuerza* dice *pureza*.

* Joven Europa (*Nota a la 2ª edición*).

** Idem (*Id., id.*).

nuestros corazones a los que merecieron bien de la patria y se sacrificaron por ella.

Los egoístas y malvados tendrán su merecido; el juicio de la posteridad los espera. —La divisa de la nueva generación, es fraternidad ¹³.

“Por la ley de Dios y de la humanidad, todos los hombres son iguales” *.

Para que la igualdad se realice, es preciso que los hombres se penetren de sus derechos y obligaciones mutuas.

La Igualdad consiste en que esos derechos y deberes sean igualmente admitidos y declarados por todos, en que nadie pueda substraerse a la ley que los formula, en que cada hombre participe igualmente del goce proporcional a su inteligencia y trabajo ¹⁴. —Todo privilegio es un atentado a la igualdad.

No hay igualdad, donde la clase rica se sobrepone, y tiene más fueros que las otras.

Donde cierta clase monopoliza los destinos públicos.

Donde el influjo y el poder paraliza para los unos la acción de la ley y para los otros la robustece.

Donde sólo los partidos, no la nación son soberanos.

Donde las contribuciones no están igualmente repartidas, y en proporción a los bienes e industria de cada uno.

Donde la clase pobre sufre sola las cargas sociales más penosas, como la milicia, etc.

Donde el último satélite del poder puede impunemente violar la seguridad y la libertad del ciudadano.

Donde las recompensas y empleos no se dan al mérito probado por hechos.

Donde cada empleado es un mandarín, ante quien debe inclinar la cabeza el ciudadano.

Donde los empleados son agentes serviles del poder, no asalariados y dependientes de la nación.

Donde los partidos otorgan a su antojo títulos y recompensas.

Donde no tienen merecimientos el talento y la probidad, sino la estupidéz rastrera y la adulación.

Es también atentatorio a la igualdad, todo privilegio otorgado a corporación civil, militar o religiosa, academia o universidad; toda ley excepcional y de circunstancias.

La sociedad o el poder que la representa, debe a todos sus miembros igual protección, seguridad, libertad: —si a unos se la otorga y a otros no, hay desigualdad y tiranía.

¹³ En la edición de 1839 en lugar de “La divisa de la nueva generación, es fraternidad”, decía “La divisa de la joven generación, es fraternidad”.

¹⁴ En la edición de *El Iniciador* esta frase estaba redactada así: “... en que cada hombre participe libremente del goce proporcional a su inteligencia y trabajo”.

* Joven Europa. (Nota de la 2ª edición).

La potestad social no es moral ni corresponde a sus fines, si no protege a los débiles, a los pobres y a los menesterosos, es decir, si no emplea los medios que la sociedad ha puesto en su mano, para realizar la igualdad.

La igualdad está en relación con las luces y el bienestar de los ciudadanos.

Ilustrar las masas sobre sus verdaderos derechos y obligaciones, educarlas con el fin de hacerlas capaces de ejercer la ciudadanía y de infundirlas la dignidad de hombres libres, protegerlas y estimularlas para que trabajen y sean industriosas, suministrarles los medios de adquirir bienestar e independencia¹⁶: —he aquí el modo de elevarlas a la igualdad.

La única *jerarquía* que debe existir en una sociedad democrática, es aquella que trae su origen de la naturaleza, y es invariable y necesaria como ella.

El dinero jamás podrá ser un título, si no está en manos puras, benéficas y virtuosas. Una alma estúpida y villana, un corazón depravado y egoísta, podrán ser favorecidos de la fortuna; pero ni su oro, ni los incienso del vulgo vil, les infundirán nunca lo que la naturaleza les negó —capacidad y virtudes republicanas.

Dios, inteligencia suprema, quiso que para tener el hombre¹⁶ el señorío de la creación y sobreponerse a las demás criaturas, descollase en razón e inteligencia.

La inteligencia, la virtud, la capacidad, el mérito probado: —he aquí las únicas jerarquías de origen natural y divino¹⁷.

La sociedad no reconoce sino el mérito atestiguado por obras. Ella pregunta al General lleno de títulos y medallas ¿qué victoria útil a la patria habéis ganado? —Al mandatario y al acaudalado ¿qué alivio habéis dado a las miserias y necesidades del pueblo? —Al particular ¿por qué obras habéis merecido respeto y consideración de vuestros conciudadanos y de la humanidad? —Y a todos en suma ¿en qué circunstancias os habéis mostrado capaces, virtuosos y patriotas?

Aquel que nada tiene que responder a estas preguntas, y manifiesta, sin embargo, pretensiones, y ambiciona supremacía, es un insensato que solo merece lástima o menosprecio.

El problema de la igualdad social, está entrañado en este principio —“A cada hombre según su capacidad, a cada capacidad según sus obras” *.

¹⁶ En lugar de *medios* en la 1ª edición dice: los *modos* de adquirir.

¹⁶ En la edición de 1839 decía, después, *imagen* *suya*.

¹⁷ En la 1ª edición este párrafo terminaba: “he aquí las únicas jerarquías sociales establecidas por Dios y la naturaleza”.

* Saint Simón. (*Añadido a la 2ª ed.*).

“Por la ley de Dios y de la humanidad todos los hombres son libres”.

¹⁸ “La libertad es el derecho que cada hombre tiene para emplear sin traba alguna sus facultades en el conseguimiento de su bienestar, y para elegir los medios que puedan servirle a este objeto” **.

El libre ejercicio de las facultades individuales, no debe causar extorsión ni violencia a los derechos de otro. No hagas a otro lo que no quieras te sea hecho: —la libertad humana no tiene otros límites. ¹⁹

No hay libertad, donde el hombre no puede cambiar de lugar a su antojo.

Donde no le es permitido disponer del fruto de su industria y de su trabajo.

Donde tiene que hacer al poder el sacrificio de su tiempo y de sus bienes.

Donde puede ser vejado e insultado por los sicarios de un poder arbitrario.

Donde sin haber violado la ley, sin juicio previo ni forma de proceso alguno, puede ser encarcelado o privado del uso de sus facultades físicas o intelectuales.

Donde se le coarta el derecho de publicar de palabra o por escrito sus opiniones.

Donde se le impone una religión y un culto distinto del que su conciencia juzga verdadero.

Donde se le puede arbitrariamente turbar en sus hogares, arrancarle del seno de su familia, y desterrarle fuera de su patria.

Donde su seguridad, su vida y sus bienes, están a merced del capricho de un mandatario.

Donde se le obliga a tomar las armas sin necesidad absoluta, y sin que el interés general lo exija.

Donde se le ponen trabas y condiciones en el ejercicio de una industria cualquiera, como la imprenta.

¹⁸ En la edición de *El Inticiador*:

“La libertad es el derecho que cada hombre tiene para emplear sus facultades, sin estorbos ni trabas, en el conseguimiento de su bienestar, y para elegir los medios que puedan servirle a este objeto”.

¹⁹ En la edición original seguía:

La sociedad no debe violar ni comprimir el ejercicio de la libertad o de las facultades naturales del hombre, porque ellas son a un tiempo, el origen, la base y el fin de asociación.

Todo acto arbitrario, es un atentado a la libertad humana.

** Joven Europa. (2ª ed.).

IV

6. DIOS, CENTRO Y PERIFERIA DE NUESTRA
CREENCIA RELIGIOSA; EL CRISTIANISMO. SU LEY

LA RELIGIÓN natural es aquel instinto imperioso que lleva al hombre a tributar homenaje a su Creador *.

Las relaciones del hombre con Dios son como las de hijo a padre, de una naturaleza moral. Siendo Dios la fuente pura de nuestra vida y facultades, de nuestras esperanzas y alegrías, nosotros en cambio de estos bienes le presentamos la única ofrenda que pudiera apetecer, el tributo de nuestro corazón.

Pero la religión natural no ha bastado al hombre, porque careciendo de certidumbre, de vida y de sanción, no satisfacía las necesidades de su conciencia; y ha sido necesario que las religiones positivas que apoyan su autoridad sobre hechos históricos, viniesen a proclamar las leyes que deben regir esas relaciones íntimas entre el hombre y su Creador.

La mejor de las religiones positivas es el cristianismo, porque no es otra cosa que la revelación de los instintos morales de la humanidad.

El Evangelio es la ley de Dios, porque es la ley moral de la conciencia y de la razón.

El cristianismo trajo al mundo la fraternidad, la igualdad y la libertad, y rehabilitando al género humano en sus derechos, lo redimió. El cristianismo es esencialmente civilizador y progresivo.

El mundo estaba sumergido en las tinieblas y el *verbo* de Cristo lo iluminó, y del caos brotó un mundo. La humanidad era un cadáver, y recibió con su soplo la vida y la resurrección.

El Evangelio es la ley de amor, y como dice el Apóstol Santiago, la ley perfecta, que es la ley de la libertad. El cristianismo debe ser la religión de las democracias.

Examinadlo todo y escoged lo bueno, dice el Evangelio; y así ha proclamado la independenciam de la razón y la libertad de conciencia ²⁰ — porque la libertad consiste principalmente en el derecho de examen y de elección.

Toda religión presupone un culto. El culto es la parte visible o la manifestación exterior de la religión, como la palabra es un elemento necesario del pensamiento.

²⁰ En la 1ª edición: “; — porque la libertad se cifraria patentemente en el derecho de examen y de elección”.

* En varios párrafos, y en este especialmente, hay algunas opiniones críticas, sugeridas por la situación excepcional en que se hallaba nuestro país, cuya tendencia no se ocultará a los lectores del Río de la Plata. Sin embargo, hacemos la prevención, porque consideradas en *abstracto* esas opiniones, pueden parecer erróneas o contradictorias a los lectores extraños a nuestras cosas. (Nota de la 2ª ed.).

La religión es un pacto tácito entre Dios y la conciencia humana —ella forma el vínculo espiritual que une a la criatura con su Hacedor²¹. El hombre deberá por consiguiente encaminar su pensamiento a Dios del modo que lo juzgue más conveniente. Dios es el único juez de los actos de su conciencia, y ninguna autoridad terrestre debe usurpar esa prerrogativa divina, ni podrá hacerlo aunque quiera, porque la conciencia es libre.

Reprimida la libertad de conciencia, la voz y las manos ejercerán si se quiere automáticamente, las prácticas de un culto; pero el corazón renegará dentro de sí mismo, y guardará en su santuario inviolable la libertad.

Si la libertad de conciencia es un derecho del individuo, la libertad de cultos es un derecho de las comunidades religiosas.

Reconocida la libertad de conciencia, sería contradictorio no reconocer también la libertad de cultos, la cual no es otra cosa que la aplicación inmediata de aquella.

La profesión de las creencias y los cultos sólo serán libres, cuando no se ponga obstáculo alguno a la predicación de la doctrina de las primeras, ni a la práctica de los segundos, y cuando los individuos de cualquier comunión religiosa sean iguales en derechos civiles y políticos a los demás ciudadanos.

La sociedad religiosa es independiente de la sociedad civil: aquella encamina sus esperanzas a otro mundo, esta las concentra en la tierra: la misión de la primera es espiritual, la de la segunda temporal. Los tiranos han fraguado de la religión cadenas para el hombre, y de aquí ha nacido la impura liga de poder y el altar²².

No incumbe al gobierno reglamentar las creencias, interponiéndose entre Dios y la conciencia humana, sino escudar los principios conservadores de la sociedad, y tener bajo su salvaguardia la moral social²³.

Si alguna religión o culto tendiesen pública o directamente, por actos o por escritos, a herir la moral social y alterar el orden, será del deber del gobierno obrar activamente para reprimir sus desafueros.

La jurisdicción del gobierno en cuanto a los cultos, deberá ceñirse a velar para que no se dañen entre sí, ni siembren el desorden en la sociedad.

El Estado, como cuerpo político, no puede tener una religión, porque no siendo persona individual, carece de conciencia propia.

El dogma de la religión dominante es además injusto y atentatorio a la igualdad, porque pronuncia excomunión social contra los que no pro-

²¹ En la edición de 1839 en lugar de *Hacedor*, figura *Señor*.

²² En la edición originaria decía el *trono* y el altar.

²³ En la edición de *El Iniciador*:

“No incumbe al gobierno reglamentar las creencias, interponiéndose entre Dios y la conciencia humana, ni menos interpretar o defender principios filosóficos, políticos o religiosos; sino escudar aquellos sobre que descansa la sociedad, y tener bajo su salvaguardia la moral social”.

fesan su creencia, y los priva de sus derechos naturales, sin eximirlos de las cargas sociales.

El principio de la libertad de conciencia jamás podrá conciliarse con el dogma de la religión del Estado.

Reconocida la libertad de conciencia, ninguna religión debe declararse dominante, ni patrocinarse por el Estado: todas igualmente deberán ser respetadas y protegidas, mientras su moral sea pura, y su culto no atente al orden social.

La palabra *tolerancia* en materia de religión y de cultos no anuncia sino la ausencia de libertad, y envuelve una injuria contra los derechos de la humanidad. Se tolera, lo inhibido, o lo malo; un derecho se reconoce y se proclama. El espíritu humano es una esencia libre; la libertad es un elemento indestructible de su naturaleza, y un don de Dios.

El Sacerdote es ministro del culto: el Sacerdocio es un cargo público. La misión del Sacerdote²⁴ es *moralizar*, predicar fraternidad, caridad, es decir la ley de paz y de amor —la ley de Dios.

El Sacerdote que atiza pasiones y provoca venganzas desde la cátedra del Espíritu-Santo, es impío y sacrílego.

Amad a vuestros prójimos como a vosotros mismos: amad a vuestros enemigos, dice Cristo: —he aquí la palabra del Sacerdote.

El Sacerdote debe predicar tolerancia, no persecución contra la indiferencia o la impiedad. La fuerza hace hipócritas, no creyentes, y enciende el fanatismo y la guerra.

“¿Cómo tendrán fe en la palabra del Sacerdote si él mismo no observa la ley? El que dice que conoce a Dios y no guarda sus mandamientos es mentiroso, y no hay verdad en él” *.

“Nosotros no exigimos obediencia ciega, dice San Pablo, nosotros enseñamos, probamos, persuadimos. *Fides suadenda non imperanda*, repite San Bernardo”.

La misión del Sacerdote es exclusivamente espiritual, porque mezclándose a las pasiones e intereses mundanos, compromete y mancha la santidad de su ministerio, y se acarrea menosprecio y odio en lugar de amor y veneración.

Los vicarios y ministros de Cristo no deben ejercer empleo ni revestir autoridad alguna temporal: —*Regnum meum non est de hoc mundo*, les ha dicho su divino maestro, y así les ha señalado los límites del gobierno de su Iglesia.

Los eclesiásticos, como miembros del Estado, están bajo su jurisdicción, y no pueden formar un cuerpo privilegiado y distinto en la sociedad. Como los demás ciudadanos estarán sujetos a las mismas cargas y obliga-

²⁴ En la edición de *El Iniciador* “El oficio del Sacerdote...”.

* S. San Juan Ep. IX, cap. 2.

ciones, a las mismas leyes civiles y penales, y a las mismas autoridades. —Todos los hombres son iguales; sólo el mérito y la virtud engendran supremacía *.

V

7. EL HONOR Y EL SACRIFICIO, MOVIL Y NORMA DE NUESTRA CONDUCTA SOCIAL

LA MORAL regla los actos del hombre privado: el honor, los del hombre público.

La moral pertenece al fuero de la conciencia individual, y es la norma de la conducta del hombre con relación a sí mismo, y a sus semejantes. El honor entra en el fuero de la conciencia del hombre social, y es la norma de sus acciones con relación a la sociedad.

Existe cierto desacuerdo entre algunos preceptos evangélicos y la organización actual de las sociedades *.

Hay ciertas acciones que la moral aprueba en el hombre privado y reprueba en el hombre público. Es por lo mismo necesario adoptar la palabra honor, la cual vulgarmente se aplica al hombre público que se conduce con honradez y probidad, puesto que ella designa la moralidad en los actos.

El honor y la moral son dos términos idénticos que conducen a idéntico resultado.

La moral será el dogma del cristiano y del hombre privado: el honor, el dogma del ciudadano y del hombre público.

El hombre de honor no traiciona los principios.

El hombre de honor es veraz, no falta a su palabra, no viola la religión del juramento; ama lo verdadero y lo justo; es caritativo y benéfico.

El hombre de honor no prevarica, tiene rectitud y probidad, no vende sus favores cuando se halla elevado en dignidad.

El hombre de honor es buen amigo, no traiciona al enemigo que viene a ponerse bajo su salvaguardia; el hombre de honor es virtuoso, buen patriota y buen ciudadano.

* No hemos podido ni querido tocar todos los puntos que abraza la cuestión religiosa: nos hemos contentado con señalar aquellos más esenciales por ahora y que comporta el estado de nuestra sociedad. (*Nota a la 2ª edición*).

* El cristianismo enseña abnegación de las cosas mundanas, desprendimiento de los intereses terrestres, absorción del hombre en Dios o en la idea exclusiva de la salvación de su alma; doctrinas enteramente opuestas a los deberes del hombre social y del ciudadano. El cristianismo predica la humildad y dice: si te hieren en una mejilla, presenta la otra a la mano de tu adversario; —humildad que no tolera el honor del hombre social. El cristianismo dice: *regnum meum non est de hoc mundo*. (*Nota de la 2ª edición*).

El hombre de honor detesta la tiranía porque tiene fe en los principios, y no es egoísta: —la tiranía es el egoísmo encarnado.

El hombre de honor se sacrifica, si es necesario, por la justicia y la libertad.

No hay honor ni virtud sin sacrificio; ni habrá lugar al sacrificio permaneciendo en la inacción.

El que no obra cuando el honor lo llama, no merece el título de hombre.

El que no obra cuando la patria está en peligro, no merece ser hombre ni ciudadano.

La virtud de las virtudes es la acción encaminada al sacrificio.

El sacrificio es aquella disposición generosa del ánimo que lleva al hombre a consagrar su vida y facultades, ahogando a menudo las sugerencias de su interés personal y de su egoísmo, a la defensa de una causa que considera justa; al logro de un bien común a su patria y a sus semejantes; a cumplir con sus deberes de hombre y de ciudadano siempre y a pesar de todo; y a derramar su sangre si es necesario para desempeñar tan alta y noble misión.

Todo hombre, pues, tiene una misión. —Toda misión es obligatoria.

Sólo es digno de alabanza el que conociendo su misión, está siempre dispuesto a sacrificarse por la patria, y por la causa santa de la libertad, la igualdad y la fraternidad ²⁶.

Sólo es acreedor a gloria, el que trabaja por el progreso y bienestar de la humanidad.

Sólo se granjea respeto y consideraciones, el que cifra su valer en su capacidad y virtudes.

“Sabéis que aquellos que se creen mandar a las gentes, se enseñorean de ellas, y los príncipes de ellas tienen potestad sobre ellas”.

“Mas no es así entre vosotros, antes el que quisiere ser el mayor será vuestro criado”.

“Y el que quisiere ser el primero entre vosotros, será siervo de todos”.

“Porque el hijo del hombre no vino para ser servido, sino para servir y dar su vida en rescate por muchos” *.

La doctrina de Cristo es la nuestra, porque es la doctrina de salud y redención.

El que quiera sobreponerse, se sacrificará por los demás.

El que quiera ver ensalzado su nombre, buscará por pedestal el corazón de sus conciudadanos.

El que ambicione gloria, la fabricará con la acción intensa de su inteligencia y sus brazos.

La libertad no se adquiere sino a precio de sangre.

²⁶ En la edición originaria dice: “. . . por la causa Santa de la igualdad y la libertad”.

* S. Mateo. Cap. X. v. 42, 45.

"La libertad es el pan que los pueblos deben ganar con el sudor de su rostro" **.

El egoísmo labra para sí, el sacrificio para los demás.

El sacrificio es el decreto de muerte de las pasiones egoístas. —Ellas han traído la guerra, los desastres y la tiranía al suelo de la patria. Sólo sacrificándolos lograremos redimirla, emular las virtudes de los que le dieron ser, y conquistar nobles lauros ²⁶.

VI

8. ADOPCION DE TODAS LAS GLORIAS LEGITIMAS, TANTO INDIVIDUALES COMO COLECTIVAS DE LA REVOLUCION; MENOSPRECIO DE TODA REPUTACION USURPADA E ILEGITIMA

SENTADOS y reconocidos los antecedentes principios, sólo serán para nosotros glorias legítimas, aquellas que hayan sido adquiridas por la senda del honor; aquellas que no estén manchadas de iniquidad o injusticia; aquellas obtenidas a fuerza de heroísmo, constancia y sacrificios; aquellas que hayan dejado, sea en los campos de batalla, sea en el gabinete, la prensa, o la tribuna, rastros indelebles de su existencia: aquellas en suma que pueda sancionar el incorruptible juicio de la filosofía.

Hay grandes diferencias entre *gloria* y *reputación*. —El que quiere reputación, la consigue. Ella se encuentra en un título, en un grado, en un empleo, en un poco de oro, en un vaivén del acaso, en aventuras personales, en la lengua de los amigos y de la lisonja rastrera.

La reputación es el humo que ambicionan las almas mezquinas y los hombres descorazonados.

Pero la reputación va a parar a menudo a un mismo féretro con el que la poseyó, y en un día se convierte en humo, polvo y nada. —En vano grabará la vanidad sobre la lápida que la cubre un *nombre*. Ese nombre nadie lo conoce, es un enigma que nadie entiende, es algo que fue y dejó de ser, como cualquier animal o planta; sin que se sepa para qué lo vació Dios en el molde del hombre ²⁷, y estampó en su frente la dignidad de la razón y la inteligencia.

La gloria es distinta. La gloria es como planta perenne, cuyo verdor nunca amarillea. La gloria echa raíces tan profundas, que llegan al corazón de la tierra, y se levanta a las nubes incontrastable como el cedro del Libano.

²⁶ En la edición de 1839 el párrafo concluye "... y labrar el monumento incontrastable de la gloria de la joven generación argentina".

²⁷ En la edición de 1846 "sin que *persona* sepa para qué lo vació Dios, etc."

** La-Mennais.

La gloria prende y se arraiga en todos los corazones: la gloria es el himno perpetuo de alabanza que consagra un pueblo o la humanidad reconocida al ingenio, a la virtud y al heroísmo.

La gloria es la riqueza del grande hombre adquirida con el sudor de su rostro.

Grande hombre es aquel que, conociendo las necesidades de su tiempo, de su siglo, de su país, y confiando en su fortaleza, se adelanta a satisfacerlas; y a fuerza de tesón y sacrificios, se labra con la espada o la pluma, el pensamiento o la acción, un trono en el corazón de sus conciudadanos o de la humanidad.

Grande hombre, es aquel cuya vida es una serie de hechos y triunfos, de ilusiones y desengaños, de agonías y deleites inefables, por alcanzar el alto bien prometido a sus esperanzas.

Grande hombre, es aquel cuya personalidad, es tan vasta, tan intensa y activa, que abraza en su esfera todas las personalidades humanas, y encierra en sí mismo —en su corazón y cabeza— todos los gérmenes inteligentes y afectivos de la humanidad.

Grande hombre, es aquel que el dedo de Dios señala entre la muchedumbre para levantarse y descollar sobre todos por la omnipotencia de su Genio.

El grande hombre puede ser guerrero, estadista, legislador, filósofo, poeta, hombre científico.

Sólo el Genio es supremo después de Dios. La supremacía del Genio constituye su gloria, y el apoteosis de la razón. El Genio es la razón por excelencia.

Toda otra supremacía no es más que vanidad pueril, ignorancia sin seso. Pero desde la altura donde el genio se sienta como soberano, hasta la más ínfima grada de la sociedad, hay mil escalones donde pueden colocarse otras tantas glorias también legítimas, pero más humildes: hay mil lugares para el hombre de mérito; mil lauros que puede ambicionar la capacidad²⁸, la virtud y el heroísmo, con tal que marchen por la senda del honor, y lleven siempre al frente de sus pretensiones, el título legítimo que las sanciona.

Ambición legítima es aquella que se ajusta a la ley, y marcha a sus fines por la senda que ella traza. Toda otra ambición, no es más que el frenesí de las más innobles pasiones, cubierto con la máscara del verdadero mérito.

El que se siente capaz de hacer una cosa, de llevar a cabo una grande empresa, de ocupar un puesto elevado, debe ambicionarlo; pero sin hollar la ley ni la justicia, ni emplear los medios reservados a la incapacidad y la malicia.

²⁸ En la edición originaria, decía mil *jerarquías*.

La astucia es un instinto que poseen en alto grado los hombres que carecen de inteligencia, y el cual emplean sin rubor para llegar a sus depravados fines.

La virtud y la capacidad marchan a cara descubierta: la hipocresía y la estupidez se la cubren.

No hay gloria individual legítima, sin estas condiciones. —En este crisol pondremos la reputación de nuestras notabilidades revolucionarias; en esta balanza las pesaremos; con esta medida mediremos, y con ella queremos ser medidos.

Hemos entrado recién en la vía del progreso: estamos al principio de un camino que nos proponemos andar; no tenemos ni gloria, ni dignidad, nada poseemos. Cuando hayamos concluido nuestra carrera, estaremos prontos a aparecer ante el tribunal de las generaciones venideras, y a que se pesen nuestras obras en la misma balanza donde nosotros pesaremos las de la generación pasada.

Contados son, en nuestra opinión, los hombres que han merecido la reputación y honores que les ha tributado el entusiasmo de la opinión y de los partidos. Nos reservamos hacer un inventario de sus títulos, y colocarlos en su verdadero pedestal. ¿Dónde irán a parar entonces todas esas reputaciones tradicionales?, ¿todos esos grandes hombres raquíuticos?, ¿todos esos pigmeos que la ignorancia y la vanidad han hecho colosos?

Difícil es discernir el verdadero mérito de los hombres públicos, cuando la opinión general no lo sanciona, sino lo proclaman las pasiones e intereses de sus partidarios. Nosotros que no hemos tenido todavía vida pública, ni pertenecido a ningún partido; que no hemos contaminado nuestras almas con las iniquidades ni torpezas de la guerra civil; nosotros somos jueces competentes para conocerlo a fondo y dar a cada cual según sus obras; y lo haremos sin consideraciones ni reticencias.

Todas las naciones tienen sus grandes hombres, símbolos permanentes de su gloria.

La gloria de sus grandes hombres es el patrimonio más querido de las naciones, porque ella representa toda su ilustración y progreso, toda su riqueza intelectual y material ²⁹, toda su civilización y poderío.

¡Feliz la nación que cuenta entre sus hijos muchos grandes hombres! Nosotros tenemos pocos, pero su gloria constituye el patrimonio de la patria, y no la repudiaremos ³⁰.

La única gloria que puede legitimar la filosofía en el soldado, es aquella conquistada en los campos de batalla, luchando por la causa de la independencia y la libertad de su patria.

Vosotros, militares que os envanecéis con llevar en vuestros hombros insignias y en vuestro pecho medallas, miradlas bien no estén salpicadas

²⁹ En la edición de *El Iniciador*, en lugar de *intelectual*, decía *inteligente*.

³⁰ En la edición de 1839 "Nosotros tenemos pocos, pero ellos constituyen nuestro patrimonio: la gloria es la nuestra y la de patria, y no la repudiaremos".

de sangre fratricida; ruborizaos y arrojadlas, si así fuere; vuestra gloria es entonces hija de maldición.

La única gloria que puede legitimar la filosofía en el magistrado, el legislador o el estadista, es aquella que se muestra pura y deja rastros permanentes de sabiduría, de razón e inteligencia.

Vosotros, legisladores, estadistas, magistrados, que os llenáis de orgullo porque os sentasteis en la silla del poder y la turba repitió vuestro nombre, ved primero si fuisteis acreedores a aquella dignidad y si vuestras obras y pensamientos han sido de alguna utilidad a la patria.

La única gloria que puede legitimar la filosofía, en el pensador, en el literato o el escritor, es aquella que ilustra y civiliza, que extiende la esfera del saber humano y que graba en diamante con el buril del genio sus obras inmortales.

Vosotros, literatos, escritores y pensadores, que os vanagloriáis tanto de vuestro saber y del incienso que os prodiga la ciega muchedumbre, mostradnos los títulos de vuestras obras, los partos de vuestro ingenio, el tesoro de vuestra ciencia y la sabiduría de vuestra doctrina; mostradla pronto, que andamos desvalidos y descaminados por falta de luz; sed caritativos, por Dios, con vuestros hermanos. Miraos bien, no enterréis con vuestro nombre y vuestra fama ese tan decantado tesoro.

Las glorias *colectivas* de la revolución son aquellas conquistadas por el heroico esfuerzo de la nación en la guerra de la independencia y por los patriotas de mayo y julio: todas ellas son santas y legítimas.

La filosofía sólo puede absolver las batallas emancipadoras, porque de la sangre que derraman brota la libertad, y de las ruinas y cadáveres que siembran, nace la vida y la resurrección de un pueblo.

La guerra civil y la conquista producen solamente la muerte y la tiranía y son hijas de la abominación. ¡Qué lauro aquel teñido en sangre de hermanos o enrojecido con sangre de oprimidos!

Un pueblo que cuenta glorias legítimas en su historia es un pueblo grande que tiene porvenir y misión propia.

El pueblo argentino llevó el estandarte de la emancipación política hasta el Ecuador. La iniciativa de la emancipación social le pertenece. Su bandera será el símbolo de dos revoluciones; el Sol de sus armas, el astro regenerador de medio Mundo.

VII

9. CONTINUACION DE LAS TRADICIONES PROGRESIVAS DE LA REVOLUCION DE MAYO

LA REVOLUCIÓN americana, como todas las grandes revoluciones del mundo, ocupada exclusivamente en derribar el edificio gótico labrado en siglos de ignorancia por la tiranía³¹ y la fuerza, no tuvo tiempo ni reposo

³¹ En la 1ª edición, decía en "tiempos de ignorancia".

bastante para reedificar otro nuevo, pero proclamó, sin embargo, las verdades que el largo y penoso alumbramiento del espíritu humano había producido ³² para que sirviesen de fundamento a la reorganización de las sociedades modernas.

Los revolucionarios de Mayo sabían que la primera exigencia de la América era la Independencia de hecho de la metrópoli y que, para fundar la libertad, era preciso emancipar primero la patria.

Absortos en este pensamiento, echaron, sin embargo, una mirada al porvenir y bosquejaron de paso a las generaciones venideras el plan de la obra inmensa de la emancipación argentina.

En sus decretos y leyes, improvisados en medio de los azares de la lucha y del estrépito de las armas, se hallan consignados los principios eternos que entran en el código de todas las naciones libres.

La libertad individual y de expresar y publicar las ideas sin previa censura. Ellas dicen "que el cuerpo social debe garantizar y afianzar los derechos del hombre, aliviar la miseria y desgracia de los ciudadanos y propender a su prosperidad e instrucción; que la ignorancia es causa de esa inmoralidad que apaga todas las virtudes y produce todos los crímenes; que ningún ciudadano podrá ser penado sin proceso y sentencia legal; que las cárceles son para seguridad, no para castigo de los reos; que el crimen es la infracción de la ley vigente ³³; que todo ciudadano debe sobrellevar cuantos sacrificios demande la patria en sus necesidades y peligros, sin que se exceptúe el de la vida; y que, por su parte, cada ciudadano debe contribuir al sostén y conservación de los derechos de sus conciudadanos y a la felicidad pública; que un habitante de Buenos Aires, ni ebrio ni dormido, debe tener inspiraciones contra la libertad de su patria; ellas, en fin, declaran que sólo el pueblo es el origen y el creador de todo poder." *.

¡Bello y magnífico programa! ¡Pero cuán distantes estamos de verlo realizado! Estos principios tan santos no han pasado de las leyes y han sido como una obra abstracta que no está al alcance del entendimiento común.

A pesar de esto, los legisladores de la revolución hicieron lo que pudieron. Conocieron, sin duda, que la inteligencia del pueblo no estaba en sazón para valorar su importancia; que había en sus sentimientos, en sus costumbres, en su modo de ver y sentir, ciertos instintos reaccionarios contra todo lo nuevo y que no entendía; pero era necesario obrar, y obraron.

³² En la edición originaria, en lugar de "había producido...", se expresaba "había sacado a luz...".

³³ En la edición de 1839 se leía: "que el crimen es la infracción vigente".

* Todas estas citas son copiadas textualmente de nuestros estatutos revolucionarios: nos ha parecido excusado engrosar su número. (Nota a la 2ª edición).

Necesitaban del Pueblo para despejar de enemigos el campo donde debía germinar la semilla de la libertad y lo declararon soberano sin límites.

No fue extravío de ignorancia, sino necesidad de los tiempos. Era preciso atraer a la nueva causa los votos y los brazos de la muchedumbre, ofreciéndole el cebo de una soberanía omnipotente. Era preciso hacer conocer al *esclavo* que tenía derechos iguales a los de su *señor*, y que aquellos que lo habían oprimido hasta entonces, no eran más que unos tiranuelos que podía aniquilar con el primer amago de su valor; y, en vez de decir, *la soberanía reside en la razón del pueblo*, dijeron *el pueblo es soberano*.

Pero, estando de hecho el Pueblo, después de haber pulverizado a los tiranos, en posesión de la soberanía, era difícil ponerle coto. La soberanía era un derecho adquirido a costa de su sangre y de su heroísmo. Los ambiciosos y malvados para dominar, atizaron a menudo sus instintos retrógrados³⁴ y lo arrastraron a hollar las leyes que como soberano había dictado; a derribar gobiernos constituidos, anarquizar y trastornar el orden social y a entregarse sin freno a los caprichos de su voluntad y al desagravio violento de sus antipatías irracionales.

El principio de la omnipotencia de las masas debió producir todos los desastres que ha producido y acabar por la sanción y establecimiento del Despotismo.

Pero ese principio ha sido también fértil en útiles resultados. El Pueblo, antes de la revolución, era algo sin nombre ni influencia; después de la revolución apareció gigante y sofocó en sus brazos al león de España. La turba, el populacho, antes sumergido en la nulidad, en la impotencia, se mostró entonces en la superficie de la sociedad, no como espuma vil, sino como una potestad destinada por la Providencia para dictar la ley y sobreponerse a cualquiera otra potestad terrestre.

La soberanía pasó de los opresores a los oprimidos, de los reyes al pueblo y nació de repente en las orillas del *Plata*, la *Democracia*; y la democracia crecerá: su porvenir es inmenso.

Ese pueblo, deslumbrado hasta aquí por la majestad de su omnipotencia, conocerá vuelto en sí, que no le fue dada por Dios, sino para ejercerla en los límites del derecho como instrumento de bien³⁵. Ese pueblo se ilustrará: los principios de la revolución de Mayo penetrarán al cabo hasta su corazón, y llegarán a ser la norma de sus acciones.

He aquí una generación que viene en pos de la generación de Mayo; hija de ella, hereda sus pensamientos y tradiciones; nacida en la aurora de la libertad, busca con ojos inquietos en el cielo oscurecido de la patria, el astro hermoso que resplandeció sobre su cuna.

³⁴ En la edición de 1839, "...a menudo ese instinto ciego de poder que se aparenta en el corazón del hombre, y lo arrastraron, etc."

³⁵ En la 1ª edición terminaba: "... como instrumento de fuerza y tiranía sino como móvil para obrar el bien por el camino de la razón".

Ella viene a continuar la obra de sus padres, enriquecida con las lecciones del estudio y de la experiencia.

Ella conoce todo lo que hay de incompleto en esas instituciones, dictadas al acaso en los conflictos de la inexperiencia y de la necesidad y se prepara a completarlas o perfeccionarlas con el auxilio de la luz y progreso de la ciencia social.

Ella procurará ponerlas en armonía con los adelantos de la razón pública y se esforzará para que lleguen un día a ser el *credo* político de todas las inteligencias y a tener viva y permanente realidad ⁸⁶.

VIII

10. INDEPENDENCIA DE LAS TRADICIONES RETROGRADAS QUE NOS SUBORDINAN AL ANTIGUO REGIMEN

DOS IDEAS aparecen siempre en el teatro de las revoluciones *: la idea estacionaria que quiere el *statu quo* y se atiene a las tradiciones del pasado y la idea reformadora y progresiva; el régimen antiguo y el espíritu moderno. Cada una de estas dos ideas tiene sus representantes y sectarios, y de la antipatía y lucha de ellos, nacen la guerra y los desastres de una revolución.

El triunfo de la revolución es para nosotros el de la idea nueva y progresiva; es el triunfo de la causa santa de la libertad del hombre y de los pueblos. Pero ese triunfo no ha sido completo, porque las dos ideas se hostilizan sordamente todavía; y porque el espíritu nuevo no ha aniquilado completamente al espíritu de las tinieblas.

La generación americana lleva inoculados en su sangre los hábitos y tendencias de otra generación. En su frente se notan, si no el abatimiento del esclavo, las cicatrices recientes de la pasada esclavitud.

Su cuerpo se ha emancipado, pero su inteligencia no.

Se diría que la América revolucionaria, libre ya de las garras del león de España, está sujeta aún a la fascinación de sus miradas y al prestigio de su omnipotencia.

La América independiente, sostiene en signo de vasallaje, los cabos del ropaje imperial de la que fue su Señora, y se adorna con sus apolilladas libreas.

⁸⁶ Se ha suprimido, en la 2ª edición, los siguientes párrafos: "Abnegación de las simpatías que puedan ligarnos a la dos grandes facciones que se han disputado el poderío durante la revolución.

NOTA: Se explicará esta palabra en tiempo oportuno".

* No entendemos por revolución las asonadas ni turbulencias de la guerra civil; sino el desquicio completo de un orden social antiguo, o el cambio absoluto, tanto en el régimen interior como exterior de una sociedad.

¡Cosa monstruosa! Una virgen llena de vida y robustez, cubierta de andrajosos harapos: —la democracia, engalanada con los blasones de la monarquía, y la empolvada cabellera de la aristocracia: —un siglo nuevo, embutido en otro viejo: —un joven, caminando al paso de la decrepitud: —un cadáver y un vivo, cubiertos de una misma mortaja: —la América revolucionaria, envuelta todavía en los pañales de la que fue su madrastra ³⁷.

Dos legados funestos ³⁸ de la España traban principalmente el movimiento progresivo de la revolución americana, sus costumbres y su legislación.

Un orden político nuevo, exige nuevos elementos para constituirlo.

Las costumbres de una sociedad fundada sobre la desigualdad de clases, jamás podrán fraternizar con los principios de la igualdad democrática.

La España nos dejó por herencia la *rutina*, y la rutina no es otra cosa en el orden moral, que la abnegación del derecho de examen y de elección, es decir, el suicidio de la razón; y en el orden físico, seguir la vía trillada, no innovar, hacer siempre las cosas en el mismo molde, ajustarlas a la misma medida; y la democracia exige acción, innovación, ejercicio constante de todas las facultades del hombre, porque el movimiento es la esencia de su vida.

La España nos imbuía en el dogma del respeto ciego a la tradición y a la autoridad infalible de ciertas doctrinas; y la filosofía moderna proclama el dogma de la independencia de la razón y no reconoce otra autoridad que la que ella sanciona, ni otro *criterio* para decidir sobre principios y doctrinas, que el *consentimiento* uniforme de la humanidad.

La España nos recomendaba respeto y deferencia a las opiniones de las canas, y las canas podrán ser indicio de vejez, pero no de inteligencia y de razón.

La España nos enseñaba a ser obedientes y supersticiosos, y la democracia nos quiere sumisos a la ley, religiosos y ciudadanos.

La España nos educaba para vasallos y colonos, y la patria exige de nosotros una ilustración conforme a la dignidad de hombres libres.

La España dividía la sociedad en cuerpos, jerarquías, profesiones y gremios y ponía al frente de sus leyes —clero, nobleza, estado llano o turba anónima; y la Democracia, nivelando todas las condiciones, nos dice que no hay más jerarquías que las que establece la ley para el gobierno de la sociedad: que el magistrado fuera del lugar donde ejerce sus funciones, se confunde con los demás ciudadanos: que el sacerdote, el militar, el abogado, el comerciante, el artesano, el rico y el pobre, todos son unos: que el último de la plebe es hombre igual en derechos a los demás, y que

³⁷ En lugar de *madrastra*, decía *madre*, en la edición originaria.

³⁸ Lo dicho en la nota precedente se corrobora en este caso, pues en la 1ª edición, en lugar de *funestos*, decía *fuertes*.

lleva impresa en su frente la dignidad de su naturaleza: que sólo la probidad, el talento y el ingenio engendran supremacía: que el que ejerce la más ínfima industria, si tiene capacidad y virtudes, no es menos que el sacerdote, el abogado u otro que emplea sus facultades en cualquiera otra profesión: que no hay profesiones unas más nobles que las otras, porque la nobleza no consiste en vestir hábito talar, o en llevar tal título, sino en las acciones: y que, en suma, en una sociedad democrática, sólo son dignos, sabios y virtuosos y acreedores a consideración, los que propenden con sus fuerzas naturales al bien y prosperidad de la patria.

Para destruir estos gérmenes nocivos y emanciparnos completamente de esas tradiciones añejas, necesitamos una reforma radical en nuestras costumbres: tal será la obra de la educación y las leyes.

Una legislación semi-bárbara, dictada en tiempos tenebrosos por el capricho o la voluntad de un hombre, para escuchar los intereses y afianzar el predominio de ciertas clases; una legislación hecha, no para satisfacer las necesidades de nuestra sociedad, sino para robustecer la tiranía de la metrópoli; una legislación destinada a colonos y vasallos, no a ciudadanos; una legislación que eterniza los pleitos y diferencias, causando la ruina de los particulares y del Estado; que abre ancho campo a la mala fe y los abusos; que da margen a las cavilaciones de una jurisprudencia oscura y vacilante, erizada de argucias escolásticas; una legislación, en suma, que no tiene raíz alguna en la inteligencia de la nación, y que mina por el cimiento los principios de la igualdad y la libertad democrática; jamás podrá convenir a la América independiente.

Nuestra legislación debe ser parto de la inteligencia y costumbres de la Nación.

Educar al pueblo, morigerarlo, será el modo de preparar los elementos de una legislación adecuada a nuestro estado social y a nuestras necesidades ⁵⁹.

La obra de la legislación es lenta, porque las costumbres no se modifican de un golpe.

Las leyes influyen sobre manera en la mejora de las costumbres. Cuando las leyes son malas, las costumbres se depravan; cuando buenas, se mejoran.

Los vicios de un pueblo están casi siempre entrañados en el fondo de su legislación. La América lo atestigua. Las costumbres americanas son hijas de las leyes españolas.

Nuestras leyes positivas deben estar en armonía con los principios de derecho natural. *Jus privatum latet sub tutela juris publici* *. Porque así como la razón es el fundamento de todos los derechos, la ley natural es la regla primitiva y el origen de todas las otras leyes.

⁵⁹ Donde dice *adecuada* decía *ordenada*, en la edición de 1839.

* Bacon. (Nota agregada a la 2ª edición).

Elas serán personales, o igualmente obligatorias para todos. La fuerza de la ley no consiste sino en que ella recaiga sobre todos.

Elas fijarán a cada ciudadano los límites de sus respectivos derechos y obligaciones, y les enseñarán lo útil o nocivo a su interés particular y al colectivo de la sociedad.

Si la ley debe ser una para todos, ninguna clase civil, militar o religiosa tendrá leyes especiales, sino que estará sujeta a la ley común *.

A la realización de estos principios deben encaminarse las miras de nuestros legisladores.

Un cuerpo completo de leyes americanas, elaborado en vista del progreso gradual de la Democracia, sería el sólido fundamento del edificio grandioso de la emancipación del espíritu americano ⁴⁰.

IX

11. EMANCIPACION DEL ESPIRITU AMERICANO

EL GRAN pensamiento de la revolución no se ha realizado. Somos independientes, pero no libres. Los brazos de la España no nos oprimen; pero sus tradiciones nos abruma. De las entrañas de la anarquía nació la contrarrevolución.

La idea estacionaria, la idea española saliendo de su tenebrosa guarida, levanta de nuevo triunfante su estólida cabeza, y lanza anatemas contra el espíritu reformador y progresivo.

Pero su triunfo será efímero. Dios ha querido y la historia de la humanidad lo atestigua, que las ideas y los hechos que existieron desaparezcan de la escena del mundo y se engolfen por siempre en el abismo del pasado ⁴¹, como desaparecen una tras otras las generaciones. Dios ha querido que el día de hoy no se parezca al de ayer; que el siglo de ahora no sea una repetición monótona del anterior; que lo que fue no renazca; y que en el mundo moral como en el físico, en la vida del hombre como en la de los pueblos, todo marche y progrese, todo sea actividad incesante y continuo movimiento.

La contrarrevolución no es más que la agonía lenta de un siglo caduco, de las tradiciones retrógradas del antiguo régimen, de unas ideas que tu-

⁴⁰ En la edición de *El Iniciador*: "Un cuerpo completo de leyes originales sería el sólido fundamento del edificio grandioso de la emancipación del espíritu americano".

⁴¹ En la 1ª edición: "que las ideas y los hechos que existieron *desaparecerán de la arena* del mundo y se *engolfarán* por siempre en el abismo *de lo pasado*".

* La Asociación de la joven generación argentina se reserva hacer una clasificación completa de todas las leyes españolas, vigentes entre nosotros, que están en oposición abierta con los principios de la igualdad y la libertad democrática, pasándolas por el crisol de una verdadera crítica filosófica. La naturaleza de esta obra no le permite entrar en pormenores.

vieron ya completa vida en la historia. ¿Quién, violando la ley de Dios, podrá reanimar ese espectro que se levanta en sus delirios, envuelto ya en el sudario de la tumba? ¿El esfuerzo impotente de algunos espíritus obcecados? Quimera ⁴².

La revolución ruge sordamente en las entrañas de nuestra sociedad. Ella espera para asomar la cabeza, la reaparición del astro regenerador de la patria; ella afila en la oscuridad sus armas, y aguza sus lenguas de fuego en las cárceles donde la oprimen y la ponen mordaza; ella enciende todos los corazones patriotas: ella madura en silencio sus planes reformadores y cobra en el ocio mayor inteligencia y poderío.

La revolución marcha, pero con grillos. A la joven generación toca despedazarlos y conquistar la gloria de la iniciativa en la grande obra de la emancipación del espíritu americano, que se reasume en estos dos problemas: *emancipación política* y *emancipación social*.

El primero está resuelto, falta que resolver el segundo.

En la emancipación social de la patria está vinculada su libertad.

La emancipación social americana sólo podrá conseguirse, repudiando la herencia que nos dejó la España y concretando toda la acción ⁴³ de nuestras facultades al fin de constituir la sociabilidad americana.

La sociabilidad de un pueblo se compone de todos los elementos de la civilización: del elemento político, del filosófico, del religioso, del científico, del artístico, del industrial.

La política americana tenderá a organizar la democracia, o en otros términos la igualdad y la libertad, asegurando, por medio de leyes adecuadas, a todos y cada uno de los miembros de la asociación, el más amplio y libre ejercicio de sus facultades naturales. Ella reconocerá el principio de la independencia y soberanía de cada pueblo, trazando con letras de oro ⁴⁴ en la empinada cresta de los Andes, a la sombra de todos los estandartes americanos, este emblema divino: *la nacionalidad es sagrada*. Ella fijará las reglas que deben regir sus relaciones entre sí, y con los demás pueblos del mundo.

La Filosofía reconoce a la razón individual como único juez de todo lo que toca al individuo; y a la razón colectiva, o al *consensus* general como el árbitro soberano de todo lo que atañe a la sociedad ⁴⁵.

La Filosofía en la asociación, procurará establecer el pacto de alianza de la razón individual y de la razón colectiva, del ciudadano y de la patria.

⁴² La palabra *Quimera* fue agregada en la 2ª edición.

⁴³ En la 1ª tirada de *El Iniciador* esta parte estaba así concebida: "... la herencia que le dejó la España y *coadyuvando* con toda la acción..."

⁴⁴ En la 2ª edición han suprimido las palabras *la primera*, que figuraba en la edición de 1839.

⁴⁵ En lugar de *atañe* se dice *toca*, en la 1ª edición.

La Filosofía ilumina la fe, explica la religión y la subordina también a la ley del progreso *.

La Filosofía en la naturaleza inerte, busca la ley de su generación; en la animalidad, la ley del desarrollo de la vida de todos los seres; en la historia, el hilo de la tradición progresiva de cada pueblo y de la humanidad y, por consiguiente, la manifestación de los designios de la Providencia: en el Arte, busca el pensamiento individual y el pensamiento social, los cuales confronta y explica; o en términos metafísicos, la expresión armónica de la vida finita y contingente, y de la vida absoluta, infinita, humanitaria.

La Filosofía sujeta a leyes racionales la industria, y el trabajo material del hombre.

La Filosofía, en suma, es la ciencia de la vida en todas sus manifestaciones posibles, desde el mineral a la planta, desde la planta al insecto inferior ⁴⁶, desde el insecto al hombre, desde el hombre a Dios.

La Filosofía es el ojo de la inteligencia examinando e interpretando las leyes necesarias que rigen al mundo físico y moral, o al universo.

La Religión es el cimiento moral sobre que descansa la sociedad, el bálsamo divino del corazón, la fuente pura de nuestras esperanzas venideras y la escala mística por donde suben al cielo los pensamientos de la tierra.

La Ciencia enseña al hombre a conocerse a sí mismo, a penetrar los misterios de la naturaleza, a levantar sus pensamientos al Creador, y a encontrar los medios de mejora y perfección individual y social ⁴⁷.

El Arte abarca en sus divinas inspiraciones todos los elementos morales y afectivos de la humanidad: lo bueno, lo justo, lo verdadero, lo bello, lo

⁴⁶ En la 2ª tirada, en lugar de "insecto inferior", se ha puesto "insecto infusorio".

⁴⁷ En la 1ª edición: "y a encontrar los medios para mejorar el estado y asegurar su conservación".

* La Filosofía presente ya y anuncia el nacimiento de una religión racional del porvenir más amplia que el cristianismo, que sirva de base al desenvolvimiento del espíritu humano, y a la reorganización de las sociedades europeas, y que satisfaga plenamente las necesidades actuales de la humanidad. ¿Quién será el revelador de esa religión? —la humanidad misma. Esta idea que constituye el principio fundamental de la doctrina de Leroux y su escuela, no ha salido aún de la esfera de la especulación, y nos reducimos a enunciarla, no siendo tiempo todavía de ventilar entre nosotros las cuestiones que envuelve. Nuestra fe en el cristianismo es completa; lo adoptamos además como la religión del pueblo, aun cuando quisiéramos verlo reinar con toda su pureza y majestad.

Esta nota estaba redactada en los siguientes términos en la edición original:

"La Filosofía presente ya anuncia el nacimiento de una religión racional del porvenir más amplia que el cristianismo, que sirva de base al desenvolvimiento del espíritu humano, y a la reorganización de las sociedades europeas, y que satisfaga plenamente las necesidades actuales de la humanidad. Esta idea que constituye el principio fundamental de la doctrina de Pirron y su escuela, no ha salido aún de la infancia de la especulación, y nos reducimos a silenciarla, no siendo tiempo todavía de ventilar entre nosotros las cuestiones que envuelve. Nuestra fe en el cristianismo es completa; lo adoptamos además como religión del pueblo, aun cuando quisiéramos verlo reinar con toda su pureza y majestad".

sublime, lo divino; la individualidad y la sociedad, lo finito y lo infinito; el amor, los presentimientos, las visiones del alma, las intuiciones ⁴⁸ más vagas y misteriosas de la conciencia; todo lo penetra y abarca ⁴⁹ con su espíritu profético; todo lo mira al través del brillante prisma de su imaginación, lo anima con el soplo de fuego de su palabra generatriz, lo embellece con los lucidos colores de su paleta, y lo traduce en inefables o sublimes armonías ⁵⁰. El canta el heroísmo y la libertad, y solemniza todos los grandes actos, tanto internos como externos de la vida de las naciones.

La Industria pone en manos del hombre los instrumentos para domeñar las fuerzas de la naturaleza, labrarse su bienestar y conquistar el señorío de la creación ⁵¹.

Política, filosofía, ciencia, religión, arte, industria, todo deberá encaminarse a la democracia, ofrecerle su apoyo y cooperar activamente a robustecerla y cimentarla.

En el desarrollo natural, armónico y completo de estos elementos, está enumerado el problema de la emancipación del espíritu americano.

X

12. ORGANIZACION DE LA PATRIA SOBRE LA BASE DEMOCRATICA

LA IGUALDAD y la libertad son los dos ejes centrales, o más bien los dos polos del mundo de la Democracia.

La Democracia parte de un hecho necesario, es decir, la igualdad de clases, y marcha con paso firme hacia la conquista del reino de la libertad más amplia —*de la libertad individual, civil y política*.

La Democracia no es una forma de gobierno, sino la esencia misma de todos los gobiernos republicanos o instituidos por todos para el bien de la comunidad o de la Asociación.

La Democracia es el régimen de la libertad, fundado sobre la igualdad de clases.

Todas las asociaciones políticas modernas tienden a establecer la igualdad de clases, y puede asegurarse, observando el movimiento progresivo de las naciones europeas y americanas, "que el desenvolvimiento gradual de la igualdad de clases, es una ley de la Providencia, pues reviste sus

⁴⁸ *Intenciones* en lugar de *intuiciones*, en la edición de 1839.

⁴⁹ En la 1ª edición *abarca*, en vez de *alcanza*.

⁵⁰ La frase: *y la traduce en inefables o sublimes armonías* ha sido añadida en la 2ª edición.

⁵¹ En la edición de *El Iniciador* decía: *y labrar su bienestar material y su independencia individual*.

principales caracteres; es universal, durable, se subtrae de día en día al poder humano, y todos los acontecimientos y todos los hombres conspiran sin saberlo a extenderla y afianzarla." *.

La Democracia es el gobierno de las mayorías o el *consentimiento* uniforme de la razón de todos, obrando para la creación de la ley, y para decidir soberanamente sobre todo aquello que interesa a la asociación.

Ese consentimiento general y uniforme constituye la *soberanía del pueblo*.

La Soberanía del Pueblo es ilimitada en todo lo que pertenece a la sociedad: en la política, en la filosofía, en la religión; pero el pueblo no es soberano de lo que toca al individuo: de su conciencia, de su propiedad, de su vida y su libertad.

La asociación se ha establecido para el bien de todos; ella es el fondo común de todos los intereses individuales, o el símbolo animado de la fuerza e inteligencia de cada uno.

El fin de la asociación es organizar la democracia, y asegurar a todos y cada uno de los miembros asociados, *la más amplia y libre fruición de sus derechos naturales; el más amplio y libre ejercicio de sus facultades*.

Luego el pueblo soberano o la mayoría no puede violar esos derechos individuales, coartar el ejercicio de esas facultades ⁵², que son a un tiempo el origen, el vínculo, la condición y el fin de la Asociación.

Desde el momento que las viola, el pacto está roto, la asociación se disuelve, y cada uno será dueño absoluto de su voluntad y sus acciones, y de cifrar su derecho en su fortaleza.

Resulta de aquí que el límite de la razón colectiva es el *derecho*; y el límite de la razón individual, la *soberanía de la razón del pueblo*.

El derecho del hombre es anterior al derecho de la asociación. El individuo por la ley de Dios y de la humanidad es dueño exclusivo de su vida, de su propiedad, de su conciencia y su libertad: su vida es un don de Dios; su propiedad, el sudor de su rostro; su conciencia, el ojo de su alma y el juez íntimo de sus actos; su libertad, la condición necesaria para el desarrollo de las facultades que Dios le dio con el fin de que viviese feliz, la esencia misma de su vida, puesto que la vida sin libertad es muerte.

El derecho de la asociación está por consiguiente circunscrito en la órbita de los derechos individuales.

El soberano, el pueblo, la mayoría dictan la ley social y positiva con el objeto de afianzar y sancionar la ley primitiva, la ley natural del individuo. Así es que, lejos de abnegar el hombre al entrar en sociedad una parte de su libertad y sus derechos, se ha reunido al contrario a los demás, y formado la asociación, con el fin de asegurarlos y extenderlos.

⁵² En la 1ª edición: "esas facultades, *que constituyen* el pacto, el vínculo y la condición *indispensable* de la Asociación".

* Alexis de Tocqueville.

Si la ley positiva del soberano se ajusta a la ley natural, su derecho es legítimo y todos deben prestarle obediencia, so pena de ser castigados como infractores; si la viola, es ilegítima y tiránica, y nadie está obligado a obedecerla.

El derecho de resistencia del individuo contra las decisiones tiránicas del pueblo soberano o de la mayoría, es por consiguiente legítimo, como lo es el derecho de repeler la fuerza con la fuerza, y de matar al ladrón, o asesino, que atente a nuestra propiedad o nuestra vida, puesto que nace de las condiciones mismas del pacto social.

La soberanía del pueblo es ilimitada en cuanto respecta al derecho del hombre: —Primer principio.

La soberanía del pueblo es absoluta en cuanto tiene por norma la razón: —Segundo principio.

La razón colectiva sólo es soberana, no la voluntad colectiva. La voluntad, es ciega, caprichosa, irracional: la voluntad quiere; la razón examina, pesa y se decide.

De aquí resulta que la soberanía del pueblo sólo puede residir en la *razón del pueblo*, y que sólo es llamada a ejercerla la parte sensata y racional de la comunidad social.

La parte ignorante queda bajo la tutela y salvaguardia de la ley dictada por el consentimiento uniforme del pueblo racional.

La democracia, pues, no el despotismo absoluto de las masas, ni de las mayorías; es el régimen de la razón.

La soberanía es el acto más grande y solemne de la razón de un pueblo libre. ¿Cómo podrán concurrir a este acto los que no conocen su importancia? ¿Los que por su falta de luces son incapaces de discernir el bien del mal en materia de negocios públicos? ¿Los que, como ignorantes que son de lo que podría convenir, no tienen opinión propia, y están por consiguiente expuestos a ceder a las sugerencias de los mal intencionados? ¿Los que por su voto imprudente podrían comprometer la libertad de la patria y la existencia de la sociedad? ¿Cómo podrá, digo, ver el ciego, caminar el tullido, articular el mudo, es decir, concurrir a los actos soberanos el que no tiene capacidad ni independencia?

Otra condición del ejercicio de la soberanía es la industria. El holgazán, el vagabundo, el que no tiene oficio tampoco puede hacer parte del soberano⁵⁸; porque, no estando ligado por interés alguno a la sociedad, dará fácilmente su voto por oro o amenazas.

Aquel cuyo bienestar depende de la voluntad de otro, y no goza de independencia personal, menos podrá entrar al goce de la soberanía; porque difícilmente sacrificará su interés a la independencia de su razón.

El tutelaje del ignorante, del vagabundo, del que no goza de independencia personal, es por consiguiente necesario. La ley no les veda

⁵⁸ En la edición de 1839: "tampoco puede ser soberano".

ejercer por sí derechos soberanos, sino mientras permanezcan en minoridad: no los despoja de ellos, sino les impone una condición para poseerlos —la condición de emanciparse.

Pero el pueblo, las masas, no tienen siempre en sus manos los medios de conseguir su emancipación. La sociedad o el *gobierno* que la representa debe ponerlos a su alcance.

El fomentará la industria, destruirá las leyes fiscales que traban su desarrollo, no la sobrecargará de impuestos, y dejará que ejerza libre y soberanamente su actividad.

El esparcirá la luz de todos los ámbitos de la sociedad, y tenderá su mano benéfica a los pobres y desvalidos. El procurará elevar a la clase proletaria al nivel de las otras clases, emancipando primero su cuerpo, con el fin de emancipar después su razón.

Para emancipar las masas ignorantes y abrirles el camino de la soberanía, es preciso educarlas. Las masas no tienen sino instintos: son más sensibles que racionales; quieren el bien y no saben dónde se halla; desean ser libres, y no conocen la senda de la libertad.

La educación de las masas debe ser sistemada.

La religión, moralizándolas, fecundará en su corazón los gérmenes de las buenas costumbres.

La instrucción elemental las pondrá en estado de adquirir mayores luces, y de llegar un día a penetrarse de los derechos y deberes que les impone la ciudadanía *.

Las masas ignorantes, sin embargo, aunque privadas temporariamente del ejercicio de los derechos de la soberanía o de la libertad política, están en pleno goce de su libertad individual: como los de todos los miembros de la asociación, sus derechos naturales son inviolables: la libertad civil también como a todos las escuda: la misma ley civil, penal y constitucional, dictadas por el soberano, protege su vida, su propiedad, su conciencia y su libertad; las llama a juicio cuando delinquen, las condena o las absuelve.

Ellas no pueden asistir a la confección de la ley que formula los derechos y deberes de los miembros asociados, mientras permanezcan en tutela y minoridad; pero esa misma ley les da medios de emanciparse ⁵⁴, y las tiene entretanto bajo su protección y salvaguardia.

La democracia camina al nivelamiento de las condiciones, a la igualdad de clases.

La igualdad de clases envuelve —la libertad individual, la libertad civil y la libertad política. Cuando todos los miembros de la asociación estén en posesión plena y absoluta de estas libertades y ejerzan de man-

* La asociación presentará en tiempo oportuno un plan completo de instrucción popular, y propondrá medios adecuados para ponerlo en planta.

⁵⁴ En la 1ª edición, en vez de "les da medios de emanciparse", dice "les acuerda el derecho de emanciparse".

común la soberanía —la democracia se habrá definitivamente constituido sobre la base incontrastable de la igualdad de clases: —Tercer principio.

Hemos desentrañado el espíritu de la democracia, y trazado los límites de la soberanía del pueblo. Pasemos a indagar cómo obra el soberano, o en otros términos, qué forma aparente, visible, imprime a sus decisiones: cómo organiza el gobierno de la democracia.

El soberano para la confección de la ley delega sus poderes, reservándose la sanción de ella.

El delegado representa los intereses y la razón del soberano.

El legislador ejerce una soberanía limitada y temporaria; su norma es la razón.

El legislador dicta la ley orgánica y formula en ella los derechos y deberes del ciudadano y las condiciones del pacto de asociación.

Divide la potestad social en tres grandes poderes, a quienes traza sus límites y atribuciones, y los cuales constituyen la unidad simbólica de la soberanía democrática.

El legislativo representa la razón del pueblo, el judicial su justicia ⁵⁵, el ejecutivo su acción o voluntad: el primero labra la ley, el segundo la aplica, el tercero la ejecuta: aquel vota las erogaciones e impuestos y es órgano inmediato de los deseos y necesidades del pueblo; este es órgano de la justicia social, manifestada en las leyes; el último, administrador y gestor infatigable de los intereses sociales ⁵⁶.

Estos tres poderes son a la verdad independientes; pero, lejos de aislarse y condenarse a la inmovilidad, oponiéndose resistencias mutuas, para mantener cierto quimérico equilibrio, se encaminarán armónicos, por distintas vías, a un fin único —el progreso social ⁵⁷. —Su fuerza será la resultante de las tres fuerzas reunidas, sus voluntades se reasumirán en una voluntad; y así como la razón, el sentimiento y la voluntad constituyen la unidad moral del individuo, los tres poderes formarán la unidad generatriz de la democracia, o el órgano legítimo de la soberanía, destinado a fallar sin apelación sobre todas las cuestiones que interesen a la Asociación.

Las condiciones del pacto están escritas; la piedra angular del edificio social, puesta; el gobierno organizado y animado por el espíritu de la ley fundamental. El legislador la presenta al pueblo: el pueblo la aprueba, si ella es el símbolo vivo de su razón ⁵⁸.

La obra del legislador constituyente está concluida.

Si la ley orgánica no es la expresión de la razón pública proclamada por sus legítimos representantes; si estos no han hablado en esa ley de

⁵⁵ En la edición original, en lugar de *justicia*, se dice *inteligencia*.

⁵⁶ En la edición de 1839 este pasaje tenía la siguiente redacción: "el único, administrador de los intereses de la sociedad".

⁵⁷ La expresión *el progreso social* fue añadida en la 2ª edición.

⁵⁸ En la edición de 1839, "porque es el símbolo vivo de su razón".

los intereses y opiniones de sus poderantes, si no han procurado interpretar su pensamiento; o en otros términos, si los legisladores, desconociendo su misión y las exigencias vitales del pueblo que representan, se han puesto como miserables plagiaros a copiar de aquí y de allí artículos de constituciones de otros países, en lugar de hacer una que tenga raíces vivas en la conciencia popular —su obra será un monstruo abortado, un cuerpo sin vida, una ley efímera y sin acción, que jamás podrá sancionar el criterio público.

El legislador habrá traicionado la confianza de su poderante, el legislador será un imbécil.

Si al contrario la obra del legislador satisface plenamente la razón pública, su obra es grande, su creación sublime y semejante a la de Dios.

Entonces ni el pueblo, ni el legislador, ni ninguna potestad social, podrá llevar su mano sacrílega a ese santuario, donde está trazada con letras divinas la ley suprema e inviolable; la ley de las leyes, que todos y cada uno ha reconocido, proclamado y jurado ante Dios y los hombres respetar.

La soberanía, por decirlo así, se ha encarnado en esa ley: allí está la razón y el consentimiento del pueblo; allí está el orden, la justicia y la libertad; allí está la salvaguardia de la democracia.

Podrá esta ley ser revisada, mejorada con el tiempo y ajustada a los progresos de la razón pública, por una asamblea elegida *ad hoc* por el soberano; pero entre tanto no llega esa época que ella misma señala; su poder es omnipotente; su voluntad domina todas las voluntades; su razón se sobrepone a todas las razones.

Ninguna mayoría, ningún partido, ninguna asamblea podrá atentar a ella, so pena de ser usurpadora y tiránica.

Esa ley sirve de piedra de toque a todas las otras leyes; su luz las ilumina, y todos los pensamientos y acciones del cuerpo social y de los poderes constituidos, nacen de ella y vienen a converger a su centro. Ella es la fuerza motriz que da impulso, y en torno de la cual gravitan, como los astros en torno del sol, todas las fuerzas parciales que componen el mundo de la Democracia.

Constituida así la democracia, la soberanía del pueblo parte de ese punto, y empieza a ejercer su acción incesante e ilimitada; pero girando siempre en la órbita que la ley orgánica le traza; su derecho no va más allá.

Ella por medio de sus representantes, hace y deshace leyes, innova cada día, lleva su actividad por todas partes, e imprime un movimiento incesante, una transformación progresiva⁶⁹ a la máquina social.

Cada acto de su voluntad es una nueva creación; cada decisión de su razón, un progreso.

⁶⁹ En la edición de *El Iniciador* se dice *sucesiva* en vez de *progresiva*.

Política, religión, filosofía, arte, industria; todo lo examina, lo elabora, lo sujeta a su voto supremo y lo sanciona: —la voz del pueblo es la voz de Dios.

De lo dicho deduciremos, que si el pueblo no tiene luces ni moralidad; que si los gérmenes de una constitución no están, por decirlo así, diseminados en sus costumbres, en sus sentimientos, en sus acuerdos, en sus tradiciones ⁶⁰, la obra de organizarlos es irrealizable; que el legislador no es llamado a crear una ley orgánica, o aclimatar en el suyo las de otros países, sino a conocer los instintos, necesidades, intereses, todo lo que forma la vida intelectual, moral y física del pueblo que representa, y a proclamarlos y formularlos en una ley; y que solo puede y deben ser legisladores aquellos que reúnan a la más alta capacidad y acrisolada virtud, el conocimiento más completo del espíritu y exigencias de la nación.

De aquí nace también, que si el legislador tiene conciencia de su deber, antes de indagar cuál forma gubernativa sería preferible, debe averiguar si el pueblo se halla en estado de regirse por una constitución; y dado este caso, ofrecerle, no la mejor y más perfecta en teoría, sino aquella que se adapte a su condición.

He dado a los atenienses, decía Solon, no las mejores leyes, sino las que se hallan en estado de recibir.

De aquí se infiere, que cuando la razón pública no está sazónada, el legislador constituyente no tiene misión alguna ⁶¹, y no pudiendo llevar conciencia de su dignidad, ni de la importancia del papel ⁶² que representa, figura en una farsa que él mismo no entiende, y dicta o copia leyes con el mismo desembarazo que haría escritos en su bufete, o reglaría las cuentas de su negocio.

De aquí, en suma, deduciremos la necesidad de preparar al legislador, antes de encomendarle la obra de una constitución.

El legislador no podrá estar preparado si el pueblo no lo está. ¿Cómo logrará el legislador obrar el bien, si el pueblo lo desconoce?, ¿si no aprecia las ventajas de la libertad?, ¿si prefiere la inercia a la actividad?, ¿sus hábitos, a la innovaciones?, ¿lo que conoce y palpa, a lo que no conoce y mira remoto?

Es indispensable por lo mismo para preparar al pueblo y al legislador, *elaborar primero la materia de la ley*, es decir, difundir las ideas que deberán encarnarse en los legisladores y realizarse en las leyes, hacerlas circular, vulgarizarlas, incorporarlas al espíritu público.

Es preciso, en una palabra, ilustrar la razón del *pueblo* y del *legislador* sobre las cuestiones políticas, antes de entrar a *constituir la nación*.

⁶⁰ En sustitución de la palabra *tradiciones* figuraba la palabra *instituciones*, en la 1ª edición.

⁶¹ La palabra *alguna* fue agregada en la edición de 1846.

⁶² En la primera edición *rol*.

Solo con esta condición lograremos lo que deseamos todos ahincadamente, que aparezca el *legislador futuro*, o una representación nacional capaz de comprender y remediar los males que sufre la sociedad, de satisfacer sus votos, y de echar el fundamento de un orden social incontestable y permanente.

Mientras el espíritu público no haya adquirido la madurez necesaria, las *constituciones* no harán más que dar pábulo a la anarquía, y fomentar en los ánimos el menosprecio de toda ley, de toda justicia y de los principios más sagrados.

Siendo la democracia el *gobierno del pueblo por sí mismo*, exige la acción constante de todas las facultades del hombre, y no podrá cimentarse sino con el auxilio de las luces y de la moralidad.

Ella, partiendo del principio de la igualdad de clases, procura que se arraigue en las ideas, costumbres y sentimientos del pueblo, y elabora sus leyes e instituciones de modo que tiendan a extender y afianzar su predominio.

A llenar las miras de la democracia, deben dirigirse todos los esfuerzos de nuestros gobiernos y de nuestros legisladores.

La Asociación de la joven generación Argentina cree, que la democracia existe en germen en nuestra sociedad; su misión es predicarla, difundir su espíritu y consagrar la acción de sus facultades a fin de que un día llegue a constituirse en la República.

Ella no ignora cuantos obstáculos le opondrán, ciertos resabios aristocráticos, ciertas tradiciones retrógradas, las leyes, la falta de luces y de moralidad.

Ella sabe que la obra de organizar la democracia no es de un día; que las constituciones no se improvisan; que la libertad no se funda sino sobre el cimiento de las luces y las costumbres; que una sociedad no se ilustra y moraliza de un golpe, que la razón de un pueblo que aspira a ser libre, no se sazona sino con el tiempo: pero, teniendo fe en el porvenir, y creyendo que las altas miras de la revolución no fueron solamente derribar el orden social antiguo, sino también reedificar otro nuevo, trabajará con todo el lleno de sus facultades a fin de que las generaciones venideras, recogiendo el fruto de su labor, tengan en sus manos mayores elementos que nosotros para organizar y constituir la sociedad argentina sobre la base incontestable de la igualdad y la libertad democrática.

XI

13. CONFRATERNIDAD DE PRINCIPIOS

UNO DE los muchos obstáculos que hoy día se oponen y por largo tiempo se opondrán a la reorganización de nuestra sociedad, es la anarquía que reina en todos los corazones e inteligencias; la falta de creencias comunes,

capaces de formar, robustecer e infundir irresistible prepotencia al espíritu público. No existe ningún fundamento sólido sobre el cual pueda apoyarse la razón de cada uno, ninguna norma, ninguna doctrina, ningún principio de vida que atraiga, reúna y anime los miembros divididos del cuerpo social. —No hay bálsamo alguno que calme los corazones lacerados, ningún remedio a la inquietud y desazón de los ánimos, ninguna luz que guíe a los hijos de la patria en el abismo espantoso donde ios ha sumergido el desenfreno de las pasiones y los atentados de la tiranía.

Cada uno, amurallado en su egoísmo, ve pasar con estúpida sonrisa el carro triunfante del Despotismo por sobre las glorias y trofeos de la patria, por sobre la sangre y cadáveres de sus hermanos, por sobre las leyes y derechos de la nación. —Cada uno oye en silencio los gritos y aclamaciones de la turba que, en signo de vasallaje, marcha en pos de sus huellas, celebrando su omnipotencia y sus hazañas.

¿Qué origen dar a ese marasmo del espíritu público?, ¿a esa atrofia de tanto noble corazón? ¿Cómo explicar ese fenómeno moral que se reproduce siempre en todas las grandes crisis sociales, después de los desastres, convulsiones y delirios de la guerra civil? —Es que toda grande excitación enerva; que tras la fiebre y el delirio, viene el abatimiento y el colapso; y que, en el frenesí de las pasiones políticas, pierden los pueblos como los hombres, aquella primitiva virilidad de sus potencias, aquella virginidad de su corazón, aquel fuego y energía de su robusta adolescencia. —Es que los desengaños han venido a entibiar las esperanzas; que ese intenso afanar y esa lucha prolongada para cimentar la libertad, han sido estériles e ineficaces; que los principios y las doctrinas no han producido fruto alguno; y que la fe de todos los hombres, de todos los patriotas, ha venido a guarecer su impotencia en el abrigo desierto del escepticismo y de la duda, después de haber visto a la anarquía y al despotismo disputarse encarnizados el tesoro recogido por su constancia y su heroísmo.

Felizmente no están sujetos los pueblos a esa ley de aniquilamiento fatal que extingue poco a poco la vida y las esperanzas del hombre. El individuo desaparece, pero quedan sus obras. Cada generación que nace de las entrañas del no ser⁶³ trae nueva sangre, infunde nueva vida al cuerpo social. Se diría que la carne del hombre es de la tierra, pero su espíritu de la humanidad. Cada generación hereda el espíritu vital de la generación que devoró la tumba. Con cada generación retoña el árbol de esperanza del porvenir progresivo de los pueblos y de la humanidad.

Esa facultad de comunicación perpetua entre hombre y hombre, entre generación y generación; esa encarnación continua del espíritu de una generación en otra⁶⁴, es lo que constituye la vida y la esencia de las

⁶³ En sustitución del término *de la muerte* que figuraba en la 1ª tirada, Echeverría escoge la expresión de *no ser* inserta en la de 1846.

⁶⁴ La expresión *de una generación en otra* fue incorporada en la 2ª edición.

sociedades. No son ellas simplemente una aglomeración de hombres, sino que forman un cuerpo homogéneo y animado de una vida peculiar, que resulta de la relación mutua de los hombres entre sí, y de unas generaciones con otras.

La generación nueva no está enervada; ella empieza a vivir, y trae en su seno toda la energía, deseos y esperanzas de un joven adolescente; pero sufre el mismo dolor que todos, y se halla envuelta en la misma atmósfera tenebrosa; lleva en su corazón la anarquía, y en su inteligencia el caos y lucha de contrarios elementos.

¿Y qué otra cosa podría heredar? Nacida en la borrasca, creciendo en las tempestades y no divisando en el mar de tinieblas que la circundaba, una antorcha que la encaminase al puerto de consuelo y salvación, su espíritu debió sufrir agitaciones intensas y buscar donde lo hallase, el alimento necesario a su actividad.

La Patria no existía, ni la libertad tampoco. ¿Qué es la vida sin patria ni libertad?, debió decirse. —Faltóle un móvil a sus acciones, un símbolo a su fe, un blanco a sus esperanzas, un apoyo a su inteligencia; y vacilaron, se chocaron y corrieron en dirección opuesta sus pensamientos por el campo ilimitado de la especulación y la duda, de la incertidumbre y la verdad.

Para salir de este *caos*, necesitamos una luz que nos guíe, una creencia que nos anime, una religión que nos consuele, una base moral, un *criterium* común de certidumbre que sirva de fundamento a la labor de todas las inteligencias y a la reorganización de la patria y de la sociedad.

Esa piedra fundamental, ese punto de arranque y reunión, son los principios.

Política, ciencia, religión, arte, industria, todo existe en germen en nuestra sociedad; pero como en el caos los primitivos elementos de la creación. Hay, si se quiere, en ella muchas ideas; pero no un sistema de doctrinas políticas, filosóficas, artísticas, no una verdadera ciencia; porque la ciencia no consiste en almacenar muchas ideas, sino en que estas sean sanas y sistemadas, y constituyan por decirlo así, un dogma religioso para el que las profesa.

Nuestra cultura intelectual exige ⁶⁵ por lo mismo un desenvolvimiento armónico, una marcha uniforme, una elaboración peculiar, que tienda a la difusión de los principios sanos, a la uniformidad de las creencias, a disipar la anarquía de los espíritus, a vulgarizar y poner en circulación las doctrinas progresivas, a calmar tantas angustias y agitaciones, y a satisfacer las necesidades más vitales de nuestra sociedad.

La confraternidad de principios producirá la unión y fraternidad de todos los miembros de la familia argentina, y concentrará sus anhelos en el solo objeto de la libertad y engrandecimiento de la Patria.

⁶⁵ En la edición de 1846 se suprimió la frase: *las ideas que poseemos*, que figuraba en la 1ª edición a esta altura del texto.

XII

14. FUSION DE TODAS LAS DOCTRINAS
PROGRESIVAS EN UN CENTRO UNITARIO

NO PRETENDEMOS transar con lo bueno y lo malo, o hacer una amalgama impura de elementos heterogéneos. Nuestra filosofía no es la de la impotencia.

Queremos sí formular un sistema de creencias comunes y de principios luminosos, que nos sirvan de guía en la carrera que emprendemos.

Nuestra filosofía lleva por divisa — *progreso indefinido*.

Los símbolos de nuestra fe son — *fraternidad*⁶⁶, *igualdad*, *libertad*, *asociación*.

Caminamos a la *Democracia*.—Organizar la asociación de modo que por una serie de progresos llegue a la igualdad y la libertad, o a la democracia: —he aquí nuestra idea fundamental.

Nuestro punto de arranque y reunión será la democracia.

Política, filosofía, religión, arte, ciencia, industria; toda la labor inteligente y material deberá encaminarse a fundar el imperio de la democracia.

Política que tenga otra mira, no la queremos.

Filosofía que no coopere a su desarrollo, la deseamos.

Religión que no la sancione y la predique, no es la nuestra.

Arte que no se anime de su espíritu, y no sea la expresión de la vida del individuo y de la sociedad, será infecundo.

Ciencia que no la ilumine, inoportuna.

Industria que no tienda a emancipar las masas, y elevarlas a la igualdad, sino a concentrar la riqueza en pocas manos, la abominamos.

Para conseguir la realización completa de la igualdad de clases, y la emancipación de las masas, es necesario: —“que todas las instituciones sociales se dirijan al fin de la mejora intelectual, física y moral de la clase más numerosa y más pobre”.

“La sociedad, o el poder que la representan debe a todos sus miembros instrucción, y tiene a su cargo el progreso de la razón pública” *.

El fin de la política es organizar la asociación sobre la base democrática.

Para alcanzar ese fin, elaborar primero la *materia de la ley*, o en otros términos, preparar *al pueblo y al legislador*, antes de formar el congreso futuro que debe constituir la democracia.

El derecho del hombre es anterior al de la asociación.

El derecho del hombre es tan legítimo como el derecho de la asociación.

Alianza y armonía del ciudadano y la patria, del individuo y de la sociedad.

⁶⁶ La palabra *fraternidad* fue añadida en la 2ª edición.

* Convención Francesa (*Nota añadida a la 2ª edición*).

La soberanía sólo reside en la razón colectiva del Pueblo. El sufragio universal es absurdo.

No es nuestra la fórmula de los ultra-demócratas franceses: todo para el Pueblo y por el Pueblo; sino la siguiente: *todo para el Pueblo, y por la razón del Pueblo.*

El *gobierno representativo* es el instrumento necesario del progreso, y la forma perfectible, pero indestructible de la Democracia.

Queremos una política, una religión, una filosofía, una ciencia, un arte, una industria que concurren simultáneamente a idéntica solución moral: —que proclamen y difundan verdades enlazadas entre sí, las cuales se dirijan a establecer la armonía de los corazones e inteligencias, o la unión estrecha de todos los miembros de la familia argentina.

La democracia es la unidad central que nosotros buscamos por medio de la fusión de todas las doctrinas progresivas: ella será el foco hacia donde convergerán todas nuestras tareas y pensamientos.

Sólo serán progresivas para nosotros, todas aquellas doctrinas que, teniendo en vista el porvenir, procuren dar impulso al desenvolvimiento gradual de la igualdad de clases, y que estén siempre a la vanguardia de la marcha ascendente del espíritu humano.

Pediremos luces a la inteligencia europea, pero con ciertas condiciones.

El mundo de nuestra vida intelectual será a la vez nacional y humanitario: tendremos siempre un ojo clavado en el progreso de las naciones; y el otro en las entrañas de nuestra sociedad.

Nuestra labor será doble: estudiar y aplicar, acopiar semilla y sembrarla; conocer las necesidades de la nación, y contribuir con nuestras fuerzas al desarrollo normal de su vida, y al logro de sus gloriosos destinos.

Todo lo que indique adelanto, todo lo que haya legítimo en los intereses y doctrinas de las facciones de la revolución, lo adoptaremos.

Las glorias de la nación y de nuestras notabilidades revolucionarias nos tocan por herencia, pues forman la espléndida corona de nuestra Patria: no seremos ingratos ni traidores.

No pretendemos emanciparnos de las tradiciones progresivas de la revolución; somos, al contrario, sus continuadores, porque tal es la misión que nos ha cabido en herencia. Queremos ser dignos hijos de nuestros heroicos padres.

El pensamiento de Mayo es el nuestro: ambicionamos verlo realizado completamente, sea cual fuere el éxito de nuestros esfuerzos y esperanzas, sea cual fuere el destino que nos aguarde. En vano la tiranía, la fuerza bruta y las preocupaciones nos harán guerra y nos opondrán obstáculos invencibles; nada será capaz de desalentarnos: la fe que nos anima es incontrastable. Dios, la patria, el grito de nuestra conciencia y de nuestra razón nos imponen el deber de consagrar nuestras fuerzas, y derramar, si fuere necesario, nuestra sangre por la santa causa de la

igualdad y de la libertad democrática, y por la emancipación completa de la tierra en que nacimos.

Vamos a sacrificar la vida que nos queda en beneficio de las generaciones venideras. Si triunfamos, ellas bendecirán nuestros nombres: si perecemos antes de tiempo, darán una lágrima a nuestras malogradas pero nobles intenciones, y continuarán la obra que iniciamos, si escuchan como nosotros la voz de la patria y obedecen la ley de la Providencia.

Trabajar por el progreso y emancipación completa de nuestra patria, será poner las manos en la grande y magnífica obra de la revolución, y emular las virtudes de los que la concibieron.